

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

ANDERSON ALEXANDRE CRUZ VILHENA

AGENTES DA ORDEM E DA DESORDEM
Polícia, política e sociedade no Pará de 1879 a 1904

BELÉM

2014

ANDERSON ALEXANDRE CRUZ VILHENA.

AGENTES DA ORDEM E DA DESORDEM

Polícia, política e sociedade no Pará de 1879 a 1904

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia – Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Mestre em História Social da Amazônia.
Linha de Pesquisa: Trabalho, Cultura e Etnicidade.
Orientador: William Gaia Farias.

BELÉM

2014

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA

Vilhena, Anderson Alexandre Cruz

Agentes da ordem e da desordem: polícia, política e sociedade
no Pará de 1879 a 1904 / Anderson Alexandre Cruz Vilhena - 2014

Orientador: William Gaia Farias

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-
Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2014.

1. Polícia militar, 1879-1904. 2. Policiais militares - Pará. 3.
Pará - Polícia militar, 1879-1904. 4. Política - Pará, 1879-1804. I.
Título.

CDD 22. ed. 355.03308115

Nome: VILHENA, Anderson Alexandre Cruz.

Título: Agentes da Ordem e da Desordem: polícia, política e sociedade no Pará de 1879 a 1904.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia – Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

À minha amada esposa, Daiana Travassos
Alves, sempre companheira, dedicada
acadêmica, intelectual sagaz e mulher de fibra
sem igual.

AGRADECIMENTOS

Sob o risco de alguma injustificável ausência agradeço aos meus pais, Maria do Socorro Cruz Vilhena e Adilson Carlos Carvalho Vilhena, a quem devo todo o suporte e apoio na empreitada acadêmica além do respeito e compreensão além da conta especialmente com as madrugadas de trabalho.

Ao Prof. Paulo Possamai pela fé acadêmica que me depositou.

Ao major Ronaldo Charlet, pelas orientações e total apoio nas pesquisas e na iniciativa pelo mestrado.

Aos membros do Arquivo Público do Estado do Pará pela atenção e paciência nas exaustivas e nem sempre frutíferas horas de pesquisa, em especial Leonardo Tori e João Lúcio com os quais tive a oportunidade de trabalhar.

Aos servidores do IFCH, Darlene e Ademarino Jr., pelos momentos de descontração, pelos cafés e pelo Norte nos percalços do labirinto da burocracia acadêmica.

A meus companheiros de orientação e de pós-graduação Raí e Thiago, pelos auxílios mútuos de âmbito acadêmico e fora dele.

Ao doutorando e sempre mão amiga, Frederik Mattos, pelas (co)orientações, debates e companhia, bem como ao restante do Conselho, Alex Raiol e Jeyson Penha, pelos quais não nutro menor respeito e afeição.

Ao meu professor, orientador e amigo William Gaia Farias a quem devo não apenas as orientações acadêmicas mas o exemplo intelectual e profissional.

Ao meu irmão Fernando Alves pelos momentos de descontração e de debate por vezes intelectual, por outras nem tanto.

A Daiana Travassos Alves, suporte intelectual e técnico, bem como ajuda da qual este trabalho simplesmente não poderia prescindir.

A guerra é de vital importância para o Estado; é o domínio da vida ou da morte, o caminho para a sobrevivência ou a perda do Império: é preciso manejá-la bem. Não refletir seriamente sobre tudo o que lhe concerne é dar prova de uma culpável indiferença no que diz respeito à conservação ou à perda do que nos é mais querido.

Sun-Tzu, A Arte da Guerra.

RESUMO

VILHENA, Anderson A. C. **Agentes da Ordem e da Desordem**: polícia, política e sociedade no Pará de 1879 a 1904. Dissertação (Mestrado em História). UFPA. Belém. 2014.

Durante os primeiros anos do regime republicano as forças armadas passavam por um processo de reestruturação institucional e de consolidação do movimento de construção de uma pretensa “classe militar”. Nesse movimento é possível perceber a construção da força pública paraense desde o Império como um projeto tacitamente definido que se coaduna com as propostas de civilidade e modernidade da época. O trabalho busca entender a polícia para além do resultado de um esforço do alto oficialato nacional em impor esta agenda a uma força local subordinada ao exército, mas como resultado de um processo histórico no qual os próprios militares paraenses eram atores e agentes. É justamente no intuito de entender esse processo de construção da força policial republicana que essa pesquisa analisa a organização da segurança no Pará, bem como os agentes que corporificaram esse projeto, e de que forma eles se relacionavam com a sociedade paraense na virada do século XIX para o XX. Entendendo as primeiras décadas de República e os levantes, reformas e problemas disciplinares dos militares paraenses nesse período como movimentos de resistências que demonstram a consciência de sua própria agência; considero que, embora incluso em um processo de fortalecimento militar e de monopolização da força, a polícia paraense precisa ser vista como partícipe ativa na criação de uma força militar organizada, bem estruturada e efetiva.

Palavras-chave: Polícia – Militar – Pará.

ABSTRACT

VILHENA, Anderson A.C. **Agents of Order and Disorder: police, politics and society in Pará from 1879 to 1904.** Dissertation (Master in History). UFPA. Belém. 2014.

During the early years of the republican regime the military went through a process of institutional restructuring and consolidation of a building movement for an alleged "military class". In this movement is possible to see the making of Pará law enforcers since the Empire as a tacitly defined project in line with the ideas of civility and modernity at the time. This work seeks to understand the police beyond the result of a high officialdom national effort to impose this agenda to a local force subordinate to the Army, but as a result of a historical process in which the Pará military themselves were actors and agents. It is precisely in order to understand the process of making of the republican police force that this research analyzes the security organization in Pará, as well the subjects who embodied this project, and how they are interacting with Pará society in the late XIX century to the XX. Understanding the early decades of the Republic and the uprisings, disciplinary problems and reforms of Pará military during this period as doings of resistance that demonstrate awareness of his own agency; I consider that yet included in a military build process and monopolization of force, the Pará police must be seen as active participant in the creation of an organized, well-structured and effective military force.

Keywords: Police – Military – Pará.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Porto do Pará.....	44
Figura 2 – Vapores de Navegação d'Amazônia e Fábrica da Luz elétrica	45
Figura 3 – Instituto Lauro Sodré em 1902.....	46
Figura 4 – Quartel do Corpo de Bombeiros Municipal.....	50
Figura 5 – Planta da Fortaleza da Barra do Pará.	59
Figura 6 – Divisas das Patentes e Graduações do Exército Brasileiro de 1889 a 1894.....	72
Figura 7 – 1º e 2º Corpos do Regimento Militar Paraense em Canudos	81
Figura 8 – Forma do 1º Corpo do Regimento Militar Paraense em frente ao seu quartel.....	82
Figura 9 – Forma do 2º Corpo do Regimento Militar Paraense em frente ao seu quartel.....	83
Figura 10 – Ilustração de militares em campanha no sertão Baiano.	85
Figura 11: Caixa & Cartuchos de Comblain 11x50 mm fabricados no Laboratório de Campinho.	86
Figura 12: Sistema Mannlicher com ferrolho em posição aberta e clipe de balas inserido.	88
Figura 13: Rifle Mauser M1895 com a caixa da culatra em detalhe.....	89
Figura 14 – Posições e área de operação dos Corpos de Infantaria do Pará.....	119
Figura 15: Canhão de tiro rápido Nordenfeld 37mm	121
Figura 16: canhão de Artilharia de Posição Krupp 75mm.	122
Figura 17: Esboço da movimentação do 1º e 2º Corpos do Pará em 25 de Setembro.....	123

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Categoria Sócio-Econômica dos Praças Cabeças de Família das Tropas Auxiliares e Pagas das Regiões de Belém, e Melgaço e da Costa Oriental de 1778	22
Tabela 2 – Importação e Exportação Directa das Províncias do Pará e do Amazonas no Exercício de 1879-1880.....	33
Tabela 3 – Gráfico da Exportação dos Principais Gêneros da Província do Pará no Decênio de 1881-1889.....	35
Tabela 4 – Distribuição das Unidades da Guarda Nacional pela Província do Pará no Ano de 1881	38
Tabela 5– Comparativo de Linhas Contratadas para Navegação Subvencionada Saídas da Capital na Década de 1880	43
Tabela 6 – Comparativo do Contingente do Corpo de Polícia da Província do Pará na Década de 1880.	61
Tabela 7 – Praças Distribuídas pelo Interior da Província em 1880-1881.	61

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I – DE HOMENS E DE ARMAS.....	15
1.1 – Breve compêndio	15
1.2 – Memórias de uma força imperial.....	25
1.3 – Do território.....	31
1.4 – Cidades vigiadas.....	39
Capítulo II: DE HOMENS-DE-ARMAS.....	53
2.1 – À guisa de definição.....	53
2.2 – Ager publicus.....	57
2.4 – Comitia centuriata.....	75
2.5 – Si vis pacem, para bellum.....	80
CAPÍTULO III – DE HOMENS EM ARMAS.....	91
3.1 –Autoridades em mobilidade - os destacamentos policiais no interior do Pará	91
3.2 – Ordem e desordem, a caminho de Canudos.....	98
3.3 – Tiro no escuro.....	104
3.4 – A polícia de guerra.....	109
3.5.– A guerra da polícia.....	118
3.6. – Nada de novo no front.....	127
CONCLUSÃO.....	133
BIBLIOGRAFIA	137
FONTES	141
APÊNDICE A – Relação de Comarcas da Província do Pará em 1884.....	145
APÊNDICE B – Mapa da área de Operação em Canudos.....	147
ANEXO A – Carta topográfica do Alto Amazonas	148
ANEXO B – Carta da Estrada de Ferro de Bragança.....	149
ANEXO C – Planta da cidade de Belém em 1889.....	151

INTRODUÇÃO

A reflexão histórica sobre o papel das organizações armadas dentro da sociedade brasileira não é um fenômeno particularmente recente, o prova o que chamamos hoje de história militar tradicional. Compreender a importância dos conflitos como fenômeno social e, por consequência, das instituições a ela ligadas acaba sendo uma necessidade em uma realidade tão conflitante quanto os diversos âmbitos da sociedade brasileira.

Institucionalmente, para a formação de quadros de pensamento nessas organizações militares, essa “história militar” adquiriu um valor prático pautado na premência da transmissão de experiências, já que as vivências de uma situação de guerra não são emuláveis para fins de treinamento, e esse conhecimento é aceito como um fator fundamental na vida militar. Mas para além disso, soma-se um caráter doutrinário da história, sendo ela ainda encarregada de, em especial no caso dos futuros oficiais, imbuí-los dos valores caros ao modo de vida dentro da instituição e, portanto, dessa história ser a base de reprodução social do que acabou se assentando como o “pensamento militar”.

Em oposição a esta corrente historiográfica tradicional e voltada mesmo para a “invenção” ou “reinvenção” das tradições das instituições militares, percebe-se também a notável carga ideológica que igualmente influenciou textos – muitos dos quais escritos dentro de quadros e de movimentos políticos e ideológicos bem delineados – como os que foram feitos durante ou mesmo após, mas ainda sob a mesma inspiração, do último Regime Militar. Estes trabalhos, num geral, mostram uma forte dualidade entre o enquadramento, seja ele pelas cada vez menos raras tentativas de defesa ao Golpe de 1964 ou pelo mais comum e útil silêncio acerca do assunto, e a militância de oposição à Ditadura. Estas obras então inseridas dentro de um cenário de sobrevivência do conflito entre as duas grandes “Teorias” do século XX, o Capitalismo e o Comunismo/Socialismo, ambas com suas próprias opiniões acerca das instituições coercivas da burocracia estatal.

Entretanto o ofício do historiador, bem como a sua produção e a sua função social não estão, como sabemos, alheios ao seu tempo. Pelo contrário, a historicidade do historiador é uma das bases de seu próprio ofício. Diante de tal compreensão essas vertentes não só não apresentam motivo algum para serem depreciadas, como ao contrario, são por isso mesmo reflexos do seu tempo e das opiniões e visões ligadas a seguimentos sociais específicos, tornando-se assim mais ainda ferramentas para o estudo e conhecimento dos fenômenos dos

quais fazem parte, e adquirem um valor inerente talvez até maior do que tiveram dentro de sua própria temporalidade.

A partir de tais possibilidades discute-se freqüentemente na historiografia das últimas décadas qual foi o real papel das instituições militares nos processos políticos e sociais brasileiros. Diversos trabalhos tem buscado a compreensão da importância dos mecanismos de segurança da autoridade estatal, e do domínio político territorial, através de uma compreensão mais flexível dessas instituições. Compreende-se que, muito embora em determinados períodos e lugares da história as organizações militares tenham apresentado e manifestado certa independência da sociedade circundante, elas não por isso escaparam de se articular com esse meio social no qual estavam inseridos em níveis de intimidade variados.

Na bibliografia utilizada como base argumentativa para este trabalho apresento diversos autores que justamente compreendem a necessidade premente de entender essas organizações que as correntes anteriores consideravam como corpos da burocracia do Estado moderno – mecanizando e instrumentalizando massas humanas consideráveis e apagando a sua agência no curso dos acontecimentos – ou instrumentos das classes dirigentes – enquadrando as atitudes de singulares em agendas políticas e ideológicas exteriores, invisibilizando suas próprias demandas e estratégia – como agentes históricos únicos. Dotados de suas próprias dinâmicas, objetivos e conflitos intestinos os quais nada mais que refletem a complexidade de sua constituição e as negociações estabelecidas com a sociedade de onde retiram seus componentes e com a qual interagem ativa e constantemente.

Ciente dessa necessidade este trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro, objetivo contextualizar historicamente as atividades de polícia e defesa do Pará através da compreensão do quadro político, econômico, demográfico e social que permita estabelecer o plano sobre o qual as organizações armadas oficiais desdobraram suas atividades, bem como as estratégias de Estado para o domínio e manutenção da região ao longo do tempo. No segundo busco compreender a significação discursiva do Corpo de Polícia/Regimento Militar do Pará através da análise de sua organização burocrática e capacitação material. O terceiro capítulo pretende delinear o funcionamento objetivo da instituição policial no estado através da análise de sua instrumentalização pelas autoridades oficiais e dos conflitos e negociações que ela fomenta a partir da realidade material com a qual se encontra e articula.

Desta feita o presente trabalho representa um esforço de compreender no estado do Pará alguns aspectos desse intrincado que constitui a história das organizações de segurança no Brasil considerando a necessidade de perceber a miríade de realidades sociais e históricas

que gravitam em torno do universo político e burocrático, responsável pelos principais testemunhos que nos chegam nos dias de hoje.

CAPÍTULO I – DE HOMENS E DE ARMAS

Em um primeiro momento é importante contextualizar a atividade policial dentro do cenário político e social do estado do Pará. Traçando um panorama da situação econômica, social e política do estado, busco contextualizar o momento histórico em que se enquadram os modelos de organização estudados de modo a inseri-los em um processo ao longo do qual se percebe, a partir do ideal de segurança social pretendido pela administração centralista do império, uma continua reformulação e reorganização da vida e da sociedade paraenses sendo acompanhada de uma ressignificação das forças de segurança e da atividade policial não restrita às unidades de polícia.

1.1 – Breve compêndio¹.

A cidade de Belém e o território que se subordina à sua autoridade político administrativa, ainda que conformando uma diversidade de nomes, culturas, fronteiras e estratégias ao longo da história do Brasil, aparenta estabelecer certa continuidade quando se considera a premente importância da cidade e da área em questão para a administração, controle e defesa da região amazônica. Este poderia bem ser considerado um fato consumado e estabelecido desde as bases de seu povoamento enquanto conquista.

Administrativamente a Capitania do Maranhão criada durante a estruturação das primeiras Donatarias no século XVI fora dividida entre as do Pará e do Maranhão tendo por marco a fronteira natural do rio Turiaçu. Sob a administração do que logo seria o Estado do Maranhão, colônia distinta em relação ao Estado do Brasil, ambas as capitanias tal qual no restante das conquistas portuguesas foram imbuídas da missão de povoar e explorar física e economicamente as terras da conquista em nome e benefício da coroa portuguesa. Missão essa que tratava-se de mister dos súditos e bem expressa nas concessões de terras até o século XVIII.

¹ Este compendio informativo tem a intenção de realizar uma retrospectiva da formação histórica do estado em questão, seu recorte político-administrativo, econômico e as relações que sua história guarda com o desenvolvimento de formas e estratégias de segurança de fronteiras *lato sensu*, e ocupação armada da região amazônica. Para o qual foram usadas obras consideradas como clássicos da historiografia regional pela comunidade histórica local. Estas obras componentes de uma escola histórica diferente e de um modo de fazer história singular seriam mais adequadamente consideradas e tratadas como fontes que como bibliografia propriamente, mas diante da intenção do tópico apresentam um nível de acriticidade que considero aceitável. Nomeadamente falo de CRUZ, Ernesto. **História do Pará**. 1ª Ed. vol. 1 & 2. Belém: Gov. do Estado do Pará. 1973. _____, **Noções de História do Pará**. 1ª Ed. Belém: IHGB. 1937.; BAENA, Antonio L.M. **Compêndio das Eras da Província do Pará**. 1ª Ed. Belém: UFPA, 1969.

A presença efetiva de representantes do Estado português teria início no século XVII, devido à ameaça de perder a região de sob os narizes da coroa portuguesa para outras potências coloniais estrangeiras. Após a expulsão dos conquistadores franceses das proximidades de São Luis vimos a expedição luso-espanhola do Capitão Francisco Caldeira de Castelo Branco adentrar o Amazonas, e a 12 de janeiro de 1616 principiar a construção do “forte” que era pouco mais que uma paliçada de madeira e fora chamado “do Presépio” por conta da proximidade com o natal.

Deve-se considerar estrategicamente essa construção de um ponto de defesa sobre a superfície mais alta do litoral que, simultaneamente, se apresentava como área de vigilância da entrada do rio Amazonas pela atual baía do Guajará e também como ponto forte defensivamente por ser protegido pelas ilhas mais tarde chamadas das Onças, Arapiranga e de Cotijuba além de outras menores que lhe fazem frente e dificultariam a passagem de embarcações de grande porte e, conseqüentemente, ataques navais de larga escala.

Nesse sentido a fundação do que, mais tarde, se desenvolveria como a cidade de Belém do Grão-Pará, ilustra tanto a sua importância para a estratégia de ocupação e proteção da Amazônia ibérica através da fortificação de pontos-chave nas rotas navegáveis da bacia amazônica – com a posterior criação dos fortes e subseqüentes cidades de Gurupá na confluência do rio Xingú com o Delta Amazônico; o Forte Tapajós e atual cidade de Santarém, no encontro do Tapajós com o Amazonas; o de Pauxis em um estreitamento do Amazonas nomeado Estreito de Óbidos, e a cidade de mesmo nome; o do Rio Negro, às margens do rio igualmente chamado e a atual cidade de Manaus – quanto a importância política e ideológica daquela que também foi chamada de a Cidade do Pará, alternando o lugar de capital administrativa com São Luis até a sua união e subordinação ao Estado do Brasil.

Tomando por base esse domínio estratégico, a presença européia na Amazônia passou a estender-se através da bacia fluvial formando uma rede cujo eixo comunicador era o transporte hidroviário, e as políticas de ocupação da Amazônia por parte da Coroa portuguesa foram levadas a cabo sob o tripé de uma ocupação política, econômica e social/religiosa da região.

Chambouleyron se debruça sobre esse processo de ocupação e domínio da então Capitania do Maranhão² explorando aquilo que parece ser uma nova concepção que correlacionava diretamente o poder de um príncipe ao seu número de súditos, especialmente

²CHAMBOULEYRON, Rafael. **Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)**. : Belém: Ed. Açai. 2010.

os economicamente produtivos. Nesse sentido o desenvolvimento populacional e produtivo da colônia não podia ser de menor interesse para o desenvolvimento da coroa portuguesa.

A presença portuguesa foi então guiada por três vetores que acompanham a base do que se percebia por povoamento efetivo da região:

a) as chamadas Bandeiras, Entradas ou Descimentos, que tratavam da busca pelos produtos alvo do extrativismo local visando a exportação i.e. as drogas do sertão e a caça aos chamados “negros da terra”, a mão de obra indígena considerada tão necessária ao desenvolvimento da produção colonial.

b) as missões religiosas das diversas ordens, em especial as dos jesuítas, que buscavam cooptar econômica e culturalmente o *gentio* ao mundo da fé e do trabalho europeus e à lealdade de Sua Majestade e à Santa Madre Igreja.

c) a ocupação político-militar – e aqui abra-se um parêntese que será melhor explorado mais a diante, mas que deve constar por hora, que é o da miríade de grupos sociais, extratos econômicos e organizações administrativas que perpassam pelo que poderia ser considerado um “ser militar” do século XVII-XVIII – revelada justamente na organização das expedições de exploração e reforço, na preocupação com a defesa contra o invasor estrangeiro³, na constituição de fortes e na criação de instituições de mobilização e defesa do território; nomeadamente o longo sistema de Ordenanças.

E nunca é demais ressaltar a mudança de perspectiva que vem sendo adotada por diversas correntes historiográficas sobre esses vetores da colonização e a extensa regulamentação da vida colonial amazônica, o que Chambouleyron justifica duplamente. Primeiro pelo papel de fronteira que a região adquire graças a seus precedentes históricos entremeados de conflitos internos e externos – entre as populações locais, as potências coloniais estrangeiras, entre as próprias esferas de administração local/regional, etc – e mesmo o da cultura e da fé diante do “sertão bárbaro” que se apresentava como território dominante; e segundo pela considerada pobreza da região diante dos paradigmas coloniais e da concepção de riqueza vigente e valorizada pelo mundo europeu ocidental.

Nas palavras do próprio:

Diferentemente do que se pode pensar, o “atraso” da Amazônia não levara ao abandono. Muito pelo contrário, o que parte da historiografia denomina de caráter “periférico” do Estado do Maranhão ensejou uma intervenção vigorosa e incessante da coroa, que procurou controlar, incentivar e ordenar diversos aspectos de sua vida,

³Dentro do contexto colonial a relação de pertença se dava a nível pessoal e personalista com o sujeito reinante. Nesse sentido a identificação nacional relacionava a fidelidade do súdito à sua coroa. Quaisquer não súditos da coroa portuguesa era então estrangeiros. Sendo ou não vassallos de outras cabeças coroadas.

como o povoamento, as atividades econômicas, o comércio e a reprodução da força de trabalho.

Se a Amazônia foi, a meu ver de forma equivocada, denominada de “área periférica” é, principalmente porque a construção de sua sociedade e economia foi pensada a partir de um modelo colonial – a experiência açucareira e o mundo do Atlântico sul – e explicada pelo que lhe faltava em relação a esse espaço escolhido como “ideal” pela historiografia que procurou dar conta da experiência portuguesa na América como um todo⁴

Ainda em tempo, considerando-o pertinente para um quadro comparativo sobre os sistemas de defesa, combate ou segurança que são tema central do presente trabalho, acredito na utilidade e pertinência de algum aprofundamento sobre a questão da ocupação militar nas conquistas portuguesas, em especial nos Estados do Brasil e Maranhão.

Pedro Puntoni considera o “norteador” do modelo militar brasileiro⁵, o Regimento Geral das Ordenanças (1570) que regulamentou as forças auxiliares, estruturando o sistema de defesa das colônias e tornando o engajamento obrigatório e auto-suprido.

O modelo português era então formado por três “linhas”: a primeira formada pelos homens-de-armas da coroa, pagos pelo Tesouro Real, com algum nível de formação e prestação de serviços contínua. Estes eram seguidos por uma segunda linha, restrita a contingentes locais de modo a não desarticular os vínculos entre seus membros e a sociedade circundante, com períodos de serviço intervalares buscava permitir outras atividades paralelas às obrigações militares, garantindo manutenção de um equilíbrio compensatório entre a manutenção das atividades produtivas e a prestação de serviço militar em um sistema de alistamento só parcialmente remunerado – a equipagem e remuneração era responsabilidade individual e de seus comandantes – tinha por função suprir a necessidade de homens de primeira linha em caso de mobilização. Por fim as ordenanças cobriam todos os súditos aptos a tomar armas em defesa das terras da coroa, organizados Terços de 2.500 homens, divididos em 10 companhias e comandados pelo Capitão-Mor de sua respectiva província.

Tendo em vista o sistema de organização destes Terços em Companhias capitaneadas pelos “donos” da referida terra, e sendo o Terço comandado por um Capitão-Mor, ele mesmo

⁴CHAMBOULEYRON, Rafael. **Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)**. Belém: Ed. Açaí. 2010. pp.16-17, referindo-se criticamente às obras de SIMONSEN, Roberto. **História Econômica do Brasil**. 8ª Ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional. 1978.; PRADO JR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 35ª Ed. São Paulo: Ed. Brasiliense. 1987.; FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 22ª Ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional. 1987.; SODRÉ, Nelson W. **Formação Histórica do Brasil**. 3ª Ed. São Paulo: Ed. Brasiliense. 1964.; SCHWARTZ, Stuart. “O Brasil Colonial, c. 1580-1750: as grandes lavouras e as periferias” in BETHELL Leslie(org). **História da América Latina: a América Latina colonial**. vol. 1. São Paulo: Edusp. 1999.p.373-378. ALENCASTRO, Luis F.O **Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Ed. Cia. Das Letras. 2000.

⁵PUNTONI, Pedro. “A Arte da Guerra no Brasil: tecnologia e estratégias militares na expansão da fronteira da América portuguesa (1550-1700)”. in CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Victor; KRAAY, Hendrik. (Orgs.) **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Ed.FGV. 2004. pp.043-066.

possuidor de uma Companhia, o sistema de Ordenanças permitia a reprodução da ordem social existente e a manutenção dos lugares sociais anteriores de cada agente, agora dentro dessa hierarquia militar. Então nas palavras de Caio Prado Jr., através da transposição da estrutura político-econômica à organização militar a Ordenança teve o papel de “tornar possível a ordem legal e administrativa nesse território imenso, de população dispersa e escassez de funcionários regulares”, além de estender sobre este as “malhas da administração cujos elos teria sido incapaz de atar, por si só, o parco funcionalismo oficial que possuíamos; concentrado ainda mais como estava nas capitais e maiores centros”⁶.

Desse modo, não apenas o sistema de Ordenanças conformou uma estrutura política e militar adaptada às necessidades da empresa colonial, como também se desdobrou posteriormente em uma forma de combate igualmente dialogada com as condições sócio-políticas, econômicas e geográficas, tanto acomodando o modelo de tropa e de combate europeu à realidade geopolítica da colônia, quanto assimilando as técnicas de guerra da terra, dando forma ao que foi chamado de *guerra brasílica*.

Esse modelo teve seu auge durante as guerras holandesas, onde as Ordenanças aparecem como força miliciana complementar das forças regulares. Tendo sido o uso de táticas de guerrilha a forma encontrada de tornar efetiva a participação em combate dos contingentes formado pelas camadas mais marginalizada da sociedade e ainda assim tão necessárias ao esforço de guerra; estas que já haviam dado provas de não se adequar a disciplina exigida pela guerra aberta e ritualizada europeia⁷.

Desenvolveu-se então o combate a partir do fator estratégico das tropas regulares capazes de manter posições importantes, e do fator tático, se valendo dos números do contingente miliciano que, conhecedor da região, estava apto e plenamente disposto ao total desrespeito às “regras de guerra”, utilizando a experiência e o pessoal adquiridos nas incursões aos sertões contra o formalismo do campo de batalha internacional. Trazendo uma guerra feita de brutalidade e rapidez “à moda indígena” aliada a uma negociação perspicaz à “moda lusitana” que possibilitou a “pacificação” e a expansão da “fronteira indígena” no século XVII inserindo duplamente no processo as populações locais.

⁶PRADO JR. Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Ed. Brasiliense. 1953 Apud PUNTONI, Pedro. “A Arte da Guerra no Brasil: tecnologia e estratégias militares na expansão da fronteira da América portuguesa (1550-1700)”. in CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Victor; KRAAY, Hendrik. (Orgs.) **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. FGV. 2004. p 45.

⁷Sobre a resistência aos serviços das armas, a dinâmica gerada em torno do poder de alistar/não-alistar e o caráter negociado do alistamento ver: MELLO, Christiane F.P. “A Guerra e o Pacto: a política de intensa mobilização nas Minas Gerais”; MENDES, Fabio F. “Encargos, Privilégios e Direitos: o recrutamento militar no Brasil dos séculos XVIII e XIX” in: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Victor; KRAAY, Hendrik. Op. cit. pp.067-086; 111-137.

No que concerne aos diferentes seguimentos da população local, eles aparentam explicar através de sua própria diversidade a dinâmica a que estava sujeita a composição dessas tropas militares. É preciso considerar que trata-se de um momento em que as corporações militares como hoje entendidas, e o monopólio que exercem ou tentam exercer sobre a violência em diversas esferas dos Estados nacionais, não estavam na pauta do dia. Isso se não quisermos considerar que, para além de uma realidade distante, talvez essa não representasse sequer uma possibilidade a ser pensada. Em um período imediatamente anterior à Revolução Francesa, e passando por ela até o momento logo posterior à queda napoleônica, uma civilização européia ocidental que mal fora (re)apresentada aos exércitos nacionais, a cultura do mercenariado, do soldado particular, do “ajuntamento de tropa” era o carro chefe da organização da defesa armada dos territórios coloniais, e a Amazônia do Estado do Maranhão não era uma exceção⁸.

Entendo os três vetores de colonização do Estado do Maranhão acima descritos como uma categorização histórica, e nesse sentido a diferenciação serve para a análise e compreensão do processo em questão a qual não exclui, na verdade até pressupõe, uma estreita relação entre eles. Nesse sentido as sucessivas levas de migrantes propiciadas pela administração portuguesa aparentavam duplamente o objetivo de povoar economicamente e militarmente a região. Não poucas foram as expedições e decretos acentuando a urgência do envio de tropas para a região, organizadas com componentes dos mais diversos que buscavam preencher a necessidade de contingente militar e produtivo na região.

São registradas ordens de D. João IV ao Conselho para providencia de “todas as coisas referidas sem diminuição alguma” em vistas à “segurança e defesa daquela conquista”⁹, ao que a resposta foi a organização de consecutivas expedições de envio de tropas nos anos de 1644, 1645 e 1646. As décadas de 1640, 1680 e 1690 verão constantes esforços de Portugal na tentativa de incrementar a presença de contingente mobilizável no Estado do Maranhão, justificadas especialmente pela presença holandesa na região, pela chamada revolta de Beckman e pelas ações francesas respectivamente. Tratava-se da chegada de artilheiros, que eram listados separadamente por sua qualificação, soldados, aço, armas de fogo, peças de artilharia e munição.

Considerados o material, o contingente nominal, os objetivos, as regiões de destino e as designações das autoridades responsáveis essas viagens ou expedições são naturalmente

⁸ CHAMBOULEYRON, Rafael. **Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)**. Belém: Ed. Açaí. 2010 pp.29-76.

⁹ Idem. p.49.

consideradas e nomeadas militares, entretanto considerado que a fluidez da designação de “militar” dentro desse período precisa ser especialmente observada diante de um contexto onde a identificação entre a base da pirâmide hierárquica militar e as classes inferiores, e mesmo criminosas, é tão intensa que leva a própria coroa a tratar indistintamente soldados e degredados¹⁰.

Apenas no período mais próximo à administração do Marquês de Pombal e do Diretório dos índios a lógica de funcionamento e construção das organizações militares ao longo das conquistas portuguesas será repensada. Nas últimas décadas do século XVIII, sob influência das reformas do Conde de Lippe, foi visto um esforço por parte da administração na metrópole de fazer com que as tropas coloniais materializassem um esforço em acompanhar o processo de modernização pelo qual o exército português passava. O objetivo era aproximar o sistema militar português ao do exército prussiano, e de uma forma de guerra que refletia as inovações técnicas e produtivas alcançadas pelas grandes monarquias absolutistas européias que, através de um incremento das capacidades individuais dos soldados, aumento do contingente mobilizável e do material disponível, acabou por se traduzir na necessidade de um controle disciplinar extremo da movimentação das unidades militares e a conseqüente importância da capacidade de manobra em campo de batalha, a preponderância da precisão geométrica e da docilidade dos corpos militares¹¹.

Entretanto a composição das tropas e as condições de equipamento e treinamento pouco parecem ter se alterado ou mesmo sequer colaborado para qualquer mudança maior no nível de disciplina ou qualidade geral dos soldados coloniais. Shirley Nogueira acentua alguns fenômenos interessantes¹² sobre a composição da tropa onde aparenta dominar a presença de brancos pobres, especialmente na primeira linha, a chamada tropa paga, e uma presença importante de índios na segunda linha. Fenômeno que aparenta estar relacionado com a preferência por parte da administração colonial de soldados brancos, e especialmente após o Diretório Pombalino a possibilidade de alistamento representaria uma forma de status civilizado e algum nível de ascensão social para a população qualificada enquanto indígena¹³.

¹⁰CHAMBOULEYRON, Rafael. **Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)**. Belém: Ed. Açaí. 2010 p. 41

¹¹Ainda que momento oportuno para tanto, o debate foucaultiano ligeiramente transversal aqui sobre a sociedade disciplinar e a docilização de corpos das organizações militares, bem como o edifício punitivo e o olhar panóptico que se estende por sobre a vida militar ou a “sociedade de caserna” são temas que transpassam todo o presente trabalho. Motivo pelo qual este debate será abordado apenas posteriormente.

¹²NOGUEIRA, Shirley M.S. **A Soldadesca Desenfreada: politização militar no Grão-Pará na era da independência (1790-1850)**. Tese (doutorado). UFBA: Salvador. 2009.

¹³No concernente ao tema da composição das tropas coloniais para o caso específico da Amazônia ver também: CHAMBOULEYRON, Rafael; MELO, Vanice S.VIANA, Wania. “Tropas e Guerras na Amazônia Colonial (séculos XVII e XVIII)” & NOGUEIRA, Shirley. M.S. “O Recrutamento no Grão-Pará (1775-1823)” in

Tabela 1 – Categoria Sócio-Econômica dos Praças Cabeças de Família das Tropas Auxiliares e Pagas das Regiões de Belém, e Melgaço e da Costa Oriental de 1778¹⁴

LOCALIDADE /RENDA	SOLDADO				CABO			Total
	Pobre	Remediado	Rico	S/informação	Pobre	Remediado	S/informação	
Belém	183	37	3	122	5	3	2	355
Bujaru	-	-	-	-	-	1	-	1
Conde	2	-	-	-	-	-	-	2
Beja	9	-	-	-	-	-	-	9
Abaetetuba	45	8	-	-	-	-	-	53
Igarapé-Miri	19	14	-	-	-	-	-	33
Moju	63	3	1	-	-	-	-	67
Cintra	2	-	-	-	-	-	-	2
Penha Longa	-	1	-	-	-	-	-	1
Cametá	204	62	8	21				295
Total Geral	527	125	12	143	5	4	2	818

Fonte: IHGP, “Mapa das famílias que, a exceção das do índios aldeados, achavam-se existindo em cada uma da maior parte das freguesias de ambas as capitânicas do Estado do Pará e de suas possibilidades e aplicações para o ano de 1778”, Registro das Cartas de Provisões de Exames 1808-1837.

Mas outra característica importante seria gerada pelo caráter de fronteira da região amazônica, que demandava constante mobilização e movimentação de tropas, fazendo com que, diferente de sua proposta de existência, as tropas auxiliares fossem continuamente levantadas e reunidas em exercícios e que estivessem em constante mobilização e trânsito em auxílio às tropas regulares cujo numero era considerado insuficiente.

Tendo em nota que em 1778 haviam tropas regulares apenas nas freguesias de Belém, Ourém e Cintra, não é difícil entender que as tropas auxiliares terminassem responsáveis por um quinhão mais que importante na defesa do Estado, seja cumprindo a função da tropa paga onde esta era ausente, seja na substituição à mesma quando se fazia necessária sua movimentação – nomeadamente a guarnição de fortalezas, pontos estratégicos, o policiamento

POSSAMAI, Paulo.(org). **Conquistar e Defender: Portugal, Países Baixos e Brasil**. Estudos de história militar na idade moderna. São Leopoldo: Ed Oikos. 2012.

¹⁴ NOGUEIRA, Shirley M.S. **A Soldadesca Desenfreada: politização militar no Grão-Pará na era da independência (1790-1850)**. Tese (doutorado). UFBA: Salvador. 2009.p. 124; de onde igualmente copio a nota, de número 297 na página anterior à acima indicada, com a finalidade de esclarecer as categorias presentes na tabela: “Os conceitos de rico, pobre e remediado foram elaborados por Euda Veloso a partir do recenseamento de 1778, que já foi analisado no primeiro capítulo. Os homens ricos possuíam cargos administrativos, patentes militares, terras e adquiriram geralmente um número acima de 10 escravos e eram brancos. Em nosso trabalho resolvemos incluir entre os ricos, os segundo mais ricos, os quais Veloso não conseguiu perceber grandes diferenças. Os pobres eram geralmente sapateiros, canoieiros, carpinteiros, serralheiros, entalhadores, ouvires, alfaiates, barbeiros, marceneiros, negociantes e lavradores. O número de proprietários de escravos entre eles era pequeno - possuíam em média de 0 a 3 cativos, utilizando o trabalho familiar em seus afazeres. Os remediados eram plantadores médios de cacau e cana, mas, diferentemente do grupo anterior, trabalhavam geralmente com a plantação de mandioca e arroz e possuíam de 0 a 10 escravos. Ver: Euda Cristina Alencar Veloso. ‘Estruturas de apropriação de Riqueza em Belém do Grão-Pará através do Recenseamento de 1778’. In: Rosa Elizabeth Acevedo Marin. *A Escrita da História Paraense*. Belém: NAEA/UFPA, 1998. p. 8-28.”

e as diligências em comunidades – tendo em vista as ameaças espanholas e francesas na região.

Nesse contexto não é de estranhar o serviço nas linhas auxiliares ter um nível de rejeição muito próximo do da tropa paga. Igualmente, a análise do quadro acima leva a considerar como conseqüente a sua formação ser predominantemente de pessoas pobres, de pequenos lavradores, e provavelmente distantes de redes sociais de proteção fortes o suficiente para garantirem a sua distância do alistamento.

Contudo se um dos perigos do alistamento e dos motivos para a ação das redes locais de sociabilidade e influência era justamente o risco de desarticulação dessas mesmas redes, a batalha não estava terminada uma vez que o alistamento era efetivado. Essas redes sociais, embora seja considerada sua fragilidade na medida em que muitas vezes via-se impossibilitada de proteger um membro do alistamento, não por isso e nem imediatamente deixavam de existir. E ainda que o alistamento e o destacamento fosse levado a cabo, as movimentações das tropas para sítios distantes provavelmente davam combustível a uma prática já suficientemente abastecida que era a deserção que, entendida como forma de resistência ao serviço militar, colocava o desertor debaixo da proteção dessas mesmas redes.

A voga da imagem absolutamente negativa do serviço militar e a dura realidade da caserna, entre outros fatores dos mais diversos, mantiveram em uso o predominante recrutamento forçado, o que gerava logicamente um impulso à deserção, o que em contrapartida levou a um recrudescimento das punições oficializadas e regulamentadas para este crime, na tentativa de desestimular essa prática. Inversamente, também se intensificaram as punições aos abusos cometidos por oficiais contra seus soldados sob a mesma justificativa de não estimular o ímpeto de desertar.

Para aqueles que optavam pela fuga do serviço das armas, identificou-se o papel da “casa”, ou da vida cotidiana do soldado como fator direto para a decisão pela deserção vide a constante necessidade de locomoção dos contingentes para cobrir as faltas endêmicas em guarnições geralmente isoladas e a falta de garantidas de condições básicas de sobrevivência e de respeito os termos de prestação do serviço.¹⁵

A possibilidade de deserção era então respaldada por aquilo que se identifica como a criação de extensas e múltiplas redes sociais de solidariedade e colaboração mútua para asilar estes soldados fugitivos, sendo notadamente a rede primária a ser identificada, a família, mas não à ela se restringindo pois incluía quilombos e mocambos, demonstrando a identificação

¹⁵ NOGUEIRA, Shirley M.S. “Esses miseráveis delinquentes: desertores no Grão-Pará setecentista.” In CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Victor; KRAAY, Hendrik. (Orgs.) Op. cit. pp. 87-109

deste desertor com as classes marginalizadas e consideradas “perigosas” que formavam estes lugares.

Creio ser útil aqui lembrar que, embora a forma de resistência mais direta, óbvia e descarada ao alistamento, esta não era a única e nem sempre a mais efetiva forma de resistência aos rigores da disciplina militar que queria-se cada vez maior e mais efetiva. De encontro a este movimento desenvolviam-se diversas formas mais ou menos veladas de desmoralizar – como brigas, motins, pequenos levantes e insultos, etc – ou mesmo instrumentalizar a disciplina militar muitas vezes fazendo também uso das mesmas redes de influência e de sociabilidade que falharam em impedir o alistamento.

Os fugitivos, por fim, muitas vezes se re-inseriam extra-oficialmente à ordem social mesmo por vezes através destes mocambos de desertores, nos quais formavam parte integrante não apenas da ordem produtiva que lhe permitia viver suas vidas autonomamente e sustentar seus dependentes mesmo à distância, mas também da estrutura defensiva do lugar, assumindo o papel de “braços armados” frente ao poder do Estado que agora lhes perseguia.

Seja para os mocambos ou mesmo para senhores locais que encontravam mão-de-obra armada disponível para a formação de seus bandos, assumindo informalmente, indiretamente e talvez não intencionalmente papel essencial na resistência às investidas centralizadoras do Estado português e posteriormente Imperial brasileiro, demonstrando também a capacidade da elite local de traduzir e re-interpretar grupos e instituições para o seu proveito.

O quadro de guerra contra a Espanha em 1764 levou então à investidas contra as colônias também. Forçando o reino português a incorrer em mais uma “militarização” colonial, levada a cabo no Pará por Joaquim Tinoco Valente, que procedeu à regulamentação do alistamento a partir das reformas de Lippe, buscando a constante provisão da tropa regular de 1ª linha pelas ordenanças, a 3ª linha, visando manter sempre o contingente necessário à defesa colonial, além de unificar os registros de alistamento de todas as Armas para integrar as forças militares na caça aos tão valiosos desertores.

Algo não muito diferente foi visto logo após a virada para o século XIX quando, em resposta à tomada de Lisboa por tropas napoleônicas, foi organizado o ataque a Caiena. Assim, encontramos no ano de 1808, estacionados no Estado, sete regimentos de infantaria: a tropa regular de Belém, o de Macapá, o de Extremoz, de milícias de Belém, da Campinha e de Cameté, as tropas de caçadores e pedestres situadas em Belém, e um regimento de artilharia.

Esse contingente duplamente parecia ter a missão de preparar a tomada da colônia francesa, e disciplinar a população amazônica tanto pela sua presença quanto através da composição das tropas mesmo. Haja vista o perigo que representavam os ideais da França

Revolucionária para a coroa, em uma área de fronteira direta. Mais uma vez despertou-se a Amazônia como fronteira.

Independentes dos chamados “surtos” de militarização e das diversas expedições de reforço de tropas, das constantes mobilizações e da premente necessidade de forças militares portuguesas, a população em geral demonstrava ferrenha resistência não apenas ao alistamento como ao serviço militar como um todo, fazendo jus às palavras de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal sobre a “aversão massificada” ao serviço militar. Ao crescendo das iniciativas visando a disciplina e o controle, correspondiam renovadas formas de resistência, como bem se vê no exemplo mesmo que segue, e que se refere às forças estacionadas em Caiena:

Nós devemos seguir o exemplo da Capital a quem somos subordinados, e lá não há tanta frequência de exercícios, nem a houve no tempo do excelentissimo Senhor José Narcizo, mestre deles. Convenho que para a disciplina não se deve relaxar as ordens estabelecidas mas estas [sendo] boas, não são excessivas e jamais conveio na Ordem da natureza das coisas passar de repente de hábito de uma coisa para o hábito de outra.¹⁶

De uma forma ou de outra esse modelo militar, continuamente renegociado desde sua fundação foi a principal forma institucionalizada de segurança e defesa da região. É extremamente complexo tratar de qualquer organização sob o nome de exército para o Pará, e provavelmente para o Brasil antes da Constituição de 1824 quando foi de fato institucionalizada uma força que – com o perdão do trocadilho – ainda que gravemente enfraquecida pelos conflitos de lealdades de uma tropa com oficialato eminentemente de descendência portuguesa, caiba na designação.

1.2 – Memórias de uma força imperial.

Herlon Nunes, em sua dissertação, além de outras características, acentua a guarda nacional como um exemplo importante do um processo de importação de modelos de pensamento franceses, especialmente em relação aos agentes da sociedade civil, no pensamento de instituições imperiais¹⁷. O ressurgimento, em um país considerado como referência, de um sistema de governo baseado na responsabilidade coletiva estruturou o conceito de “nação em armas” e popularizou as organizações que conseguiam consorciar a

¹⁶ APEP, EC, Códice 655, Correspondência de Diversos com o Governo. Ofício de 13 de março de 1811.

¹⁷ NUNES, Herlon R.S. **A Guarda Nacional na Província Paraense**: representações de uma milícia paramilitar (1831-1840). Dissertação (mestrado) PUC. 2005.

preponderância civil e a necessidade de um serviço militar. A isso se adicione as instituições estadunidenses pós-independência e a popularização do soldado-cidadão, agente histórico essencial de ambos os acontecimentos, e mais o contexto histórico problemático do exército imperial, herdeiro da 1ª linha das tropas coloniais, onde em uma situação de pós-independência proliferam tensões por parte de um oficialato lusitano.

Pensando na adequação de uma força militarizada à supremacia civil Feijó cria em 1831 a Guarda Nacional, integrando boa parte dos eleitores do Império em uma força civil e adicionando representatividade ao seguimento, ainda que restrito, de cidadãos do Império. Esse, segundo Nunes, seria um importante passo para o nacionalismo e teria sido uma manobra bem orquestrada adquirindo a forma, mas não a essência de sua contraparte francesa¹⁸.

Em cima do trinômio de direitos civis, responsabilidade coletiva e supremacia civil estabeleceram-se as bases para uma forma de força armada e ainda de uma administração pública que, ainda que em certa medida dependente dos exércitos regulares, ressentia-se e temia-os como uma ameaça às liberdades civis, um contra-senso de uma sociedade que se pretendia nova, talvez mesmo um baluarte de despotismo do qual a administração imperial não se fosse ainda hábil para prescindir.

Paralelamente, cedo neste mesmo período e sob a necessidade pontuais de homens em armas, vimos o aparecimento de milícias locais, as quais responderão à demanda crescente de patrulhamento em regiões onde o processo de urbanização se acelerou junto com o crescimento econômico. Fruto de uma sociedade onde o papel das “tropas” era bastante abrangente, essas forças logo chamadas de polícia avançaram ainda a duras penas por uma definição de seu papel particular na sociedade.

Esse processo foi iniciado também, poeticamente, pelo Marquês de Pombal, sob a administração de quem foi criada em 1760 a Intendência Geral da Polícia da Corte e do Reino. Entretanto, apenas ganhou relevância em terras tupiniquins no ano de 1808, com a fuga da corte para o Brasil e a conseqüente vinda da dita Intendência para a América sob o nome de Intendência Geral de Polícia, bem como, nesse mesmo ano, com a criação de sua irmã, a Guarda Real de Polícia. Se faz-se necessário ou útil um marco inicial para o debate sobre polícia e a sua definição, o momento no qual o termo polícia historicamente aparece associado a uma instituição e ganha notoriedade e freqüência em um discurso deve indicar um a ocorrência de um processo sócio-histórico que justifique tal alteração. Nesse sentido

¹⁸ NUNES, Herlon R.S. **A Guarda Nacional na Província Paraense**: representações de uma milícia paramilitar (1831-1840). Dissertação (mestrado) PUC. 2005 pp. 43-58

concordo com Bretas e Rosenberg¹⁹ no estabelecimento dessa data como marco analítico para os estudos de polícia.

Em seu primeiro momento essa polícia portuguesa organizou-se a partir da forma da polícia francesa, com atribuições das mais diversas no tocante à administração da cidade, entretanto distanciando-se de sua essência. Dentro do quadro de reformas extremas do chamado Período Pombalino, a polícia da corte tornou-se o braço forte da administração de Pombal, seu seguro contra opositores e a garantia de implementação de suas determinações. Nesse sentido, Regina Faria ter identificado no referido período um número inusitado de presos nas cadeias de Lisboa acaba sendo tão surpreendente quanto o aparente sucesso desse modelo autoritário de policiamento em terras americanas.

A figura folclórica do Major Vidigal, o chefe de polícia com poderes quase absolutos para estabelecer a ordem no Rio de Janeiro imperial é um exemplo bastante significativo desse sistema. Na novela de Manuel Antonio de Almeida²⁰ o personagem é tratado e retratado com extremo temor e respeito, paradoxalmente dono de estratégias e poder legais e extra-legais para a manutenção da ordem e da legalidade.

Em um estilo pré-realista de parte do autor, a personagem plana inspirada no militar histórico e em suas sobrevivências na cultura urbana carioca corporifica em si a autoridade e o poder, o juiz, o júri e o carrasco a um só tempo utilizando-se de violência cuidadosamente bem dosada, e crueldade reconhecidamente bem menos. O personagem acaba por figurar também o tipo de ordem que representava, especialmente como um recurso cômico quando é, por exemplo, interpelado a ajudar o protagonista e hora seu granadeiro Leonardo:

O major recebeu-as de rodaque de chita e tamancos, não tendo a princípio suposto o quilate da visita; apenas porém reconheceu as três, correu apressado à camarinha vizinha, e envergou o mais depressa que pôde a farda; como o tempo urgia, e era uma incivildade deixar sós as senhoras, não completou o uniforme, e voltou de novo à sala de farda, calças de enfiar, tamancos, e um lenço de Alcobaça sobre o ombro, segundo seu uso.²¹

A partir desse momento a personagem Vidigal deixa desvelar interpretações diversas, como por exemplo o conflito simbólico entre a moral no estar fardado e a civilidade em não deixar visitas à espera, conflito que acaba por ser solucionado parcialmente e dá a comicidade à cena; o poder punitivo oficial da pessoa do Major de certo modo contrasta com o poder de

¹⁹ Refiro-me ao apanhado que fazem ambos os autores em BRETAS, Marcos & ROSEMBERG, André. “A História da Polícia no Brasil” in **Topoi**, v. 14, n. 26, jan./jul. 2013, pp. 162-173

²⁰ ALMEIDA, Manuel A. **Memórias de um Sargento de Milícias**. São Paulo: Ed. Saraiva 2006.

²¹ Idem. p. 209.

negociação pessoal de sua amante, Maria-Regalada. Na próxima vez que aparece, igualmente revestido de simplicidade mundana e revelando o “preço” que a concubina pagou pela soltura do jovem Leonardo, confrontam-se mais uma vez o interesse pessoal mútuo dos amantes e a pressão social sobre a imagem do Major e da mulher que, sem ser casada, passa a viver com indivíduo de autoridade.

Ainda que personagem de personalidade plana, seu papel muda ao longo da novela, chegando ao ponto de se tornar uma espécie de patrono ao mesmo sujeito que tanto perseguiu. Leonardo, o que por sinal é outro reflexo da percepção social sobre a vida militar e a atividade policial no Império.

Reconhecido por todos como garoto incorrigível, o herói nada heróico da trama envolve-se em peripécias que o opõe até ao poderoso major Vidigal, e ainda assim permanece o mesmo personagem ladino e interesseiro, despreocupado com a vida e de ambições simples e arrebatadoras. Sortido de inversões o personagem simples se torna centro de uma narrativa complexa. E esse personagem que bem poderia ser uma antítese do que o discurso consideraria como modelo de militar e repentinamente é, à força, alistado como punição, na companhia de granadeiros de Vidigal e passa então a servir como dos mais indolentes e indisciplinados soldados da literatura brasileira.

Após um caso em que foi pego fingindo de morto para escapar disfarçado a uma festa onde foi como batedor, pôde contar com a benevolência do comandante; ao agir de forma honrada e não espionar e emboscar o saltimbanco Teotônio, é punido de cadeia e sentenciado à chibata; apadrinhado também pela amante do Major é, sem outro motivo além da felicidade de Vidigal em ter sua Maria-Regalada de volta, não apenas solto, mas promovido a sargento da companhia de granadeiros; e ao fim, apenas para gozar de sua vida com a esposa e por ter caído nas graças do seu comandante, é transferido para a tropa de milícias ainda como sargento de onde se acha o título do livro.

Por fim seu pai, Leonardo-Pataca, ele próprio fazia parte de um tipo de sistema policial anterior, sendo ele meirinho.

Os meirinhos de hoje não são mais do que a sombra caricata dos meirinhos do tempo do rei; esses eram gente temível e temida, respeitável e respeitada; formavam um dos extremos da formidável cadeia judiciária que envolvia todo o Rio de Janeiro no tempo em que a demanda era entre nós um elemento de vida: o extremo oposto eram os desembargadores. Ora, os extremos se tocam, e estes, tocando-se, fechavam o círculo dentro do qual se passavam os terríveis combates das citações, provarás, razões principais e finais, e todos esses trejeitos judiciais que se chamava o processo.

Daí sua influência moral.

Mas tinham ainda outra influência, que é justamente a que falta aos de hoje: era a influência que derivava de suas condições físicas.²²

Daqui se percebe o perfil de uma autoridade decadente, que é reforçado na preguiça e avareza do próprio Pataca, por sinal, alvo de constante bazófia.

A velhice tinha-o tornado moleirão e pachorrento; com sua vagareza atrasava o negócio das partes; não o procuravam; e por isso jamais saía da esquina; passava ali os dias sentado na sua cadeira, com as pernas estendidas e o queixo apoiado sobre uma grossa bengala, que depois dos cinquenta era a sua infalível companhia.²³

Sua caracterização chega ao ponto mesmo de uma quase ofensa quando se descobre então traído por sua mulher com um padre. Diante da vergonha e em meio ao turbilhão do confronto é interpelado por seu compadre e assim se avança o diálogo com a participação impetuosa de sua mulher e o arremate do comentário desesperançoso de seu compadre:

— Ó compadre, disse, você perdeu o juízo?

— Não foi o juízo, disse o Leonardo em tom dramático, foi a honra!

A Maria, vendo-se protegida pela presença do compadre, cobrou animo, e altanando-se disse em tom de zombaria:

— Honra!... honra de meirinho... ora!

O vulcão de despeito que as lágrimas da Maria tinham apagado um pouco, borbotou de novo com este insulto, que não ofendia só um homem, porém uma classe inteira! Injurias e murros à mistura caíram de novo sobre a Maria das mãos e da boca de Leonardo. O compadre, que se interpusera, levou alguns por descuido; afastou-se pois a distância conveniente, murmurando despeitado por ver frustrados seus esforços de conciliador:

— Honra de meirinho é como fidelidade de saloia,²⁴

O toque de jocosidade sobre a dignidade das autoridades policiais e a “honra de meirinho”, além de recorrentes e um recurso à paródia, são temas que facilmente se associam aos outros personagens que representam dignitários do poder.

A esposa saloia²⁵, mãe de Leonardo, quando ameaça entrar na justiça contra o esposo recebe como resposta do compadre: “– É melhor não se meter nisso, comadre... sempre são negócios com a justiça... o compadre é seu oficial, e ela sempre há de punir pelos seus.”²⁶. E mesmo o próprio narrador não escapa das críticas ao discurso incoerente com a realidade, sobre o comportamento exigido a uma autoridade. Adiantando a explosão dramática do meirinho Leonardo, antes de saber que fugira sua esposa, Manuel de Almeida declara: “Esse

²² ALMEIDA, Manuel A. **Memórias de um Sargento de Milícias**. São Paulo: Ed Saraiva. 2006. p.09

²³ Ibid. p.11

²⁴ Id. p. 17.

²⁵ Designa habitante da área rural nos arredores de Lisboa. É usado como sinônimo de rústico ou desonesto.

²⁶ Ibid. p.18.

desarranjo ela figurara e o compadre acreditara que só partira de Leonardo; porém o leitor vai ver que o pobre homem era condescendente, e que a Maria tinha razão quando falara ironicamente em honra de meirinho”²⁷.

Mesmo o poderoso Vidigal, ainda não satirizado o bastante, precisa ser descrito quando negociando a soltura do granadeiro Leandro, nas mesmas bases cômicas que o empolado Leonardo-Pataca:

Acrescia ainda a seu favor que o Major guardava ainda na sua velhice doces recordações da mocidade, e apenas se via cercado por mulheres, se não era em lugar publico e em circunstâncias em que a disciplina pudesse ficar lesada, tornava-se um babão, como só se poderia encontrar segundo no velho Leonardo[-Pataca]²⁸

Para além da sátira enquanto estilo e estratégia de atração do público e a manutenção do interesse do leitor em uma novela que foi publicada através de folhetins semanais, Manuel de Almeida apresentou uma certa preocupação com a retratação do que seriam chamados de tipos sociais. Nesse sentido as caricaturas das diversas autoridades policiais representadas por alguns personagens guardaria mais que simples ficção, uma crítica afiada e bem humorada aos discursos sobre as autoridades dominantes, discursos esses em maioria elaborados por elas próprias e que acabam, na forma de pretensões, dialogando com a realidade histórica colocada e se reconstruindo na prática cotidiana. Mais que uma obra literária que busca em certa medida categorizar os padrões morais postos à sociedade carioca, no presente trabalho as memórias de Leonardo representam e nos ajudam a pensar a complexidade do policiamento e controle social no Brasil Imperial.

A Guerra do Paraguai, por sua escala e demandas desarticulou diversos aspectos do frágil equilíbrio no qual se pautava o controle Imperial. Após o surto de alistamento voluntário, o prolongamento da guerra e a resistência paraguaia modificaram completamente a situação das novas levas. Vitor Izecksohn²⁹ encontra uma redução de 80% na presença de voluntários quando a chamada Segunda Leva organizava o reforço ao contingente em combate.

Paralelamente a isso encontramos a desintegração das estruturas locais de segurança. Para o caso do Pará vemos o então Corpo Provincial de Caçadores de Polícia ser dissolvido para integrar os dois Corpos de Voluntários da Pátria destinados ao teatro de operações

²⁷ ALMEIDA, Manuel A. **Memórias de um Sargento de Milícias**. São Paulo: Ed Saraiva. 2006. Loc. Cit.

²⁸ Id. p.209.

²⁹ IZECKSOHN, Vitor. “Recrutamento Militar no Rio de Janeiro Durante a Guerra do Paraguai”. in: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Victor; KRAAY, Hendrik. (Orgs.) **Nova História Militar Brasileira**. Ed.FGV: Rio de Janeiro. 2004.pp.179-208

paraguaio. Esse aumento de pressão sobre as autoridades locais, em especial os membros da Guarda Nacional, pelo alistamento de mais soldados em uma guerra que teimava em não acabar terminou por enfraquecer as bases de controle social pautadas justamente no poder sobre o alistamento.

Nesse sentido a necessidade imperiosa de fortalecimento do Exército foi duplamente um duro golpe nas organizações coercivas de controle e também na estrutura de poder de escala mais pontual, a nível municipal. Um golpe do qual, passada a guerra, a administração imperial despendeu as últimas décadas do século XIX e da sua própria existência tentando se recobrar.

1.3 – Do território.

Analisando a organização político-administrativa da Província do Pará na década de 1880 encontramos ainda uma administração municipalizada, com a característica imperial de certo nível de indistinção entre administração religiosa e política. Isso é perceptível de imediato quando consideramos que a menor unidade territorial representativa para o governo era a freguesia.

Parte da tradição de divisão territorial portuguesa, a freguesia tinha estatuto incerto e nenhuma representação ou participação política direta. Oficialmente correspondiam a uma área com densidade demográfica suficientemente grande para justificar uma igreja e a presença de um padre. Não é difícil supor que com uma definição de tal modo abrangente o mérito de uma povoação em elevar-se a freguesia terminava por ser extremamente subjetivo.

Isso não significa necessariamente que a criação de freguesias carecia de objetividade mas que, sem representação política, a população da região permanecia inteiramente dependente da intercessão de outras autoridades e em última instância do Presidente de Província, seja enquanto povoado na pretensão de se tornar freguesia, seja diante de necessidades locais sobre as quais acabava não tendo autoridade alguma. Considero que a freguesia abarcava melhor uma área que merecia ser mais efetivamente controlada, representando certo nível de status – e isso não deve ser menosprezado em uma sociedade monárquica, assumidamente não igualitária e transpassada por simbolismos e representações de cima a baixo – que porém não se refletia politicamente, ela indicava à administração pública sobre onde dirigir os olhares, e porquê.

Importante perceber que mesmo sem representatividade política as freguesias eram unidade obrigatória, forçando o próximo nível hierárquico da cadeia de comando do governo imperial, a municipalidade, a se estabelecer sobre ao menos uma freguesia. Tendo o núcleo urbano da freguesia estrutura e população suficientes para demandarem – ou suportarem, e aí a perspectiva deve condizer com a estratégia política – sediar representações mínimas dos serviços públicos seria pleiteada a elevação a município.

Os municípios, primeiro degrau da divisão territorial a propriamente participar da administração imperial, deveriam contar em sua vila sede com uma câmara e um juiz municipal. A partir das concentrações de municipalidades eram estruturadas as comarcas, cuja sede era instalada em um dos municípios integrantes, e contava com um prefeito de comarca – hora eletivo, hora o primeiro da câmara municipal da capital da comarca – e um juiz de direito, além de presumidamente uma cadeia pública, uma guarnição de polícia e um delegado, subdelegado, prefeito ou subprefeito de segurança para comandá-los.

Em 1884 o presidente de Província, atendendo a solicitação do governo, envia anexo a seu relatório a discriminação das comarcas da Província do Pará, produzida no ano anterior por Manoel Baena a seu pedido. Baena lista (ver Apêndice A) as comarcas de Bragança, Cintra, Vigia, da capital, Guamá, Igarapé-Miri, Cametá, Soure, Marajó, Cachoeira, Breves, Macapá, Gurupá, Porto de Moz, Monte-Alegre, Santarém e Óbidos. Estabelecida análise e comparando-se com a Carta Topográfica e Administrativa das Províncias de Gram Pará e Alto Amazonas (ver Anexo A) de 1830 podemos tecer considerações importantes sobre a ocupação política e populacional do Pará. A primeira que se faz perceptível é justamente a diferença no número de comarcas. Enquanto em 1830 a carta registra apenas cinco delas. i.e. da capital, de Macapá, de Cametá, de Bragança e de Santarém; em um período de tempo de 50 anos esse número mais que triplica.

O fenômeno levanta questões interessantes sobre a população que, entretanto não tratam do escopo desse trabalho. Mas é importante ter em mente que isto pode refletir, ou ser um reflexo de um quadro de mudanças bem maior em um estado que está apenas entrando no auge da exploração e comercialização da borracha. E nesse sentido outro fenômeno facilmente identificável é a tendência de fragmentação das unidades territoriais acompanhando a região de Belém. Se no primeiro momento a região nordeste da Província comportava apenas duas comarcas, de um registro ao outro se desmembram da capital para formar comarcas próprias as vilas de Cintra, Igarapé-miri, Vigia, Cachoeira, Soure composta também da de Monsarás, e Irituia e Ourém passam a compor a comarca do Guamá sediada na vila de São Miguel do Guamá.

Processos bastante parecidos se dão com as sedes das comarcas mais importantes da região, as vilas de Cameté e Santarém, demonstrando o resultado das especificidade da geografia amazônica. Centros populacionais, econômicos e de transporte. Em torno dessas cidades gravita a economia de uma grande área periférica cujo eixo de comunicação com a capital da província é estruturado pelos rios. Baena tendo feito questão de descrever em seu relatório as situações de transporte das feguezias torna possível afirmar para a década de 80 do século XIX que, à excessão da vila de Acará e da cidade de Bragança, a comunicação com virtualmente todos os outros núcleos populacionais do Pará são totalmente dependentes do transporte fluvial. E sendo eixos de transporte e comunicação as poucas cidades da província arcam com o ônus da densidade populacional e com o bônus da concentração de infraestrutura e de foco do poder público.

Tabela 2 – Importação e Exportação Directa das Províncias do Pará e do Amazonas no Exercício de 1879-1880³⁰

PROVICIAS	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO	TOTAL
Pará	8.017:7000\$000	14.549:200\$000	22.556:900\$000
Amazonas	444:500\$000	948:400\$000	1.392:900\$000
Somma	8.462:200\$000	15.497:600\$000	23.959:800

Nesse fim de século a economia paraense era majoritariamente dirigida ao comércio externo, como se pode perceber pelo avultado fluxo financeiro expresso no intervalo de um ano (Tabela 2), e sua balança comercial totalmente dependente dos preços de exportação. O presidente da Província em 1882, João José Pedrosa, assume e critica com veência essa postura continuamente adotada pela administração provincial. Ainda considerando verdadeira uma relativa melhora da situação econômica que o Pará amargava, Pedrosa insiste nas bases frágeis da aparente recuperação:

As Províncias do Pará e do Amazonas importam assucar, importão café, milho, feijão, arroz e até farinha de mandioca! O augmento da exportação, e dahi o das rendas geraes e provinciaes, provém unicamente da industria extractiva, ou, para melhor dizer provém exclusivamente de um ramo desta, o da borracha, porquanto a média annual do valor da castanha, da salsaparrilha, do óleo de cophayba, do de cumarú e de outros similares não excede de 1.800:000\$000³¹

³⁰1882, Falla com que o exmo. sr.dr. João José Pedrosa abriu a 1.a sessão da 23.a legislatura da Assembléa Legislativa da provincia do Pará em 23 de abril de 1882.p.50<http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>.

³¹1882, Falla com que o exm.osnr.dr. João José Pedrosa abriu a 1.a sessão da 23.a legislatura da Assembléa Legislativa da provincia do Pará em 23 de abril de 1882. <http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>

Considere-se que pelo relatório de Baena a atividade extrativista é a principal receita das principais cidades e vilas do Pará, cito o caso de Breves, considerada então o carro chefe da extração gomífera na qual a povoação de Anajás atinge a população de 5.000 habitantes durante o verão, abarrotada que é de forasteiros vindo trabalhar na seringa ou em atividades satélites pelo tempo que durar a temporada de extração³². A nível de comparação, em um surto de temporada Anajás torna-se sazonalmente a povoação mais populosa da província, ultrapassando as 4.000 almas de uma Benevides alimentada pela proximidade com a capital e pelas levas de imigrantes nordestinos que a estrada de ferro atrai e a fraca industria de cachaça e farinha parcamente sustenta. A vila de Muaná sustentava 20 fazendas de extração de borracha, que formava a produção exclusiva da sede da comarca de Cachoeira.

Santarém e Cameté tiveram sua produção igualmente centrada na borracha, ainda que em menor força e com uma diversidade de artigos secundários como o cacau, óleo de copaíba, a castanha, alguma salsaparrilha e as pequenas fazendas de gado. A alta na arrecadação com a borracha efetivamente acompanhou a recuperação da economia paraense se levarmos em consideração a tabela de Luis Cordeiro (Tabela 3). Entretanto ainda que o valor da arrecadação que a goma propicou não tenha rival nos outros artigos de exportação na provincia – e não é atoa que o latex já era o terceiro artigo de exportação nacional, atrás apenas do café e do açúcar – outras conclusões importantes podem ser tiradas dessa década de vendas.

A primeira delas é que houve um incremento na quantidade bruta de borracha exportada, o que elevou inevitavelmente a entrada de rendas, mas ao compararmos os dois anos limite, em uma simples divisão do valor pela quantidade temos o preço aproximado de 2:365\$418/ton em 1881 e 1:939\$276/ton para o preço da borracha. Sendo ambos os fatores, o da produção e o do preço de mercado, essenciais a se considerar, a aparente recuperação econômica no início da década de 1880 representaria mais im impulso na produção do que uma valorização do produto. Dependente da borracha como era a balança comercial paraense, e sendo a sua cultura de complexa reprodução controlada, seja por falta de investimentos, de impossibilidade tecnológica ou inépcia econômica, o crescendo produtivo da tabela, que não é acompanhado no mesmo passo pelo crescendo de lucro, indicava já o resultado de uma crise de produção, como se viu no ano de 1889.

³²1882, Falla com que o exm.osnr.dr. João José Pedrosa abriu a 1.a sessão da 23.a legislatura da Assembléa Legislativa da provincia do Pará em 23 de abril de 1882. 27-28.<http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>

Tabela 3 – Gráfico da Exportação dos Principais Gêneros da Província do Pará no Decênio de 1881-1889³³

ANNOS	BORRACHA		CACAU		CASTANHA	
	Quant.(ton)	Valor(\$)	Quant.(ton)	Valor(\$)	Quant.(hL)	Valor(\$)
1881	5.714	13.516	5.105	2.740	71.114	392
1882	5.470	17.859	5.901	3.316	51.290	392
1883	5.610	13.913	4.963	3.225	29.176	302
1884	6.273	11.818	4.957	2.777	99.520	654
1885	6.514	14.312	3.414	2.492	40.503	386
1886	6.645	15.739	1.812	1.325	17.119	173
1887	7.678	16.282	3.840	2.251	63.213	601
1888	8.170	13.440	6.907	2.623	93.191	633
1889	4.644	9.006	3.742	1.406	30.794	175

Mas ainda que os balanços econômicos do estado atestem tanto, é necessário problematizar essa exclusividade produtiva. Em todas as freguesias a diversidade de gêneros é considerável, ainda que boa parte deles diga respeito ainda ao extrativismo. E, contudo, que a extração do látex esteja ao mesmo tempo pulverizada pelo interior do estado e concentrada em regiões de maior frequência da árvore ou algum nível menor de dificuldade de trânsito na mata (a base do que chamam seringais) a cultura extrativa também é subsidiária em algumas localidades. Com foco em outros produtos de extrativismo ou mesmo atividades bem diversas a importância dessa extração pontual de borracha e o potencial dessas atividades quase invisibilizadas pelo império econômico do ouro ainda carece de atenção.

Ainda em tempo há os exemplos mais à vista como a forte pesca do pirarucú que ganha destaque no comércio santareno. Ainda que invisibilizadas em um primeiro momento, haja vista que não há, na documentação do período, registro de outras atividades produtivas que possam ser de alguma forma dominantes em certos contextos. Nem mesmo a proposição de uma atividade ou indústria que possa receber o foco de investimentos diretos. Pouco há nos registros para além de uma diversidade de gêneros de exploração extrativa direta, ou rudemente processada.

Mas ainda assim ela deixa perceber o estabelecimento de áreas de predominância de outras atividades. Regiões nas quais a borracha é efetivamente subsidiária e onde outras atividades, embora sem peso à grande produção de exportação, produzem um comércio interno

³³CORDEIRO, Luiz. *O Estado do Pará, seu Comércio e Indústria de 1719 a 1910*. Belém: IHGB. 1920. p.123

rentável e talvez até reconhecido. Temos exemplos desse tipo de “excessão” na predominância da salsaparrilha na região da costa setentrional, compreendendo as comarcas de Macapá e Gurupi; a criação de gado na ilha do Marajó, como bem exemplificam as 63 fazendas de gado da vila de Chaves; e pro fim a área banhada pelo rio Moju, conhecida por fornecer artigos diversos para a Capital e pelos resquícios das tradicionais produções do período colonial, sendo importante centro de produção de cachaça e açúcar, além de outras culturas de menor monta, isso graças a seus 36 engenhos de cana apenas na sede da comarca de Igarapé-miri, mais os 19 da vila de Abaeté, dois da decadente vila de Moju e mais o da freguesia de Nossa Senhora da Soledade de Cairary.

Aqui se faz sentir outra herança, menos grata das políticas coloniais para a região. A comarca de Igarapé-Miri é não apenas a que concentra o maior número de engenhos como é também a que concentra a segunda maior população escrava da província, perdendo apenas para a comarca da Capital. Obviamente que outras mostras do processo colonizador são perceptíveis. Em especial quando consideramos a frequência de povoações que foram anteriormente aldeias, como a freguesia de São Migue de Béja, na própria Igarapé-Miri, a vila de Portel na comarca de Breves. O Marajó está cheio delas, como a vila de Soure, sede da comarca de mesmo nome e antiga aldeia Manuanaze; as vilas de Monsarás e Chaves, que foram aldeias dos Aruãs; N.S. da Conceição de Salvaterra, aldeia dos Sacácas; Condeixa, dos Gujarasi, e outras mais tantas.

Porém, para o escopo desse trabalho o sistema escravista se desdobra em uma relação específica e bastante importante. Com suas 4.266 almas cativas, provavelmente associadas ao tamanho e número dessa produção baseada em engenhos, a comarca de Igarapé-Miri apresentava também, a partir da mesma documentação, o terceiro maior contingente da Guarda Nacional no Pará, ultrapassando mesmo a guarnição de Santarém, uma das maiores e mais importantes cidades da província, eixo comercial necessário e contato direto com as províncias do Amazonas e de Mato Grosso. Através dessa observação é possível pensar em um relativo paralelo entre as unidades da Guarda Nacional e a população escrava nas comarcas. Elas aparentam acompanhar-se mutuamente na montagem do cenário do Pará de 1880. Algumas questões precisam ser levantadas.

Herlon Nunes chama a atenção para a instrumentalização política da Guarda Nacional³⁴. Organizadas a nível municipal elas deveriam ter por base o alistamento dos eleitores de cada município, se associando assim à estrutura de poder municipal através do

³⁴NUNES, Herlon R.S. **A Guarda Nacional na Província Paraense**: representações de uma milícia para-militar (1831-1840). Dissertação (mestrado) PUC. 2005. pp 70-129

poder de alistar e subordinar coercivamente, ou não alistar e subordinar politicamente as populações locais. Nunes igualmente acentua a elevada quantidade de deserções que são o requiém de todas as forças armadas amazônidas já estudadas por este pesquisador.

Mas na ultima década do Império a Guarda já não era mais um instrumento e sim uma zona de conflito em sí. A centralização imperial e os problemas enfrentados pela missão oficial da Guarda Nacional desde a Guerra do Paraguai levaram ao sucateamento da força. Pelo que transparece na documentação o oficialato é invariavelmente a nomeação de comandantes por parte da Assembléia Legislativa Provindial e, em falta de decisão, pelo Presidente de Província. Desta feita a demora na composição das tropas de Guardas e a demora em reunirem-se as comissões e entregarem as listas de alistáveis bem pode indicar a resistência ao serviço nessa tropa, assim como o proteccionismo de algumas prefeituras. Quaisquer dessas considerações, porém, exigiria uma pesquisa mais detida antes de se tornar uma conclusão.

O que pode ser considerado mais firmemente percebido é a completa ausência do escalão “Companhia” nas unidades da Guarda Nacional da província do Pará, existem apenas batalhões ou seções de companhia.

Pela regulamentação da força³⁵, alistada entre eleitores e/ou passíveis de o ser – o que levaria a crer que o numero de unidades seria correlato ao numero de eleitores do município – ela deveria ser organizada em companhias de 60 a 140 Soldados, as quais fomariam Batalhões com quatro a oito companhias. Na impossibilidade de formação de um batalhão as companhias poderiam reunir-se com companhias de municipios próximos. Na impossibilidade de constituir uma companhia, formaria-se uma seção de companhia, o que parece corresponder a qualquer numero de homens até os 60 necessários. Contudo no Pará temos alguns exemplos interessantes.

A comarca de Bragança, com seus 177 eleitores, tem sob sua jurisdição dois batalhoes e mais uma seção de guardas para ajudar a administrar a segurança de suas três freguesias e das três povoações de dentro do seu território, devendo estar dispostos a agirem tão logo fossem solicitados por autoridade do poder judiciário, especialmente considerando os 556 escravos listados sob sua jurisdição. A comarca de Vigia, em contrapartida, com mais de o dobro de eleitores, sua escravaria de 723 negros, suas cinco freguesias e duas povoações e sua população computando 5.000 pessoas a mais pode contar como garantia para a sua

³⁵Herlon Nunes publicou em anexo à sua dissertação, na pagina numerada 134 a transcrição do Acto de 1831 que criou e regulamentou a Guarda Nacional, publicado sob a Coleção de Leis do Império do Brasil. Diante da impossibilidade de conseguir uma cópia do documento em questão, uso a dita transcrição como fonte.

“empreitada civilizatória” nos sertões amazonicos, espantosamente, os mesmos dois batalhões e uma seção de infantaria de guardas nacionais.

A comarca de Cametá, a terceira escravaria da província, mais do que coerentemente aparece no meio da década com cinco batalhões, mais uma seção e ainda um batalhão da reserva e um outro alocado em São Sebastião da Boa-vista, freguesia da comarca de Breves. Ainda que seus 518 eleitores sejam uma duvida quanto a justificar ou não tantos guardas, haja vista o caso anterior, talvez seus 2.433 escravos possam apresentar uma resposta consideravelmente coerente para toda essa mobilização.

O que não é tão coerente ou justificável é que em espaço de poucos anos, nos quais a conjuntura demográfica da comarca não deve ter mudado tão radicalmente, esse contingente se reduza a apenas dois batalhões (Tabela 4). Processo parecido pôde ser visto também quando na Comarca de Santarém, representada por 398 eleitores, a necessidade de controlar a população de 1.175 negros e a segurança do nucleo urbano de uma comarca de 30.000 habitantes, os quais metate concentravam-se na cidade sede, é atendida em um primeiro momento por não mais que um batalhão e duas seções da guarda nacional. Então, não mais depressa que a “desmobilização” de Cametá passam apenas três seções a se desdobrar sobre as comarcas de Santarém e Monte Alegre.

Tabela 4 – Distribuição das Unidades da Guarda Nacional pela Província do Pará no Ano de 1881³⁶

COMARCAS	UNIDADES
Breves	Comando Superior; Batalhões: 22º, 23º e 14º; Seções 2ª, 8ª, 9ª e 10ª.
Bragança e Cintra	Comando Superior; Batalhões 11º, 12º e 13º; Seções 1ª e 6ª.
Cachoeira e Marajó	Comando Superior; Batalhões 14º e 15ª
Macapá	Comando Superior; Batalhão: 2º.
Vigia	Comando Superior; Batalhões: 2º [?], 9º, e 10º; Seção: 5ª.
Santarém e Monte Alegre	Comando Superior; Seções: 11ª, 12ª e 13ª
Óbidos	Comando Superior; Batalhão: 28º; Seção 14ª
Igarapé-Miri	Comando Superior; Batalhão 3º
Gurupá	Comando Superior
Cametá	Comando Superior; Batalhão: 20º e 21º.

³⁶1881, Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 2.a sessão da 22.a legislatura em 15 de fevereiro de 1881 pelo exm. sr.dr. José Coelho da Gama e Abreu., pp. 109-111., <http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>

Se as explicações para essas incongruências aparecem no momento como uma incógnita, acredito que elas passam necessariamente por processos que Nunes identifica em torno de 50 anos antes. A associação das problemáticas criadas acerca da dualidade entre o funcionamento ideal e o real da Guarda Nacional, bem como os conflitos gerados pelas forças centrífugas e centrípetas do império dirigidas sobre a guarda como ferramenta que aparentava ser um constructo de ideais liberais e práticas autoritárias, e por fim a inserção das forças da guarda em conflitos políticos locais e disputas de diversas esferas, mais a diversidade de sua própria formação levam à reflexão sobre que unidades eram essas que, consideravelmente fixas, não paravam de se movimentar pela província? Porque essa tropa de ordem civil, com ênfase jurídica e restrita, não cessava de ser pensada como um contingente militar; como proceder uma força que, distante da ação política direta, era acionada dentro de um campo de operação que também era político? Finalmente, como uma força constituída conseguia manter essa fluidez operacional?

Talvez estas unidades estivessem sendo movimentadas com finalidades de um nível estratégico que ainda me escapa ou dentro das dificuldades em policiar e defender uma região tão vasta com as limitações tecnológicas, físicas e de pessoal inerentes ao século XIX, estavam sendo movidos símbolos mais que homens, em unidades sucateadas ou vazias que valiam mais pelo que representavam do que pelo que eram capazes efetivamente de fazer.

Essa miríade de dúvidas e dualidades, bem como a responsabilidade de manter a segurança e a ordem dentro das condições completamente adversas que a província apresentava não eram, entretanto, uma prerrogativa exclusiva da Guarda Nacional. Na verdade, na composição das organizações armadas que aquartelavam o Pará, ou ao menos pretendiam fazê-lo, a Guarda Nacional não era de forma alguma a exceção no que se refere aos problemas estruturais e infraestruturais enfrentados.

1.4 – Cidades vigiadas.

A falta de pessoal e as dificuldades de transporte e subsistência nas regiões mais distantes da capital e até nela própria são, como já dito antes, o mote dos chefes de segurança na província do Pará. Uma cantiga recantada por todos os chefes de província e governadores.

Parece ser unânime a opinião de que não há homens suficientes – tema que será melhor exposto mais a diante; e nem a população contribui para que haja. O Presidente de Província Gama Abreu coloca para o Corpo de Polícia, no ano de 1881 que

Apezar dos annuncios e de ter nomeado officiaes para promoverem a apresentação de voluntários, apenas entraram para o corpo 62. Numero este que quasi só serviu para preencher os claros deixados pela moléstia ou pela terminação do tempo de serviço das differentes praças contractadas.³⁷

Ao que deixa transparecer a documentação a situação periclitava cada vez mais, e a tendência do governo imperial de enfraquecer as tropas de linha somadas ao sucateamento da guarda nacional não tornavam o quadro animador. Bom comparativo é perceber como haviam, no ano de 1880, 138 homens do corpo de polícia em destacamentos e diligências espalhadas pelo interior da Província, dentre os quais apenas 6 oficiais, isso de um total de 143 policias. Uma pequena demonstração dessa pulverização dos homens de armas provinciais que aparentemente se prolonga até o fim do Império.

É interessante notar como esse processo ia, em certa medida, de encontro à distribuição demográfica do Pará.

A concentração da população nos nucleos urbanos que formavam o eixo econômico e de transporte, se se reflete na organização das instituições militarizadas na província – como as sedes da Guarda Nacional estarem distribuidas nas municipalidades – não é muito bem acompanhada pelo corpo de polícia onde, ao longo dessa ultima década de vida do regime imperial, o contingente de policiais na cidade de Belém era consideravelmente pequeno, como bem exemplifica o comparativo à cima.

Ao longo da década de 1880 a quantidade de soldados de polícia na capital não passou de poucas dezenas, e no caso acima podemos perceber restam apenas cinco militares para a capital nesse ano. Essa falta de contingente deve explicar a contratação de policiais temporários para o policiamento de Belém em 1879³⁸, que acabaram formando uma companhia inteira de “adidos”. Esta companhia idealmente de 100 praças, também não logrou sucesso em ser organizada, contando um máximo de 72 e nunca chegando a estar completa.

Uma medida temporária diante da emergência, apesar dos constantes e gradativos aumentos de pessoal para o corpo de polícia essa companhia não parece ter tido longevidade e nem sucesso em comprar o tempo hábil necessário para preencher as fileiras da polícia de

³⁷1881, Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 2.a sessão da 22.a legislatura em 15 de fevereiro de 1881 pelo Exm. Sr. Dr. José Coelho da Gama e Abreu. p. 57,

³⁸1879.Falla apresentada pelo Ex.Sr.Dr. José Coelho da Gama e Abreu. pp. 68

modo a viabilizar seu serviço. Esse estado deve ter levado à seguinte declaração sobre o corpo militar de polícia, do conselheiro João Antônio d'Araújo Freitas Henriques ao passar o governo para Joaquim da Costa Barradas, novo presidente de província, em 1886:

[...] O estado effectivo do corpo é actualmente de 397 praças, inclusive officiaes, sendo: **promptas 33** e em diferentes destinos 264, faltando para o completo do dito corpo 83 praças.

O policiamento da cidade tem sido feito pelo mui diminuto numero de praças promptas, o que não pode deixar de trazer atropello para o serviço.³⁹

A ausência de novas companhias adidas e o numero acima referido de homens demonstram duplamente um esforço positivo da administração no fortalecimento da organização policial através aumento do numero de soldados que verá um crescimento constante ainda que insuficiente, bem como na extensão do poder publico pelos territórios mais distantes da influência da capital. E não poderia ser diferente em uma organização cuja finalidade se manifesta em regular um Pará que já começava a sentir o impulso da borracha.

Consideremos entretanto que estamos tratando de uma Belém na qual os dados desconstruídos dos presidentes José Coelho da Gama Abreu e João Siqueira de Souza contam respectivamente 50 e 70 mil habitantes no intervalo dos anos de 1880 a 1884⁴⁰. Como já tratado anteriormente, embora a dependência da borracha fosse denunciada por Pedrosa e atestada pelos balanços econômicos dessa década, em meio às quedas e incrementos de produção e às valorizações e desvalorizações do preço da borracha, a economia local encontrava um tênue equilíbrio que próximo de findar o regime parece cada vez mais desvantajoso.

Após a proclamação da república essa dependência da exportação do látex e a forma como era tratada entrarão no bojo dos muitos problemas considerados inerentes ao sistema monárquico e farão parte integrante da argumentação das políticas econômicas ano a ano. Em 1893 ela é a principal responsável por termos visto “encerrado com grandes saldos os seus [do Pará] exercícios financeiros, que de regra, sob a monarchia centralizadora, fechavam com grandes déficits”⁴¹ nas palavras de Lauro Sodré, tratando da enorme recuperação do preço da borracha que de 1889 a 1892 quase dobrou de preço. Contudo a forma de investimento na economia do Estado reflete um enfoque bastante diferente.

³⁹ 1886, Relatório. p. 38; grifos meus.

⁴⁰ Respectivamente: 1880. Relatório apresentado pelo Ex.Sr.Dr. José Coelho da Gama e Abreu. p. 47 e 1884. Falla. Anexos p 14.

⁴¹ 1893 Relatório.p 13.

Durante a década de 1880 temos uma economia predominantemente centralizada nas cidades, pontos de convergência da mercadoria coletada pelo extrativismo, e das pequenas produções locais. Estas, por sua vez, orbitam na esfera comercial de Belém, que se define pelos mesmos parâmetros estratégicos que a fizeram ser importante militarmente durante o período colonial. Se a posição da cidade definia o controle militar da região amazônica através do controle do trânsito fluvial, em fins do século XIX esse mesmo trânsito tem sua importância movida para o transporte de mercadorias.

Não apenas uma cidade fundada na costa fluvial, mas uma posicionada à desembocadura da maior bacia hidrográfica do mundo, Belém ainda adiciona a essas circunstâncias favoráveis a uma cidade portuária um posicionamento singular na geografia americana. A posição da cidade de Belém acaba por estar inserida e mais ou menos centralizada em meio a uma rede de comunicação e transporte naval da qual termina por se beneficiar. Nesse sentido Antonio Rocha Penteado elabora o raciocínio a partir de uma citação de J. Orton Kerby, cônsul norte americano em Belém na década de 1910:

É difícil imaginar uma localização mais favorável. Da boca do Amazonas para Nova York a distância é cerca de 3.000 milhas, e aproximadamente a mesma distância da boca do rio da Prata. Do Pará até Lisboa é 3.000 milhas, até Londres é 4.000 milhas. Do Pará subindo o Amazonas para Iquitos no Peru, todo o caminho navegável, é 2.300 milhas, e quando a estrada de ferro através dos Andes até Paita estiver terminada, de forma alguma uma empreitada improvável para a próxima geração, essas 700 milhas extras trarão o transporte às praias do oceano Pacífico⁴²

Ainda que as distâncias sejam obviamente discutíveis e que todo esse potencial de contato seja discutível, essa consideração da percepção de Belém enquanto centro irradiador ou centro coletor de uma rede atlântica pode ser percebida através da análise das intervenções imperiais sobre a economia amazônica que, nos relatórios da década de 1880 limitam-se a dois vetores principais. A navegação subvencionada e a infra-estrutura da cidade e porto de Belém.

⁴² Tradução livre de: “*It is hard to imagine a more favorable location. From the mouth of the Amazon to New York the distance is about 3.000 miles, and about the same distance to the mouth of River Plate. From Pará to Lisbon is 3.000 miles, to London the distance is 4.000 miles. From Pará up the Amazon to Iquitos in Peru, all the way by navigable, it is 2.300 miles, and when the railway across the Andes to Paita is finished, a by no means improvable task for the coming generation, these added 700 miles will bring traffic to the shores of the Pacific Ocean*”; KERBY, J. Orton. “Pará – The State, and Pará – Santa Maria de Belém”, p. 650 Ad hoc PENTEADO, Antonio R. **O Sistema Portuário de Belém**. Belém: UFPA. 1973. P. 25.

Tabela 5– Comparativo de Linhas Contratadas para Navegação Subvencionada Saídas da Capital na Década de 1880⁴³

Ano	1882	1887
Linhas	Marajó, Caviana e Mexiana*	Amapá
	Itaitúba e Juruti	Itaituba e Juruti
	Manaus com escala em Breves Gurupá, Porto de Moz, Santarém e Óbidos.	Manaus
	Igarapé-Mirí	Cachoeira e Camará
	Guamá e Capim.	Guamá e Capim
	Pinheiro, Mosqueiro e Bemfica, com escala em Ponta de Pedras	Pinheiro
	Soure	Soure
	Acará e Mojú	
	Portel e Piriá, com escala em Vizeu	Piriá e Portel
	Vizeu com escala em Colares, Vigia, S. Caetano, Curuçá, Marapanim, Cintra e Bragança.	Cintra e Santarém Novo
	-	Cintra
	-	Chaves, Faro e Marajó-Assú
	-	Alto Xingú
	-	Irituia e Cairarí
-	Alto Anajás e Alto Mochons	

Como podemos perceber pela lista apresentada (Tabela 5) o número de contratos de subvenções cresceu consideravelmente tanto em número, a exemplo do município de Cintra que passou a ser contemplada com duas linhas, quanto em área de abrangência. Se a linha de Igarapé-Mirí não se manteve, as regiões nas proximidades da grande ilha de Marajó parecem ter sido o alvo dessas novas linhas. Antes coberta pelas linhas Marajó-Caviana-Mexiana, exclusiva para o transporte de gado bovino, e Soure a única linha de transporte da região, em 1887 veremos o adendo das linhas para o Amapá, Soure, Chaves-Faro-Marajó Assú e Alto Anajás-Alto Mochons que parecem, em certa medida, circunavegar o arquipélago e dominar a saída para o Atlântico.

⁴³ 1882. Relatório. pp. 33-37. e ainda 1887. Falla do Exm. Sr. Conselheiro Francisco José Cardoso Junior. Anexo s.n.

*Somente para gado.



Figura 1 – Porto do Pará⁴⁴

Caracteristicamente, no começo da década poucas vias terrestres são citadas no que concerne à administração pública. Excetuando-se a Estrada de Ferro de Bragança, a estrada para o Acará e a estrada para a freguesia de Conde, nenhuma rota terrestre é citada. A diferença entre as formas de contado de todas as localidades do Pará estava em ser atendida pelas linhas subvencionadas, e portanto ter comunicação por embarcações a vapor, ter a presença de vapores não subvencionados ou, por condições econômicas ou geográficas, estar restrito à pequena navegação de canoas ou lanchas.

Dentro dessas configurações posso apenas concordar com Acevedo Marin, quando a autora considera a navegação a vapor a revolução da economia amazônica⁴⁵, a própria predominância de vapores dominando a paisagem da foto acima (Figura 1), bem como a pequena frota na imagem abaixo (Figura 2) associado à usina elétrica do que pode ser a Oficina Naval da Companhia do Amazonas, principal detentora das linhas de navegação da região, acabam por representar dois fortes símbolos dessas mudanças, o que entretanto deve indicar que a navegação precisa ser percebida de modo dinâmico, considerando a preponderância do vapor sem desconsiderar a presença paralela da navegação à vela e mesmo o tradicionalismo e a praticidade das canoas. Datando do período imediatamente anterior ao recorte deste trabalho, Marin procura analisar um processo o qual as fontes do período

⁴⁴ FIDANZA, F.A. Álbum do Pará em 1899, na administração do Governo de Sua Ex^{cia} o Sr. Dr, José Paes de Carvalho p. 53

⁴⁵ MARIN, Rosa E.A. “Civilização do Rio, Civilização da Estrada – transportes na ocupação da Amazônia nos séculos XIX e XX.” Paper do NAEA. Maio de 2004.

justamente acompanham, e que indica para o segundo vetor em questão: a transformação da infra-estrutura da cidade de Belém.

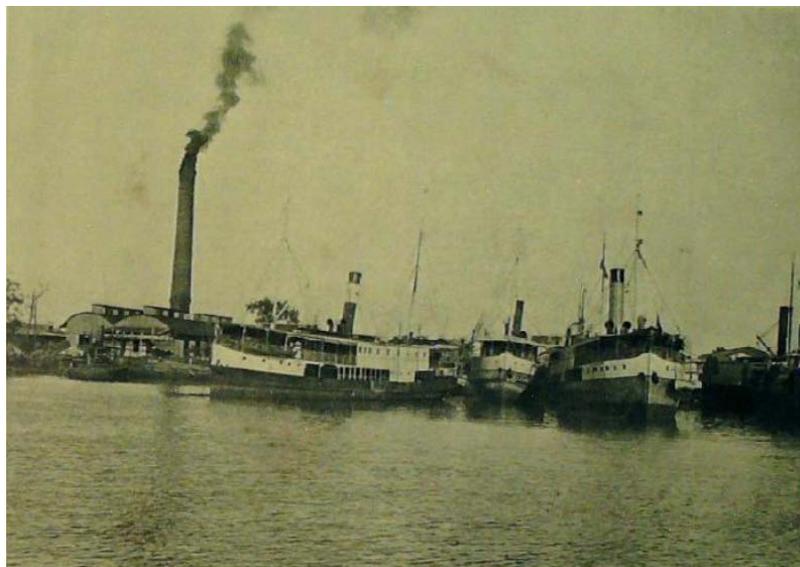


Figura 2 – Vapores de Navegação d'Amazônia e Fábrica da Luz elétrica⁴⁶

Estando diretamente relacionada ao aporte e transporte de mercadorias o crescimento natural da cidade desde sua fundação acompanha a orla da cidade e ainda em fins do século XIX, dentro dos 5 distritos de Belém, a área da doca aparenta ser o coração pulsante da cidade. Desde 1883 o “Melhoramento do Porto da Capital”⁴⁷ figura um tópico separado dos relatórios, sua importância. A isso somemos o lugar preferencial que a área do porto guarda nas patrulhas diurnas e noturnas, bem como na área de Acidentes, onde figura uma presença notável de afogamentos e aparecimentos de cadáveres.

Entretanto enquanto, ainda que no governo de Lauro Sodré em 1895 enseje reavivar a linha de navegação do mediterrâneo o foco de investimento das administrações muda drasticamente. A agricultura aparece como solução para as intempéries pelas quais passa o Estado. Considerada então a “mais útil das artes, e que é a principal fonte da prosperidade pública”, a agricultura aparece como a solução para o desenvolvimento econômico do Estado, além de dar suporte à economia regional diante da dependência da borracha. Contudo, para o desgosto da administração pública;

⁴⁶ FIDANZA, F.A. Álbum do Pará em 1899, na administração do Governo de Sua Ex^{cia} o Sr. Dr, José Paes de Carvalho p. 79

⁴⁷ 1883.Falla do General Barão de Maracajú. p. 106

[...] o nosso único producto de cultura, que constitue objecto de exportação, o cacáo, sofreu diminuição na quantidade.

Em dez annos a nossa agricultura desalentada e rotineira não deu um passo. Não é de hoje que neste Estado se clama em benefício da lavoura, pedindo aos poderes públicos medidas, que sirvam de levantar a indústria da cultura do nosso feracíssimo solo. [...]

E entre as causas dessa triste situação mencionava já [Monteiro Baena em 1883] a “carência extrema de braços serviçaes”⁴⁸

E é justamente em torno desses braços que o transporte de Belém será organizado. O foco de produção na borracha não mudou, contudo. Mas se o império verá a importância das colônias militares de Pedro II, no rio Araguay, e a de São João do Araguaya nas margens do rio de mesmo nome, entendendo a colonização como uma estratégia de fiscalização de áreas pouco povoadas do território paraense; a república verá o esforço de colonização não somente como uma forma de aquisição desses “braços”, mas igualmente como uma forma efetiva e útil de ocupação e domínio do solo paralelo à descentralização produtiva.



Figura 3 – Instituto Lauro Sodré em 1902⁴⁹

Nesse mesmo ano Sodré propõe uma quase reorganização produtiva através de revisão das taxas de produtos agrícolas, a criação de crédito agrícola a produtores rurais, organização de associações de representação na forma de sindicatos rurais. Considera a instrução como bem essencial a nível profissional e cívico, e já mostra como iniciativas a construção e aprovação, em 1892, de sua proposta de escola agrícola que mais tarde ganhará seu nome. Inaugurado por seu predecessor, o Instituto Lauro Sodré, acompanhado organização das

⁴⁸ 1895. Mensagem. p.18.

⁴⁹ FIDANZA, F.A. Álbum de Belém. 1902. p. 17

políticas de imigração e o estabelecimento de vários núcleos coloniais foram, desse largo pacote de reforma produtiva, as que conseguiram efetivamente se corporificar.

Os imigrantes que eram para Gama e Abreu, em 1879, as causas contrárias ao sossego público, aqueles estranhos à província que “em grande parte desmoralizados pela ⁵⁰desgraça e hábitos de inacção”, são agora as ferramentas necessárias ao desenvolvimento dessa produção pois “o clima, as qualidades do sólo e o suor do trabalhador cessaram de ser os únicos factores do rendimento agrícola; a sciencia do cultivador tornou-se o seu principal agente.”⁵¹

Em meio às ondas de migrantes para o sul e sudeste do país, reclama o governador do Pará não contar com o mesmo suporte e em 1896 o setor de imigração do estado já estava em vias de operacionalização. Fora aprovada a concessão de lotes gratuitamente, incluída ai a derrubada para cultura e construção das habitações, em qualquer núcleo colonial àqueles dispostos à empreitada; mais um seguro pelo Estado de dois anos para a proteção de viúvas e órfãos dos que, por ventura, falecerem nesse prazo. Bem como alguns contratos para a busca de imigrantes que nunca foram levados à cabo completamente, mas demonstram o nível de investimento e interesse governamental, bem como uma mudança do eixo das colônias distantes, de vigilância, para estas novas, em Monte-Alegre, Marapanim e Piriá, acompanhando a estrada de ferro de Bragança (ver Anexo B) que buscam a ocupação econômica, e a criação de uma via terrestre de contato com o vizinho Maranhão.

Aqui é indicada igualmente uma mudança de eixo viário na tentativa de inserir essa estrada de ferro, geralmente considerada como deficitária, dentro de um circuito produtivo que a justifique, como bem indicam também os investimentos maciços em pontes, que já estão em andamento no ano de 1893, em Obidos, Alemquer, Marapanim, Breves, S. Caetano, Igarapé-Miri, Bragança, Barcarena e Guamá, e autorizadas em Colares, Macapá, Inhangapý, Monte Alegre, Porto de Moz e Porto-Salvo; a proposta de extensão da ferrovia até Pinheiro e um ramal que estava em construção em 1894 levando a Salinas ; além do prosseguimento estrada Alemquer para o Norte⁵².

Dentro deste cenário de incentivo à produção mais disperso pelo território Belém mantém a importância estratégica enquanto cruzamento comercial – note-se que todas as linhas de vapores tem como uma extremidade Belém, fazendo com que o contato mesmo entre algumas partes do próprio Pará sejam intermediados pela capital – bem como centro político, mas se deve ganhar destaque dentro da administração republicana, é como capital

⁵⁰ 1879. Falla apresentada pelo Ex.Sr.Dr. José Coelho da Gama e Abreu. p. 22

⁵¹ 1895. Mensagem. p.21.

⁵² 1893. Mensagem.

intelectual. Ponto de irradiação cultural, a missão de Belém é histórica, é civilizatória, é patriótica.

O Pará, entestando com os três maiores Estados da União e, tendo sobre elles a vantagem de ser o único a debruças uma das suas raias à orla do oceano, sente que essa circumstancia geographica que o colloca á porta da Amazônia, importa na grave missão histórica de facilitar o ingresso da civilização, que através do Atlântico irradia dos dous poderosos focos, da Europa e da América do Norte, a essas longínquas e ferazes terras que rodeam o Estado pelo planalto central, pela chapada dos Parecis e por todo o resto da grande bacia amazônica, pertencente ao Brazil.⁵³

A cidade recebeu, então, a condizente atenção de serviços e organizações que a permitissem condizer o status em questão, e não apenas o Instituto Lauro Sodré como instituição de qualificação técnica para o investimento agrícola é um exemplo do encampamento nessas “luta travada no terreno da produção e das permutas”⁵⁴, mas um enfoque na educação através do liceu de arte Benjamin Constant, com a chamada Escola Normal também se enquadram na necessidade de moralizar a população através da educação pública. Associando diretamente instrução à liberdade tanto quanto associou ignorância ao despotismo Sodré se propõe à necessidade de incorporação do proletariado em geral.

Sem que tenhamos em mira fazer do proletariado uma corporação de acadêmicos ou de sábios, é indispensável ministrar-lhes o ensino geral das sciencias, que pondo ao alcance das suas intelligencias as leis naturaes que regem todas as ordens de phenomenos, dará em rezultado não dexal-o estranho ao que faz a honra, o bem estar e a força da sociedade no meio da qual é chamado a viver.⁵⁵

Nessa Belém das décadas de 1880-90, vibrante com os primeiros impulsos da borracha e da navegação a vapor, cercada pelo meio intelectual propiciados tanto pelas iniciativas de ensino formal quanto pelas extensas ondas de migração e as rotas comerciais que crescentemente abriam os portos da cidade à já sobredita civilização, obviamente que a segurança da capitão pelo número diminuto de praças do corpo de polícia. Ao menos não se um devido e necessário auxílio.

Sob a justificativa de lidar com os constantes incêndios dessa crescente capital, encontramos em 1883 já criada a Companhia de Bombeiros, formada de um capitão comandante auxiliado por dois sargentos, 21 praças estavam aquarteladas no térreo do Palácio de Governo, equipadas e, ao que tudo indica, bem treinadas para as necessidades de seu serviço. Entretanto como salta aos olhos, sob o comando de um capitão do exército e desde a

⁵³ 1898. Mensagem. pp. 19-20. Escrita por José Paes de Carvalho.

⁵⁴ 1892. Mensagem. p. 28.

⁵⁵ 1893. Mensagem. p. 17.

criação tendo uma organização bem próxima desta força a companhia de bombeiros aparenta acompanhar a tendência da administração paraense de imiscuir serviço público com organização militar.

Nesse sentido não será estranho ver essa companhia acompanhando outra tendência que aqui se percebe que seria algo como um “desvio funcional” com o objetivo de viabilizar os serviços de segurança que as outras organizações por si não suportam. Na verdade, se a guarda nacional não aparenta ser exceção no que compreende às suas dificuldades materiais e de contingente, bem como à flexibilização de seu uso ou mobilização, é aceitável a afirmação de que os bombeiros seriam essa exceção ao longo de todo o período estudado.

À revelia da prática dos administradores em criticar em momento ou outro as organizações militarizadas sob sua batuta, aos bombeiros apenas se despendem elogios, pela boa formação, pelo desempenho, disciplina e cuidado com o material a seu cargo. Dos poucos comentários negativos podendo citar o ultimo presidente da Província, Antonio José Freire Braga, dizem respeito justamente ao material que precisa de reposição, isentando de responsabilidade a força pelos danos em questão⁵⁶. Não apenas pela administração, mas mesmo outras forças aparentam compartilhar a opinião. Seja quando, em 1884 os bombeiros foram chamados a dividir seu pequeno estábulo com o corpo de polícia por conta da pretensa criação de um piquete de cavalaria⁵⁷. Seja em 1885 com Paes de Souza apoiando a sugestão de seu Chefe de Polícia de criar o piquete de cavalaria da polícia sob as mesmas bases da organização da companhia de bombeiros⁵⁸.

Sua situação só tende a melhorar quando na revolta chamada de 11 de Junho, a companhia de bombeiros permanece leal ao governo do capitão-tenente Huet Bacelar que debelou o levante das praças de polícia em 1891. Compondo a guarnição do Palácio de Governo na ocasião, teve um contingente enviado para combater os revoltosos entrincheirados na região chamada de Cacaolinho (ver Anexo C)⁵⁹ o que lhe deveu ganhos pessoais na forma de gratificações e promoções, a elevação da companhia a Corpo de Bombeiros e a transferência de boa parte de seu contingente para o corpo de polícia reformado após a sua dissolução por conta do levante.

⁵⁶1889. Relatório. pp. 51-52.

⁵⁷1884. Falla. pp. 12-13.

⁵⁸1885. Falla do Sr. Dr. João Lourenço Paes de Souza. pp. 36-37.

⁵⁹1891. Relatório. pp. 04-26. Para mais sobre o levante ver FARIAS, William Gaia. **A Construção da República no Pará (1886/1897)**. Tese (Doutorado em Historia). Niterói: UFF.2005. pp. 166-265



Figura 4 – Quartel do Corpo de Bombeiros Municipal.⁶⁰

Sem dúvida, para ser destacada ao combate e posteriormente “transformada” em unidade de polícia, a companhia de bombeiros não deveria se restringir a ser militar na organização. Essa situação leva a crer que o treinamento militar dado a esses contingentes em geral, objetivava sim a capacitação pra algum nível de atividade em campo de batalha. Em maior ou menos medida, essa militarização aparenta transcender a utilidade burocrática e a necessidade disciplinar para entrar em um campo mais amplo. Campo esse que é justamente o cerne do problema em relação à próxima força de policiamento de Belém a ser tratada.

Se os bombeiros aparecem como exceção, a Guarda Urbana foi justamente seu extremo contraponto. As críticas sobre a força são contundentes e basicamente unânimes. Gama e Abreu desde 1879 denuncia os males do que entendia como duas companhias de polícia, uma destacada para os interiores e outra para a capital, ambas sob regulamentos diferentes⁶¹. Considera ele especialmente prejudicial no contexto em questão, onde metade do contingente do 11º Batalhão de Infantaria sediado em Belém, havia sido enviado a Manaus.

No ano seguinte Gama de Abreu levanta a situação limite gerada pela própria Guarda urbana. Além de considerar inviável manter a disciplina em uma organização onde não existem punições ou penalidade ainda adiciona que

⁶⁰FIDANZA, F.A. Álbum de Belém. 1902. p. 66

⁶¹1879.Falla apresentada pelo Ex.Sr.Dr. José Coelho da Gama e Abreu. pp. 22-24.

Esta guarda, na quasi maioria composta de retirantes cearenses, tendo muitas vezes de prender cearenses seus colegas de infortúnio, se mostrava de uma tolerância criminosa, mas que até certo ponto se explica e desculpa.

De todas estas causas, e da certeza de impunidade, seguiu-se o ser o serviço policial da capital mal feito, os crimes não serem reprimidos, antes o seu número augmentado, sem que nem a autoridade policial, nem eu tivéssemos meios de evitar, e sendo muitas vezes os próprios guardas urbanos os autores das perturbações da tranqüilidade pública.⁶²

Segundo esse presidente de província a ausência quase completa de penalidades que não fossem a expulsão terminava por atar as mãos dos oficiais diante de suas tropas.

Souza Dantas Filho considera, em seu governo, que o regulamento dessa força precisaria apenas de “alguns retoques” – claro, na parte disciplinar – e identifica que a guarda urbana conseguiu um feito que não parece ser tão facilmente alcançado pelas outras forças. Em 1882 o efetivo da guarda estava completo. Todas as 169 vagas haviam sido preenchidas, isso levando-se em consideração que a única força completa do Pará havia acabado de ter seu papel restrito, pois haviam sido desincumbidos do policiamento diurno que agora ficava a cargo do corpo de polícia. A guarda urbana tinha agora tão somente como missão o policiamento noturno da capital⁶³.

Ainda que a guarda urbana aparentemente seja vista em termos gerais como um problema, levando o conselheiro Silveira de Souza a acusa o corpo de “estar muito longe de compensar a despêza que com elle se faz nessa província”⁶⁴ o serviço necessariamente era benéfico a alguém, pois o mesmo Silvério autoriza o chefe de polícia a transferir as vagas não preenchidas do corpo de polícia para guarda urbana. Essa medida aparenta levar em consideração a dificuldade do corpo de polícia em conseguir voluntários para suas linhas, mas também pode ser relacionada com outra estatística.

Ainda que a informação seja infelizmente lacunar, as patrulhas de urbanos registram no exercício do ano de 1880 um saldo de 1.145 detenções em suas patrulhas, essa informação apenas reaparece em 1883, que registra 919 detenções. Conquanto esses números não permitam estabelecer uma estatística propriamente dita, podem ser associados a um imposto recente na ultima década do império, que seria algo como uma “fiança” no valor de 1\$000 para a soltura destes detidos. Entendendo que nem todos pagassem essa taxa, e que o valor é consideravelmente baixo, o grande número de detidos e a própria existência desse imposto acabam indicando uma “capitalização” das patrulhas da guarda que, embora pouco significativa, não deixa de adicionar um caráter financeiro à existência dos urbanos.

⁶² 1880. Relatório apresentado pelo Ex.Sr.Dr. José Coelho da Gama e Abreu. p. 45

⁶³ 1882 Relatório do Ex.Sr.Dr. Manuel Pinto de Souza Dantas Filho. p. 23.

⁶⁴ 1884. Falla.p. 12.

A própria existência da guarda urbana parecia alimentar sua necessidade. Com uma carga de obrigações menor, um regulamento pouco punitivo, operação restrita à cidade de Belém e rendimentos melhores que o corpo de polícia – basta dizer que a fiança que oficialmente seria arrecadada para a província tinha aproximadamente o mesmo valor da diária de um policial, que em 1884 era de 1\$600 – à atratividade da guarda era compreensivelmente atribuída a resistência ao serviço no corpo de polícia. Não sem razão soma-se ao clamor de Gustavo Galvão, o Conde de Maracajú e sucessor de Silveira de Souza, pela extinção dessa modalidade de polícia a proposta – e posterior execução dela – de Alencar de Araripe, em 1885, de reformulação do corpo de polícia e incorporação da guarda nele⁶⁵.

⁶⁵ 1884 Falla do General Barão de Maracajú. pp. 41-42; 1885 Falla. pp. 17-20 & 1886. Falla do Exm. Sr. Conselheiro Tristão de Alencar Araripe. pp. 17-18.

Capítulo II: DE HOMENS-DE-ARMAS.

No Pará, os modelos de força pública militarizada, estruturados nas últimas décadas do século XIX, acompanharam uma sucessão de órgãos, na região da Amazônia Ocidental, que se destinavam a diversos afazeres com algum paralelo ao que hoje nomeamos de “atividade policial”. Entretanto seria ingenuidade considerar que a esse termo, distando tanto no tempo, corresponde invariavelmente o mesmo significado. A compreensão da linguagem, extremamente intrincada e dinâmica, como diferente da língua, esse constructo oficial e burocrático com tendências à cristalizar seus elementos e atravancar as mudanças na forma de comunicar, não o permite. Desse modo, no primeiro momento desse capítulo, e antes de partir à análise da estruturação da organização policial no Pará, faz-se necessário nuançar rapidamente a própria definição de “policiar” de modo a perceber o projeto a que a instituição policial se refere, e como esse projeto se refletiu na estrutura policial do estado.

2.1 – À guisa de definição.

Eric Hobsbawm bem chama atenção para como, ao longo dos séculos XVIII e XIX, diversos fenômenos sócio-históricos foram apropriados politicamente durante o processo de construção dos estados nacionais. Para esse autor, a construção dos diversos marcadores de pertença que permearam os nacionalismos foram criados a partir da seleção e institucionalização de uma base de signos de identidade em relações sociais que precedem o Estado burocrático, relações as quais nomeia “proto-nacionais”⁶⁶.

Nessa perspectiva, o autor considera como um dos mais importantes marcadores, e sem dúvida o mais importante para o escopo do debate aqui presente, a língua oficial, ou a língua nacional. Como forma de organizar e unificar a burocracia dentro dos Estados que se pretendiam nacionais, os diversos dialetos e regionalismos deram lugar a uma língua nova e formal, geralmente baseada na língua cultural – a língua usada pela elite cultural – ou no idioma demograficamente dominante, que se pretendeu e tentou-se implementar, fosse absoluta no território e identificasse seus habitantes.

No caso brasileiro, estudado por Manoel Luiz Salgado Guimarães, muito antes do processo de estruturação do Estado-Nação a existência de um estado em processo de

⁶⁶HOBSBAWM, Eric. J. **Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Paz e Terra: São Paulo. 2011. pp. 63-124.

burocratização e o intento de colonizar a América criaram desde antes de quaisquer projetos nacionalista – aqui nascidos muito tardiamente – uma língua oficial que se impôs pela força das armas e da fé⁶⁷. O que, entretanto, não extinguiu localismos e sotaques dos mais diversos, que acompanham, poderíamos dizer, o tom de relativa independência das colônias portuguesas no subcontinente em relação umas às outras. Mais uma evidência da dualidade entre a oficialidade da língua e o dinamismo da linguagem.

Desse modo, é possível, a partir de Reinhart Koselleck, imbricar as circunstâncias socio-históricas com o significado de um termo, para Koselleck isso cria um conceito, no presente caso, seria algo que tenderia mais para uma definição. De todo modo, este autor, buscando a construção de uma história dos conceitos, elenca pontos metodologicamente importantes para a análise dos sentidos das palavras. Destes, temos como relevantes à presente análise os pressupostos de que;

Todo conceito é não apenas efetivo enquanto fenômeno linguístico; ele é também imediatamente indicativo de algo que se situa para além da língua. [...] Todo conceito articula-se a um certo contexto sobre o qual também pode atuar, tornando-o compreensível.

Todo conceito só pode enquanto tal ser pensado e falado/expressado uma única vez. O que significa dizer que sua formulação teórica/abstrata relaciona-se a uma situação concreta e única.

[Entretanto] Todos esses usos pragmáticos articulados a uma língua, ou que pela língua são iniciados, vivem na verdade de uma semântica que é pré-existente e nos é dada. [...] Portanto o que a semântica indica é que ela [a expressão] é repetível. Trata-se de estruturas linguísticas que se repetem e cuja repetição é necessária para que o conteúdo seja compreensível, ainda que uma única vez. [...] Devemos partir teoricamente da possibilidade de que em cada uso pragmático da linguagem (Sprachpragmatik), que é sempre sincrônico, e relativo a uma situação específica, esteja contida também uma diacronia.⁶⁸

Em outras palavras, um termo só é pensado e tem seu significado mais finamente elaborado quando ganha importância em uma sociedade. Essa importância advém de uma circunstância socio-histórica nova, que traz fenômenos que a resignificação do termo busca indicar.

Koselleck considera ainda que toda expressão inserida em um discurso, o “uso pragmático” desta, está dentro de uma relação social que poderia ser melhor entendida a partir da análise do discurso do literato russo Mikhail Bakhtin, que considera qualquer enunciação como uma rede de “fios dialógicos” – um conjunto diverso de sentidos – que são perpassados

⁶⁷GUIMARÃES, Manoel L. S. “Uma Nação Sem Rosto: a historiografia e a questão da identidade nacional”. in **Historiografia e Nação no Brasil: 1838-1857**. Ed. UERJ: Rio de Janeiro. 2011. pp. 229-257.

⁶⁸KOSELLECK, Reinhart. Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992, pp. 134-146. p. 136, 138, 141.

por um “horizonte social” – que em termos históricos poderia ser melhor entendido como condição socio-histórica – que tanto em uma medida torna cada diálogo único, em outra se articula com uma semântica que precede tanto o sujeito como o discurso em si, de modo a partir de um significado fundamental que será resignificado dentro da teia discursiva. É a isto que Koselleck se refere ao estabelecer uma diacronia contida em uma sincronia dentro do discurso e, nos termos de sua “história dos conceitos”, é justamente a construção dessa sincronia buscada na análise comparativa de textos associáveis que permitiria uma história dos conceitos relacionados à própria história das sociedades.

Desta feita partamos para a definição em questão para este trabalho.

Atualmente, por atividade policial entende-se a efetivação de rondas, preservação da ordem pública e da segurança da comunidade, a chamada manutenção da paz social⁶⁹, do policiamento ostensivo, ou “pré-crime” que visa a dissuadir o ato criminoso através da imposição da presença do poder estatal personificado no seu agente, o policial; esse, por sua vez, automaticamente identificável pela sua carga simbólica, seja o fardamento ou outra forma de distinção.

Entretanto, o único dicionário encontrado no Arquivo Público do Estado que remete a perto do período abordado, os dois verbetes “Polícia”, o “Policiar” e o “Policial” trazem o seguinte conteúdo:

POLICIA, s. f. (Lat. *Politia*, do Gr. Cidadão, de pólis, cidade), governo e boa administração do estado, da segurança dos cidadãos, da salubridade, subsistência, etc. Hoje entende-se particularmente da limpeza, iluminação, segurança e de tudo que respeita á vigilância sobre vagabundos, mendigos, ladrões, facinorosos, facciosos, etc. *Intendente Geral da Polícia*, que tem a seu cargo vigiar sobre todos esses objectos.

POLICIA, s. f. (do Lat. *Politio, onis*, de *pólio, ire*, polir, asseiar, adornar), cultura, polimento, aperfeiçoamento da nação. *A – no servir iguarias à mesa; – no fallar, trajar*, nitidez, asseio, elegância. *Policias*, obras de primoroso labor, peças de ornato, objectos de luxo; – *da Guerra*, ant., artifícios bellicos. *Metter em – huma nação*, civilisá-la.

POLICIAL, adj. 2.(dês, ajd, al), concernente á policia ou governo municipal, ou de corporação, grêmio. *Direito –. Providencias policiaes*, relativas á segurança, á limpeza, iluminação da cidade, aos mercados, á navegação dos rios, etc. He termo moderno usado nas Leis novíssimas.

POLICIAR, v. a. (*policia*, cultura, *ar* dês. inf.), dar cultura, introduzir melhoramentos na civilização de uma nação, aperfeiçoar as boas artes, e tudo que contribue á felicidade, ao gozo, á instrucção, e á urbanidade e mansuetude do homem social. *Os homens civilisáo-se formando sociedades, e estabelecendo leis protectoras do direito de cada cidadão, depois vão se policiando pela cultura das artes e sciencias, e comunicação com gentes mais cultas.*⁷⁰

⁶⁹ ASEMBLÉA LEGISLATIVADO PARÁ, Estatuto dos Policiais Militares. Lei Nº 5.251, de 31 de julho de 1985. Título II. Cap II. Seção I. Art 33. <http://www.soleis.adv.br/leiestadual5251.85pa.htm>

⁷⁰ **Novo Dicionário Crítico e Etymologico da Lingua Portuguesa.** OfficinaTypographicaCasimir, Paris. 1856.

A primeira característica perceptível é a diversidade de significados. Porém existe uma relação de sentido que termina por ser bem resumida no primeiro verbete, pois todos os significados estão diretamente ligados à “boa” administração do Estado, de modo que polícia e estado são inseparáveis, já que ela trata de uma forma de administra-lo. Igualmente, essa boa administração, se associada a os outros significados, e talvez ao próprio pensamento de estado, aparentam um vínculo forte com a idéia de “civilização”, de moralização da sociedade dentro dos ditames europeus da época e de “aprimoramento” cultural através de um caminho bem estrito e já estabelecido de antemão.

Diante da incipiência do tema, é necessário recorrer a associações com trabalhos não tão diretamente correlatos para respaldar as análises e interpretações sobre as fontes. Robert D. Storch estuda a polícia e o policiamento na Grã-Bretanha do século XIX, tendo produzido diversos artigos e dois livros para o tema. Storch relaciona diretamente a atividade policial na Inglaterra justamente aos ideais de civilização da Era Vitoriana.

Storch associa as reformas policiaes inglesas do período com o fortalecimento de uma burocracia burguesa monopolista e pretensamente moderna, e analisa como essas reformas levaram à emergência de uma organização policial igualmente burocrática e pretensamente moderna, fardada e portadora idealmente de noções definidoras dos novos ideais de ordem urbana e disciplina social. O autor também não se furta a tratar do impacto entre essas pretensões de elite e o cotidiano das classes mais pobres, no qual a figura do policial era presença constante. Mesmo passível de extensas críticas, o título de um de seus artigos bem figura a tese geral que perpassa suas obras: O Policial como Missionário Doméstico⁷¹.

Nesse sentido, parte imprescindível da atividade policial seria a “domesticação” das classes trabalhadoras. Disciplinar os pobres e adaptá-los a novos padrões de urbanidade que deveriam reger qualquer cidade moderna era o objetivo que permeava todo o trabalho de, retornando aos verbetes, boa governança no meio urbano e civilizado. Nas palavras de Storch “De fato, é proveitoso considerar a polícia do século dezenove em parte como ‘missionários domésticos’ e o policiamento como outro lado da moeda da pregação moral e cultural da classe burguesa.”⁷²

Em suma, podemos considerar que a atividade policial no século XIX corresponderia simplesmente a tudo que dissesse respeito a manutenção do Estado a nível, político, técnico,

⁷¹ Em livre tradução: The Policeman as a Domestic Missionary. Sobre o autor ver: STORCH, Robert D. O Policiamento do Cotidiano na Cidade Vitoriana. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 5, nº 8/9, set-1984/abr-1985, pp. 7-33; bem como o próprio _____ The Policeman as a Domestic Missionary: urban discipline and popular culture in northern england, 1850-1880. **Journal of Social History**. vol. 9. nº 4. 1976, pp. 481-502.

⁷² STORCH, 1984/85. p. 12.

infraestrutural e ideológico, sobrecarregando com a responsabilidade sobre toda a sorte de intempéries uma organização que nasce sem capacidade técnica de garantir sequer o pressuposto da sua existência, ou seja, de um espaço público administrado pelo estado liberal. No caso brasileiro Marcos Luiz Bretas observa inclusive como, durante um impulso descentralizador que trouxe práticas jurídicas liberais europeias como o *habeas-corpus* e o juiz de paz eleito, encontrou um contrafluxo na realidade social e na administração centralista que incluiu tais atividades ao circuito de mercês do estado imperial e nas intrincadas redes de negociação dos poderes locais que lhes dava sustentação⁷³.

2.2 – *Ager publicus*⁷⁴.

Como tratado anteriormente, durante o período colonial os rumos da defesa, da segurança e da vida militar na região foram estabelecidos pelo Regimento Geral das Ordenanças. Este mesmo sistema e a indistinção entre órgãos com atividades de defesa territorial e/ou policiamento se estendeu ao longo período colonial e com a independência, e a pluralidade de instituições armadas e autoridades distintas que a burocracia imperial proliferou, a delimitação das áreas de atuação dessas diferentes agências de Estado foi uma área cinzenta, se não mais propriamente chamada uma terra de ninguém.

Silva & Charlet identificam a presença “extra-oficial” e sazonal, posto que eram criados e dissolvidos periodicamente, de corpos militares pelos governadores. Sendo estes de certo modo institucionalizados em 1817 com a criação oficial de um Esquadrão de Cavalaria pelo então governador e capitão general do Grão-Pará Conde de Vila-Flor neste ano⁷⁵. Embasados na obra de Dantas de Feitosa, estes autores estabelecem para o ano seguinte, de 1818, um corpo de polícia formado de praças de diversas unidades militares e sob comando de um oficial da artilharia, e identificam que ainda que fossem tropas destacadas para o policiamento de modo a desobrigar o restante da tropa de tal função, na contagem de tropas de

⁷³ BRETAS, Marcos L. A Polícia Carioca no Império. **Estudos Históricos**. CPDOC/FGV, vol. 12, nº 22. 1998. pp. 219-234.

⁷⁴ Designação das terras de propriedade do Estado na Roma republicana. Nominativo do Proto-Itálico *agro*, em tradução livre mais direta seriam as “Terras Públicas”, mas usadas a partir do Império para designar os domínios territoriais do Estado romano.

⁷⁵ SILVA, Carlos Eduardo B. & CHARLET, Ronaldo Braga. **Memórias Reveladas: resgate histórico das origens da Polícia Militar do Pará**. Portal da Polícia Militar do Pará, acessado em 01/06/2011.

defesa da província o corpo de polícia aparecia ainda na 1ª linha, ou seja, atrelado à tropa paga que formava o “exército oficial”⁷⁶.

Parêntese aqui feito para a necessidade de se considerar essa indistinção como intencional. Interpretando a estrutura dos Relatórios de Presidentes de Províncias é contínuo que o tópico “força pública” englobasse o que seriam de fato as forças públicas: Marinha, Exército e Corpo de Polícia. Separados destas estavam apenas a Guarda Nacional e a chamada polícia administrativa. Estando a Guarda Nacional subordinada ao poder legislativo e sendo eminentemente civil, gerando uma inflexão entre o poder a nível nacional e as articulações políticas intra e intermunicipais, não tinha razão de estar associada diretamente àquelas forças. A polícia administrativa que tratava do caráter investigativo na pessoa dos delegados e subdelegados, estes trabalhando com o apoio do corpo de polícia não formavam um contingente em si, e sim algo mais próximo de um serviço público especializado.

Em uma administração centralista e centralizada, onde o presidente de província era apenas o elo de uma cadeia de poder centrada na figura do imperador, a regulamentação, a operação e a própria existência dos corpos de polícia estavam estabelecidos nas mesmas bases das outras forças em questão. Desta feita a compreensão delas enquanto forças co-irmãs e eventualmente componentes adquire todo o sentido além de ganhar legitimidade, resguardada a única diferença prática entre elas que é a jurisdição territorialmente limitada das polícias provinciais.

Contudo, tudo leva a crer que acabou sendo o advento do Império que estruturou o serviço de policiamento interno. André Rosemberg identificou a existência, em São Paulo, de duas instituições policiais distintas durante as décadas de 1870 e 1880. A primeira encarregada da maioria das medidas pós-crime e com caráter fortemente jurídico se concentrava na figura maior do chefe de polícia, além de apresentar delegados e subdelegados, e por fim carcereiros e inspetores de quarteirão. Esta polícia criada na década de 1820, ganhou autonomia e poder ao longo do século XIX para se impor sobre os outros mecanismos jurídicos imperiais⁷⁷.

A segunda força policial tinha caráter mais administrativo, constituindo os homens fardados e armados que estavam encarregados de manter a ordem pública, estando em contato direto com a população. Esta força teria maior identificação com a *gendarmérieimperiale*, os “homens de armas do imperador” da França napoleônica. Unidade extremamente

⁷⁶ SILVA, Carlos Eduardo B. & CHARLET, Ronaldo Braga. **Memórias Reveladas: resgate histórico das origens da Polícia Militar do Pará**. Portal da Polícia Militar do Pará, acessado em 01/06/2011.

⁷⁷ ROSEMBERG, André. **Polícia, Policiamento e o Policial na Província de São Paulo, no final do Império: a instituição, prática cotidiana e cultura**. Tese (Doutorado em História Social. USP. SP, 2008. pp. 41-46.

centralizada, hierarquizada e militarizada que fora criada em atendimento à demanda de “levar sua burocracia administrativa unificada às regiões recalcitrantes”⁷⁸ do meio rural francês. Associando a manutenção da ordem à estabilidade e a preservação do *status quo* a *gendarmérie*, como sistema de controle e subjugação das forças locais, sobreviveu à queda do império napoleônico e disseminou-se pela Europa, encontrando reflexo tardio pela América no Chile, e nos Corpos de Polícia do Império do Brasil.⁷⁹

Rosemberg analisa no sistema de policiamento justamente as características de ambas as “linhagens” policiais, encontrando peculiaridades particularmente interessantes na relação entre ambas e principalmente no Corpo de Polícia Paulista, a cerca de seu perfil militarizado.

Auto-suficiente administrativamente, o corpo paulista era estruturado como unidade de Exército, obedecendo a patentes e hierarquias similares, seu comandante tinha igual proeminência ao Chefe de Polícia não sendo subordinado à modalidade jurídica de polícia. Era militar em sua essência e em sua forma, com uma organização regida por um regulamento militarizado e administrada por Estados Maior e Menor, formados por oficiais ativos ou reformados do exército. Tinha ainda uma estrutura física de aquartelamentos e seu modo de operação apresentava uma grande rotatividade, com unidades distribuídas pelas localidades em equivalentes de companhias ou pelotões comandados por oficiais ou inferiores, sua ação baseava-se na onipresença, mantendo seu efetivo disperso pelo interior em rondas constantes por localidades menores.



Figura 5 – Planta da Fortaleza da Barra do Pará.

Para o corpo de polícia paraense, encontramos um certo paralelo que gerou na verdade manifestações e resistências. Como tratado no capítulo anterior, as críticas sobre a presença do contingente no interior do Estado, o que impossibilitava o policiamento efetivo da capital, era uma constante da administração provincial. Como visto, Gama e Abreu atenta para a situação crítica de restarem menos de uma dezena de policiais para o policiamento de uma capital que contabilizava entre 50 e 70 mil habitantes distribuídos em quatro – dentro em pouco cinco – distritos, o que levou à contratação da companhia de adidos⁸⁰. A carência de pessoal era tamanha que a indistinção das forças a

⁷⁸ ROSEMBERG, André. **Polícia, Policiamento e o Policial na Província de São Paulo, no final do Império:** a instituição, prática cotidiana e cultura. Tese (Doutorado em História Social. USP. SP, 2008, p. 38.

⁷⁹ Ibid. p. 38

⁸⁰ 1880. Relatório apresentado pelo Ex.Sr.Dr. José Coelho da Gama e Abreu

que me referia anteriormente é distendida ao extremo. Mesmo com a força quase completa da guarda urbana a presidência da província recorre às unidades do Exército estacionadas no Pará para compor o policiamento da capital, mesmo ciente nenhuma das duas, o 11º Batalhão de Infantaria e o 4º Batalhão de Artilharia a Pé, não estavam em seu estado completo. Na verdade, além de distribuídos pelas colônias do Araguaia e de Pedro II no sertão da região da costa ocidental, estes dois batalhões ainda destacavam homens para guarnecer os resquílios da estratégia colonial de controle da Amazônia, o Forte da Barra (Figura 5)⁸¹, em uma ilhota de frente para a capital, o Forte da cidade de Óbidos, e a Fortaleza de Macapá que era usada também como cadeia; por consequência, entre 1880-81 o numero de praças considerados “promptos” – aptos à prestação de serviço – era de 67 no batalhão de Artilharia e apenas 41 no de infantaria. Subtraídos daí os considerados necessários ao serviço do quartel, esses seriam os praças com os quais a policia da capital poderia contar⁸².

E’ notório e reconhecido, além de apregoado por todos os órgãos da imprensa diária, que a polícia da capital é mal feita [...]

A reorganização do corpo é indispensável, e é preciso convencer-vos de que a polícia feita com 123 praças indisciplinadas e ignorantes, em uma cidade de tanta área e de cerca de 50 mil habitantes é irrisória e impossível⁸³

Disso parece resultar uma dinâmica interessante, onde a necessidade a necessidade dita essa troca de favores que tentam compensar as carecias mutuas. Encontramos o corpo de polícia mais desfalcado na capital, em 1882, guarnecendo a alfândega para possibilitar ao contingente de linha o policiamento. Essa rotatividade da prestação de serviço pelas forças explica como foi sustentável a escassez de policiais na capital por tanto tempo que em 1886 o corpo de policia permanece com apenas 33 praças prontos na capital.

⁸¹A construção do período colonial passou por diversas reformas e foi palco para acontecimentos únicos da história paraense. Na década de 1940, sendo usada como depósito de material inflamável, um curto circuito teria levado à explosão que destruiu a instalação. BARRETO, Aníbal. **Fortificações no Brasil (Resumo Histórico)**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1958. 368p. A imagem foi extraída de MEIRA FILHO, Augusto. **Evolução Histórica de Belém do Grão Pará**: fundação e história. Belém: Ed. Globo. 1976 p. 385.

⁸²1882. Relatório do Ex.Sr.Dr. Manuel Pinto de Souza Dantas Filho. pp. 29-31 &1881.Relatorio apresentado pelo Ex.Sr.Dr. José Coelho da Gama e Abreu. pp. 85-86.

⁸³ 1880 Relatório apresentado pelo Ex.Sr.Dr. José Coelho da Gama e Abreu. pp. 44-45

Tabela 6 – Comparativo do Contingente do Corpo de Polícia da Província do Pará na Década de 1880.⁸⁴

ANOS	1879	1880	1881	1883	1884	1885	1886	1887	1889
Praças Efetivo	206	143	225	279	239	277	361	416	404
Praças Completo	244	S.I.	S.I.	375	S.I.	345	S.I.	432	477
Oficiais Efetivo	13	15	13	13	S.I.	S.I.	20	S.I.	S.I.

Entretanto, acompanhando o contingente é perceptível um incremento relativamente constante no número de policiais com os quais o Chefe de Polícia poderia contar, ou ao menos um esforço no sentido de atender às constantes solicitações das autoridades. Diante disso aparece a questão de como a capital permanece carente de policiais.

Gama e Abreu insiste subsequente ao longo da primeira metade dessa década que o número de policiais é insuficiente para qualquer âmbito do serviço. O presidente de província que aparenta nutrir menos afetos pela Guarda Urbana, quando finalmente atendido em seus anseios de extinguir os urbanos, alega ser apenas impossível simplesmente acabar com essa guarda dado o número insuficiente de policiais que o próprio serviço da guarda urbana causa, atraindo para si os indivíduos dispostos a servir, como tratado no capítulo anterior. A única solução seria a retirada de diversas praças estacionadas no interior para permitir o policiamento da capital, indicando a organização dispersa e interiorizada da polícia na época.

Tabela 7 – Praças Distribuídas pelo Interior da Província em 1880-1881.

LOCALIDADES	1880		1881	
	OFICIAIS	PRAÇAS	OFICIAIS	PRAÇAS
Acará	0	3	S.I.	S.I.
Alemquer	0	5	0	3
Bragança	1	10	0	10
Breves	0	6	0	6
Cametá	2	14	1	9
Cariary	S.I.	S.I.	0	3
Cachoeira	0	7	0	9
Chaves	S.I.	S.I.	0	3
Cintra	S.I.	S.I.	0	6

⁸⁴ Dados extraídos dos Relatórios dos Presidentes de Província do período em questão. A diferença entre Efetivo e Completo representa a margem entre o número real de soldados e o número de vagas abertas para o corpo de polícia. As lacunas de informação foram preenchidas com S.I. (Sem Informação) e pela ausência dessa informação nos anos de 1882 e 1888, ambos foram excluídos da tabela.

Curuçá	S.I.	S.I.	0	5
Gurupá	0	3	S.I.	S.I.
Igarapé-Miry	S.I.	S.I.	0	3
Itaituba	0	8	0	4
Juruty	0	4	0	2
Mojú	0	4	0	3
Muaná	0	4	0	4
Monte Alegre	0	3	0	3
Ourém	0	8	0	7
Obidos	0	10	0	6
Prainha	0	4	0	4
Ponta de Pedras	S.I.	S.I.	0	4
Porto de Moz	0	3	0	2
S. Caetano	0	2	0	1
Soure	0	5	0	3
Santarém	2	18	0	18
Vigia	1	7	0	5
Vizeu	0	4	0	3
TOTAL	6	132	1	126

Como podemos perceber pela tabela, existe pela província uma dispersão enorme das forças policiais, com um grande número de pequenos destacamentos distendendo ao máximo a presença de representantes da burocracia imperial pelo território. Comparativamente estes dois anos demonstram – à exceção do município de Cachoeira que ganhou duas praças e os de Breves, Muaná e Prainha que mantiveram o mesmo número de soldados – uma considerável redução do contingente de todos os destacamentos e, inversamente um aumento na quantidade de destacamentos. Se considerarmos que os locais sem informação (S.I.) sobre destacamento provavelmente não o tinham nesse ano, temos o aparecimento de destacamentos de polícia em Cariary, Chaves, Cintra, Curuçá, Igarapé-Mirí e Ponta de Pedras. Não obstante a redução do total de policiais fora da capital, a área de presença do corpo de polícia é consideravelmente maior.

Infelizmente a presença de mapas de interiorização para os anos posteriores torna-se bastante incomum, o que dificulta a argumentação sobre uma grande dispersão dos destacamentos de polícia e sobre uma importante porcentagem do contingente interiorizado,

apenas o cruzamento de informações permite saber que das 239 praças de polícia no ano de 1884 (Tabela 6), estão distribuídas pelo interior 204 delas.

Essa predominância do contingente no interior do Pará, à revelia das reivindicações de policiamento da capital por parte das autoridades, pode ter começado a mudar apenas a partir de 1886 quando Tristão de Araripe, em sua segunda administração e finalmente materializando as queixas de seus nove antecessores bem como sua proposta do ano anterior, extinguiu a Guarda Urbana. A julgar pelo aumento considerável do número de soldados do ano em questão, de 227 para 361 praças, aparentemente o pessoal da Guarda teve seu pessoal incorporado ao Corpo de Polícia que continuou a servir com uma estrutura organizacional copiada das do Exército.

Entretanto se antes o corpo de polícia se organizava como uma companhia, e após seu incremento numérico como duas companhias mais ou menos independentes, essa reorganização tornou o corpo uma unidade parecida com os batalhões de infantaria de linha do Império que formavam-se de quatro companhias. A única diferença notável foi um destacamento de 30 praças da 1ª companhia para formar um pequeno piquete de cavalaria que a administração tentava organizar já fazia mais de dois anos.

Contudo, ainda que esta polícia militarizada guardasse um *ethos* e um *modus operandi* eminentemente militares, em sua constituição individual ela buscava outro nível de comprometimento. Primeiramente em suas penalidades disciplinares menos rígidas que as do Exército, notadamente a absoluta proibição de castigos físicos, neste mesmo sentido segue um tempo reduzido de serviço em relação ao do exército, geralmente entre apenas quatro ou seis anos, e talvez a principal diferença, o voluntarismo.

Mendes em seu já citado trabalho, trata da forma de alistamento nos séculos XVIII e XIX, demonstrando como as limitações da rede burocrática do Estado e a conseqüente necessidade de negociação entre poder central e potentados locais estruturou um sistema de controle social baseado na capacidade de alistar ou isentar⁸⁵. De mãos atadas administrativamente, o Império teve como forma predominante de aquisição de praças o alistamento forçado, levado a cabo pelas elites locais e seus representantes na ordem jurídica. Como reflexo disso, na constituição dos contingentes alistados predominava um misto de

⁸⁵MENDES, “Fabio Farias.Encargos, Privilégios e Direitos: o recrutamento militar no Brasil dos séculos XVIII e XIX”.in: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Victor; KRAAY, Hendrik. (Orgs.) **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Ed.FGV. 2004. pp. 111-137.

criminosos e indivíduos indesejados pela sociedade da época e sujeitos que não eram alcançados pela extensa rede de proteção social que estruturava o poder da elite local⁸⁶.

Diferentemente da imagem deste contingente de trabalhadores compulsórios angariados de forma violenta e por motivações das mais diversas, acentuando o que Beattie chama – certamente inspirado na definição foucaultiana – de “caráter protopenal”⁸⁷ das forças militares; e que não gozava de grande popularidade entre o povo brasileiro⁸⁸, as especificidades da *gendarmarie* e do CPP buscavam uma alternativa moralizante. O uso do termo “engajamento”, em oposição ao termo militar “recrutamento” demonstra a importância de sua forma de aquisição de soldados quando consideramos que este voluntarismo invertia a relação de imposição natural do Império centralizador e o indivíduo.

Em teoria, o Corpo deveria ser a expressão mais bem acabada de uma força burocratizada e moderna, que respeitava a vontade do postulante e valorizava princípios cidadãos e liberais (no sentido que restringiam os canais arbitrários), quais sejam, a individualidade e a liberdade – a ação individual – do indivíduo em primazia em relação ao Estado [...] ⁸⁹.

Nesse sentido parece bem palpável a evidência de uma intencionalidade da organização alterar o signo da imagem militar socialmente estabelecida, se pretendendo uma “força de manutenção da ordem cujo espírito, filosofia e administração fossem dissociados daqueles inerentes à tropa de linha”⁹⁰.

No caso paraense a compreensão dessa perspectiva trás à atenção alguns fatos a se considerar. E o primeiro deles trata-se da supracitada dificuldade de alistamento gerada pela Guarda Urbana. Considere-se que, da forma como são tratadas, as unidades literalmente competiam pelo público disponível a se alistar e as justificativas dadas, bem como as armas utilizadas nessa competição correspondiam com uma disputa de mercado. Além do sempre crescente aumento de vagas pedidos para o corpo de polícia, o preço do serviço e as condições de trabalho apareciam como as demandas que permitiriam completar o efetivo.

Sobre essas dificuldades Gama e Abreu afirma:

⁸⁶MELLO, Christiane FigueiredoPagano de. “A Guerra e o Pacto: a política de intensa mobilização nas Minas Gerais.”in: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Victor; KRAAY, Hendrik. (Orgs.) Op. cit. pp. 67-86.

⁸⁷BEATTIE, Peter M. Op. cit. Loc. cit.

⁸⁸Para um quadro mais profundo sobre recrutamento ver: BEATTIE, Peter M. Op. cit. Loc. cit., e também KRAAY, Hendrik. “Reconsidering Recruitment in Imperial Brazil” in *The Americas*, v. 55, n. 1.

⁸⁹ROSEMBERG, André. . **Polícia, Policiamento e o Policial na Província de São Paulo, no final do Império:** a instituição, prática cotidiana e cultura. Tese (Doutorado em História Social. USP. SP, 2008. p. 56.

⁹⁰Ibid. p. 53.

A que se poderá attribuir essa repugnância em servir a polícia, confesso que o não posso dizer: parece-me, porém, que uma das causas que póde ser apontada, é a certeza que ha de que, não havendo voluntários para o corpo de polícia, haverá necessidade de manter o corpo de urbanos, para o qual a benignidade do regulamento permite encontrar pessoal, gosando quase das mesmas vantagens que o corpo de polícia.

O remédio, a meu vêr, para isto, será ao mesmo tempo acabar com a guarda urbana e **melhorar os vencimentos** das praças de pret da policia.⁹¹

Aqui se percebe uma preocupação em atrair voluntários para o serviço que de outro modo não podem compor a tropa e, embora considere os gastos já elevados com a Província, considera que a área de segurança é um setor de administração onde não se deve regatear. Paralelamente parece o pensamento corrente a situação de desvalorização em geral do serviço policial, cujos vencimentos estariam excessivamente a baixo da média salarial de outras atividades da capital, e contudo tenha existido algumas conquistas nesse sentido a defasagem salarial dos praças da polícia parece demasiado grande para ser solucionada com medidas menores. Ao menos essa é a opinião que expressa o comandante interino desse corpo, major Antonio O' de Almeida, em seu relatório:

É certo que a lei de força em vigor **concedeu um razoável aumento**, mas, e a despeito das providências autorizadas por v. ex. e solicitadas pelo comando do corpo e de todos os esforços empregados, bem poucos voluntários tem se apresentado, naturalmente porque as vantagens não animam aos que em qualquer outro ramo da actividade humana podem conseguir melhores resultados sem a sujeição da vida militar.

No meu fraco modo de pensar só há duas soluções para este problema: ou aumento de 50 por cento, pelo menos, nos vencimentos das praças de pret, ou estende-se o sorteio militar aos corpos policiais com organização militar.⁹²

Em igual sentido segue a manifestação de Souza Dantas Filho que considera que deve ser considerado também as oportunidades que a economia extrativista coloca como agravante, já que “O povo desta província, além de não ter vocação para a carreira de armas, não a procura, porque encontra na extração dos productos naturaes meios fáceis de subsistência e uma vida mais conforme com seus hábitos”⁹³. Por tanto, não é sem grande esforço e considerável melhoramento dos serviços de policia que se conseguirão atrais voluntários a esse serviço.

O Barão de Maracajú, Gustavo Galvão, em tom mais polido, considera igualmente que os poucos e sucessivos aumentos ainda custam a colocar em posição atrativa o alistamento no corpo de polícia.

⁹¹1881.Relatorio apresentado pelo Ex.Sr.Dr. José Coelho da Gama e Abreu. p. 57. Grifos meus.

⁹²1881.Relatorio apresentado pelo Ex.Sr.Dr. José Coelho da Gama e Abreu. Anexo p. 69.

⁹³1882. Relatório do Ex.Sr.Dr. Manuel Pinto de Souza Dantas Filho.p 31.

Apesar de ser diminuto o aumento que em virtude da lei n. 1061 de 25 de junho de 1881, tivera os soldados de polícia nos respectivos vencimentos, todavia não pouco concorreu elle para facilitar os engajamentos.

Acho pois que seria conveniente um pequeno aumento nos vencimentos das referidas praças.⁹⁴

No ano de 1887 José Cardoso Jr. designa para o comando do Corpo de Polícia o capitão do 15º Batalhão de Infantaria – que havia sido enviado para o Pará em substituição ao 11º – José Sotero de Menezes, e uma das primeiras medidas de ambos é comissionar o capitão fiscal do Corpo de Polícia para sair em diligência contratando nas localidades do interior voluntários que quisessem sentar praça nos destacamentos locais, e desse modo remeter os soldados destacados de volta à capital. O que parece ser uma forma mais sistematizada de solucionar o problema de pessoal descentralizando o alistamento e permitindo a liberação dos destacamentos locais⁹⁵, isso partindo do princípio que não havendo homens dispostos a servir na capital e proximidades buscar nos interiores por voluntários a servir dentro de suas próprias localidades poderia representar um atrativo bem mais efetivo.

Importante ressaltar que Sotero de Menezes é uma figura recorrente na história da polícia neste período, motivo pelo qual reaparecerá no terceiro capítulo do presente trabalho, mas o que vale ressaltar sobre ele neste momento é que o mesmo, além de flexibilizar o alistamento na tentativa de completar o corpo e ser elogiado por ter disciplinado os praças de polícia fazendo cessar os incidentes que opunhas os soldados do Corpo de Polícia aos do Exército.

Entretanto sua pertinência aqui dá-se porque dois anos depois de sua entrada o próprio comandante comunicou ao presidente de província ter mandado açoitar algumas de suas praças, ao que se seguiu um conselho de investigação militar que considerou que o oficial cometeu abuso de autoridade. Formado um conselho de julgamento o comandante foi considerado incurso em infração e condenado a admoestação. Ainda que tenha sido dispensado de seu comando só posteriormente, e por outro problema que escapa ao escopo do presente trabalho⁹⁶, a admoestação e a conclusão de dois conselhos militares diferentes contra

⁹⁴1883.Falla do General Barão de Maracajú. p. 87.

⁹⁵1887 Falla do Exm. Sr. Conselheiro Francisco José Cardoso Junior. p. 83.

⁹⁶Sotero de Menezes estará diretamente envolvido no incidente que passou a ser chamado de caso “mão de seda” e envolveria a instrumentalização política do corpo de polícia paraense por parte desse oficial com vistas a perseguir opositores do governo. Sotero teria sido o responsável pela destruição dos livros de assentamento de praças que seriam utilizados para compor o processo. Para um estudo pormenorizado do caso ver: FARIAS, William Gaia. **A Construção da República no Pará (1886/1897)**. Tese (Doutorado em Historia). Niterói: UFF.2005. pp. 146-165.

um comandante de unidade é bastante representativa de o que a polícia representava e de que esse tipo de comportamento não tinha mais lugar dentro do corpo de polícia.

Em todas as situações é comum a defesa da necessidade de melhoria nas condições do serviço policial como forma de tornar o serviço atrativo e possibilitar o estado efetivo do Corpo que tanto carece de contingente. Em momento algum os soldados são tratados se não como publico alvo que se necessita conquistar para o serviço, a entrada para o Corpo de Polícia passa necessariamente pela vontade pessoal e pelo respeito, ainda que em que medida seja discutível, às liberdades individuais do soldado.

A julgar pelas obras de Marreca e Rego, como era de se esperar, a Província do Pará teve seu equivalente do Corpo de Polícia Paulista em uma consideravelmente longa duração. Tal qual o processo que Rosemberg encontra em São Paulo, foi a mobilização para a Guerra do Paraguai a responsável pela introdução desses modelos de policiamento⁹⁷. No ano de 1865 o legislativo da Província do Pará transformou o Corpo Provincial de Caçadores de Polícia em Corpo Paraense de Voluntários da Pátria. Até então, o Corpo Provincial de Caçadores de Polícia era incumbido da segurança provincial na tarefa de policiamento e manutenção da ordem na qual se sucederam diversas outras organizações anteriores. O Corpo Paraense de Voluntários da Pátria foi criado afim de assistir ao esforço de guerra e deixa a guarda da província à Guarda Nacional⁹⁸.

O fracasso da Guarda Nacional em reunir um contingente necessário levará a organização de um Corpo de Polícia Provisório, trazendo à capital as praças interiorizadas ao longo da província em 1867. Na primeira metade da década seguinte este Corpo foi fixado como Corpo Policial Permanente⁹⁹ e na segunda a força foi reorganizada nos moldes já aqui apresentados, em um Corpo¹⁰⁰ de Polícia e uma Guarda Urbana que, da mesma forma que a sua congênere paulista¹⁰¹, ficaria responsável pela capital, deixando ao segundo o

⁹⁷ROSEMBERG, André. . **Polícia, Policiamento e o Policial na Província de São Paulo, no final do Império:** a instituição, prática cotidiana e cultura. Tese (Doutorado em História Social. USP. SP, 2008.pp. 51-52.

⁹⁸Some-se ao debate pretérito a análise de REGO, Orlando L.M.M. **Retrospectivo Histórico da Polícia Militar do Estado do Pará (1822-1830)**. Belém: IHGB. 1981. pp. 31-32.

⁹⁹MARRECA, Orvácio D.C. **Histórico da Polícia Militar do Pará: desde seu início (1820) até 31 de dezembro de 1939**. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1940. p. 59.

¹⁰⁰A unidade militar denominada “Corpo”, como comumente usada no início do período Republicano e recorrentemente vista neste trabalho tem a equivalência organizativa do que seria à época um Batalhão, mas sendo usado como forma de acentuar a proveniência policial da unidade, que pouco difere do modelo de Batalhão atual. Entretanto, neste caso existe uma discrepância já que, no Império parece essa denominação ter a conotação de tropa administrativamente autônoma, pois, contudo se denomine Corpo de Polícia, sua estrutura encontraria melhor equivalente em uma Companhia.

¹⁰¹ROSEMBERG, André. . **Polícia, Policiamento e o Policial na Província de São Paulo, no final do Império:** a instituição, prática cotidiana e cultura. Tese (Doutorado em História Social. USP. SP, 2008. pp. 46-50.

policciamento do interior, mas a Guarda Urbana teve vida mais curta, sendo incorporada ao corpo mais militarizado sob a justificativa de alimentar grande falta de disciplina¹⁰².

Mantendo-se o sistema de policiamento e segurança apenas com o Corpo de Polícia do Pará, sendo responsável pelo policiamento rural e urbano auxiliado pelas guardas locais que lhes são subordinadas e gradativamente terminam fagocitadas, ele concentra as diversas atribuições e centraliza a administração policial da província.

Percebe-se aqui então uma possibilidade de estabelecer paralelos entre ambos os Corpos paulista e paraense, ainda que obviamente resguardadas suas especificidade que podem ser inerentes à diversidade histórica de ambos. Por exemplo, quando se considera o caráter urbano que as autoridades paraenses insiste em defender e esforçar-se para implementar.

Congruentes com as constantes manifestações sobre a necessidade de pessoal para o policiamento de Belém às portas da Proclamação da República no relatório de 18 de setembro de 1889 encontramos 498 praças no corpo de polícia paraense, das quais 111 estão na capital¹⁰³. A análise documental confirma, dessa forma, que à revelia dos protestos das autoridades policiais a concepção dos corpos de polícia como organizações voltadas para a administração de regiões periféricas ainda se impunha. E que ainda que uma porcentagem mais significativa das tropas policiais esteja presente na capital durante o Império, será apenas com o advento da República e suas crises intestinas que veremos a concentração da força de polícia militarizada se concentrando efetivamente em Belém.

Na verdade esse fenômeno é estritamente datado. Ele teria se dado logo após conflito que ficou conhecida como Revolta de 11 de Junho no ano de 1891, onde os praças de infantaria do Corpo de Polícia e alguns civis se levantaram em armas, prendendo seus oficiais e após um primeiro enfrentamento com o Esquadrão de Cavalaria, foram se entrincheirar em uma região de mata da periferia de Belém – região que deu o outro nome pelo qual o acontecimento ficou conhecido, a Revolta do Cacaolinho – aguardando reforços que supostamente estavam vindo do interior para o que se supunha ser um levante generalizado mas que acabou sendo dispersado pelas forças conjuntas do Esquadrão de Cavalaria de Polícia, o 15º Batalhão de Infantaria do Exército, a Companhia de Bombeiros e a canhoneira Guarani, da Marinha de Guerra.

¹⁰²REGO, Orlando L. M. de Moraes. **Retrospectivo Histórico da Polícia Militar do Estado do Pará (1822-1830)**. Belém: IHGB. 1981. p. 70.

¹⁰³1889. Relatório (Produzido por Ferreira Braga). pp. 50-51.

Este levante abriu a janela para uma completa reformulação das bases do Corpo de Polícia paraense que foi completamente dissolvido e seus praças enviados para conselho de guerra. Tendo ficado a cidade provisoriamente sob o policiamento das unidades restantes e tendo sido a maioria dos destacamentos do interior chamados à capital.¹⁰⁴

Devido ao que pode ser tanto um discurso alimentado pela mentalidade cosmopolita da administração provinciana de Belém ou a real necessidade de se retirarem força do interior que foi trazida pela mobilização para a guerra e posteriormente para a defesa da República. Isso já acentua, de antemão, simultaneamente similitudes e singularidades entre o Corpo de Polícia do Pará e o Corpo de Polícia Paulista, como se percebe no caso da recriação das guardas locais para o policiamento interior e os baixos números de soldados interiorizados

Não apenas esta comparação se faz útil, mas também a das formas de organização e de operação do Regimento paraense na República, que ilustram o mesmo caráter misto que Rosemberg encontrou para os policiais paulistas de três décadas antes, ainda no Império, como ficará melhor exposto a diante, a partir da caracterização dessa organização.

É igualmente útil, pra não dizer necessário, estabelecer igual relação entre o Corpo de Polícia do Pará e o Regimento Militar. Ainda que consideradas continuidades históricas, é sempre prudente partir do *a priori* de diferenciação como segurança de não se apoiar em demasia sobre o discurso ufanista institucionalizado e terminar por apoiar uma cronologia histórica que retrata o “mito de origem” triunfal, mas por vezes inconsistente.

Continuidade pertinente é como guardam ambas, o Corpo de Polícia Paraense do Império e o Regimento Militar do Estado no Pará republicano, este mesmo caráter misto em termos de organização, ideologia e operação, compartilhando inclusive um comandante geral já que o coronel Sotero, comandante geral do Regimento em 1897 fora dez anos antes, como supracitado, comandante do Corpo de Polícia em 1887¹⁰⁵ sendo este oficial proveniente do 15º Batalhão de Infantaria que se situava em Belém¹⁰⁶.

Estabelecer um vínculo entre estas polícias pode parecer uma obviedade quando levamos em consideração a existência atual da Polícia Militar do Pará e que esta corporação atual tenha em seu discurso a retroação de suas atividades ao longo da história paraense desde

¹⁰⁴1891 Relatório. Este documento trata exclusivamente do ocorrido, para análise historiográfica do levante ver: FARIAS, William Gaia. **A Construção da República no Pará (1886/1897)**. Tese (Doutorado em Historia). Niterói: UFF .2005.pp. 166-265

¹⁰⁵MARRECA, Orvácio D.C. **Histórico da Polícia Militar do Pará: desde seu início (1820) até 31 de dezembro de 1939**. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1940. p. 61.

¹⁰⁶REGO, Orlando L. M.M. **Retrospectivo Histórico da Polícia Militar do Estado do Pará (1822-1830)**. Belém: IHGB. 1981.p. 80. Bem como 1887.Falla do Exm. Sr. Conselheiro Francisco José Cardoso Junior.

o ano de 1818, como traz gravado em seu Brasão de Armas¹⁰⁷. Entretanto, dada a necessidade de, neste trabalho se considerar as sucessões de mecanismos de policiamento de modo mais específico, entendo serem as novas construções ou reformas pela qual estes mecanismos passaram as norteadoras de processos que, igualmente, guardarão mudanças e permanências, ao encontrar a substituição deste Corpo de Polícia da Província pelo Corpo Provisório de Linha¹⁰⁸, criado em assistência ao Exército em 1889 no quadro da Proclamação da República; ao ser recriado em 1890¹⁰⁹ e reformado em 1891¹¹⁰ e 1894¹¹¹. Tenho por base argumentativa que, ainda considerando a autonomia de cada uma dessas diferentes corporações – se é que o termo pode ser utilizado sem a conotação de uma uniformidade constituinte que é mais comum aos seus correlatos modernos que aos órgãos do século XIX agora tratados¹¹² – as relações que elas guardam entre si estabeleceram uma continuidade que foi justamente o fator que alimentou a pretensão da Polícia Militar atual a adotá-las como suas ancestrais, a primazia da manutenção da ordem social, e o militarismo.

Nesse sentido a força policial paraense era, em certa medida, o resultado de transformações, reformulações e mesmo reflexões sobre uma sucessão de órgãos que se destinavam aos diversos afazeres que cobriam a “atividade de polícia”¹¹³ na região amazônica. Tal força policial tinha por norteador da sua função política e social a manutenção da ordem ou, melhor dito de um certo *status quo*.

¹⁰⁷SILVA, Carlos Eduardo B. & CHARLET, Ronaldo Braga. Op. cit.

¹⁰⁸MARRECA, Orvácio Deolindo da Cunha. **Histórico da Polícia Militar do Pará: desde seu início (1820) até 31 de dezembro de 1939**. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1940. p. 62.

¹⁰⁹Idem.

¹¹⁰Coleção de Legislação do Arquivo Público do Estado (APEP) / Decretos do Governo Provisório de 1891 / Decreto nº 371 de 11 de Julho de 1891.

¹¹¹Coleção de Legislação do Arquivo Público do Estado (APEP) / Leis e Decretos de 1894 / Decreto de 11 de Setembro de 1894.

¹¹²Para um debate aprofundado sobre a diversidade da formação do Oficialato ver: SOUZA, Adriana B. “À Serviço de Sua Majestade: a tradição militar portuguesa na composição do generalato brasileiro (1837-1850)”.in: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Victor; KRAAY, Hendrik. (Orgs.) **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Ed.FGV. 2004. 159-178.

¹¹³Por atividade de polícia trato não somente da efetivação de rondas, preservação da ordem pública e manutenção da paz social, em suma, do policiamento ostensivo, ou “pré-crime” amplamente aceito hoje como função policial mas que apenas tangencia as atividades que estavam que sob responsabilidade do policial na época. As medidas ostensivas, por exemplo, que visam dissuadir o ato criminoso através da imposição do poder estatal personificado pelo seu agente automaticamente identificável pela sua carga simbólica – seja o fardamento ou outra forma de distinção – é um bom exemplo de dever que aparece apenas secundariamente associado ao policial do império e primeiros anos de república. Mas o tópico será melhor desenvolvido no segundo capítulo deste trabalho.

2.3 – *Res mili*¹¹⁴.

A nível de estruturação da força, para além das determinações oficiais do legislativo em seus números ideais, a chamada “força completa”, as poucas fontes do período republicano assinalam uma considerável flutuação no efetivo policial-militar em relação à primeira década estudada. Com o primeiro decreto após a Proclamação o Governo Provisório transformou o Corpo de Polícia em Corpo de Infantaria de Linha com o objetivo de manter mobilizado esse valioso contingente “enquanto não houver uma solução definitiva, sobre a organização das forças do Exército Republicano no Brasil”¹¹⁵, em uma medida aparentemente centralista, inserindo os militares estaduais na força nacional, ainda que permanecessem sob a responsabilidade financeira do Pará.

Igualmente por decreto, em 1891, foi recriada a força pública do estado sob a forma de um Corpo de Infantaria de 394 infantas divididos em quatro companhias, e mais um esquadrão de 124 cavalarianos¹¹⁶. Na primeira companhia, além de praças e oficiais inferiores e intermediários, estavam concentrados todos os oficiais superiores, organizados em um Estado Maior e um Menor.

Antes da importância do advento de um Estado Maior para a polícia militar, é importante perceber que mesmo as categorias de oficiais e praças não foram estipuladas no regulamento que (re)criou a organização. A própria pirâmide hierárquica que estrutura a polícia não está presente, mas tão somente as práticas e a rotina da força pública. Acompanhar a estrutura do Exército parece tão natural e intrínseco à instituição quanto sua própria existência.

Diferentemente do estatuto sob o qual se rege a atual Polícia Militar do Pará¹¹⁷, não há qualquer identificação de seus agentes como militares ou a organização de sua hierarquia, entretanto a organização que o texto subentende perpassa por uma estrutura militar, organizada e nomeada como as forças do exército nacional. Sua estrutura basilar é hierárquica e dividida entre oficiais e praças, e dentro destas a respectiva segmentação dessa divisão em várias graduações e/ou patentes que emulam as do Exército (Figura 7), formando então uma

¹¹⁴De mesma raiz da palavra República (*Res publica*), era como eram chamados os assuntos levados para a *Comitiacenturiata* que era a assembléia de cidadãos aptos ao serviços das armas, de onde se extraíam as forças para as legiões da Roma Republicana. Poderia ser traduzido superficialmente como “assuntos militares”.

¹¹⁵Coleção de Legislação do Arquivo Público do Estado (APEP) / Leis & Decretos 1890. Decreto nº 1 de 25 de novembro de 1889.

¹¹⁶Coleção de Legislação do Arquivo Público do Estado (APEP) / Decretos do Governo Provisório 1891. Decreto nº 371 de 11 de julho de 1891.

¹¹⁷ASEMBLÉA LEGISLATIVADO PARÁ, Estatuto dos Policiais Militares. Lei Nº 5.251, de 31 de julho de 1985.

cadeia de comando organizada e disciplinada, apta a manter sua ordem diante de eventualidades de forma mecânica.

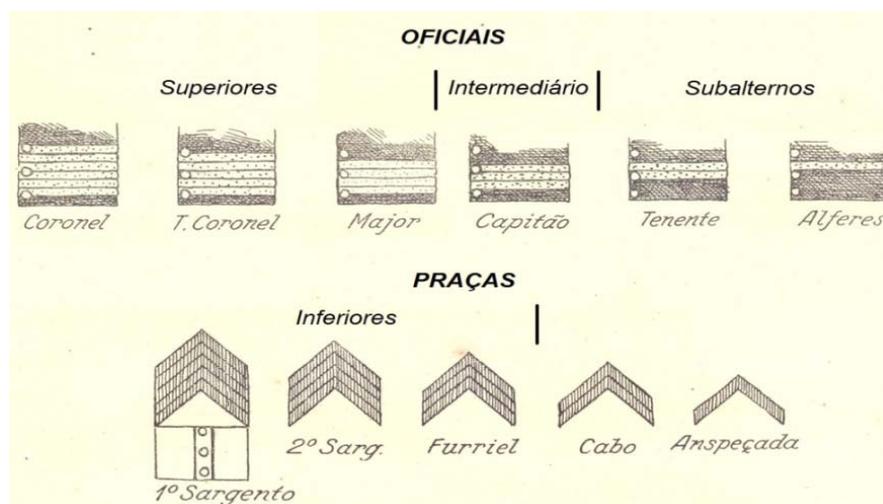


Figura 6 – Divisas das Patentes e Graduações do Exército Brasileiro de 1889 a 1894¹¹⁸

A criação do Estado Maior ganha então sentido e importância. Desenvolvido em fins do século XVIII e início do XIX, os Estados Miores tem por objetivo o auxílio logístico aos comandantes. No cenário europeu permeado pelo surgimento dos exércitos nacionais e das grandes mobilizações o Estado Maior reunia um corpo de oficiais qualificados tecnicamente para coletar informações sobre as diversas unidades de uma força, fornecendo ao comando suporte na manutenção da organização e na tomada de decisões estratégicas.

Para o oficial de Estado Maior – e Menor, que era por oficiais inferiores a serviço do comando da unidade – do Corpo de Polícia em 1891 as atribuições eram diferentes, mas tinham o mesmo objetivo, incluindo a observância de todos os serviços do quartel, visitar as guardas, o hospital e as cavaliças verificando a saúde de homens e animais, bem como observar o consumo de gêneros alimentícios e recursos em geral, produzindo relatórios para o comandante geral ou seu substituto direto, o major fiscal;

Art. 80 – O oficial de estado maior ou de dia entrará de serviço á hora da parada e desde então, até que seja substituído, é responsável por todo o serviço, em geral, do

¹¹⁸ Os indicativos eram bordadas no “canhão” (mangas) das fardas. Montagem das figuras presentes em: BARROSO, Gustavo. (Org) **Uniformes do Exército Brasileiro (1730-1922)**. Ministério da Guerra, 1922. pp. 69-70, com o adendo de que a denominação “Inferior” usada na imagem acima passa por uma ambigüidade, pois embora tratados e qualificados organizacionalmente na documentação como praças, recebiam a denominação corrente de “Oficiais Inferiores” vide: Coleção de Legislação do Arquivo Público do Estado (APEP) / Leis & Decretos de 1894. pp. 92-93.

corpo, e velará para que elle se effectue conforme as ordens e praticas estabelecidas, conservando-se sempre fardado e armado.¹¹⁹

Sendo estas as atribuições de todo o Estado Maior, haviam também atribuições específicas que eram uma característica dos Estados Maiores modernos, segundo alguns generais brasileiros. Ao dito major fiscal, assistido diretamente por um alferes ajudante, competia assegurar o registro escriturário do cotidiano da força, sendo responsável por todos os registros do quartel e por estar informado de toda a rotina burocrática, bem como por fiscalizar a conduta dos outros oficiais como o nome bem indica. Um alferes quartel-mestre mantinha a responsabilidade pelo acondicionamento, proteção, distribuição e manutenção de todos os materiais “consumíveis”, indo do rancho – o serviço de refeitório do quartel, quando havia – até a munição. Um alferes secretário responsável pela correspondência ordinária e reservada, incumbido da entrada, arquivamento e confecção de comunicações de todos os níveis de segurança. E por fim um capitão cirurgião ao qual competia a saúde de praças, officias e familiares de ambos, bem como de detentos das carceragens, além da execução de corpos de delito, fiscalização sanitária e exames de aptidão física.

O Estado Menor constava de um sargento ajudante que prestava assistência ao alferes ajudante, um sargento quartel-mestre assistente do alferes quartel-mestre. E por fim a banda de música que fora instituída, dissolvida, reconstruída e transferida diversas vezes ao longo do recorte desse trabalho, mas pelo regulamento de 1891 ela também compunha o Estado Menor com um Mestre de música, um corneta-mor e 20 músicos.

Em 1894 temos uma nova reforma, e a força ganha o nome de Regimento Militar do Estado. Apenas três anos depois e o novo regulamento fortalece consideravelmente a polícia militarizada. Comandado por um coronel – anteriormente o comandante geral recebia a patente de tenente-coronel – o Regimento estava agora “sob as immediatas ordens do Governo do Estado”¹²⁰, e não mais subordinado ao Chefe de Segurança Pública. Seu efetivo ideal é dobrado contando agora com dois corpos de infantaria e dois esquadrões de cavalaria, os quais passam a formar um corpo independente. Na prática, de uma unidade com o tamanho de um batalhão dotado de suporte de cavalaria, a polícia passou a contar com três unidades equivalentes a batalhões, dois de infantaria e um de cavalaria, os quais continham três Estados Maiores, um para cada corpo, e mais o comando geral do regimento.

¹¹⁹ Coleção de Legislação do Arquivo Público do Estado (APEP) / Decretos do Governo Provisório 1891. Decreto nº 371 de 11 de julho de 1891.p. 281.

¹²⁰ Coleção de Legislação do Arquivo Público do Estado (APEP) / Leis & Decretos de 1894. Decreto de 11 de setembro de 1894. p. 64.

Para além do incremento numérico, a saúde parece ganhar importância quando vemos que o Estado Maior do Regimento, que antes contava com um cirurgião, agora é formado por um médico de 3ª classe, três médicos de 4ª classe e um farmacêutico. E fora do Estado Maior temos mais um enfermeiro-mor e “tantos enfermeiros ajudantes quanto forem necessários”¹²¹, além de um amanuense para a escrituração dos documentos médicos, um “fiel” para as compras hospitalares e um cozinheiro para o cozimento das dietas.

Entretanto as atribuições de comandantes de unidades e membros dos Estados Maior e Menor não apresentam maiores mudanças se não artigos que parecem ter sido incluídos oficializando práticas criadas a partir da experiência, como acentuar a proibição aos secretários de mostrarem a documentação sem permissão, o reforço de que os suprimentos devem ser pesados e pedidos pelo quartel-mestre antes de armazenados. Mas nos níveis das unidades menores se proliferam novos postos, como o de 2º sargento correio, responsável pela manutenção das correias e arreios dos cavalos; de 2º sargento carpinteiro, responsável pelo concerto das mobílias; cada companhia teria direito à nomeação de um furriel, militar de confiança do comando, responsável pela guarda e conservação de todo o material a cargo da companhia. Os comandantes da guarda seriam responsáveis por tudo que concerne a segurança da carceragem, montando e distribuindo sentinelas e zelando pelas condições sanitárias e materiais do xadrez.

Considerando tão somente a documentação oficial, pode-se dizer que essa reforma investiu com peso no fortalecimento da organização policial militar do Estado. Mas não apenas a nível quantitativo, pois se o aumento do número de oficiais pode ser considerado conseqüente do novo efetivo de mil homens – ao menos essa era a pretensão – o mesmo não se pode dizer do aumento do número de Estados Maiores. Responsáveis pela organização interna do corpo e a manutenção de suas atividades, eles refletem a necessidade de flexibilização da força já que raramente seria mobilizado todo o corpo, de modo que, ainda que dependentes burocraticamente do comando geral, cada corpo era individualmente independente quanto à sua subsistência, como também são indícios o aparecimento das duas primeiras especializações, os sargentos correio e carpinteiro.

Nesse mesmo sentido temos o aparecimento dos furriéis e comandantes de guarda. Ambos tem pouco a dizer percebidos à luz da organização centrada em quartéis de corpos, nos quais apenas reproduzem em escala muito menor a função dos quartel-mestres e oficiais de Estado Maior respectivamente. Entretanto justamente a escala leva a crer que esses postos

¹²¹Coleção de Legislação do Arquivo Público do Estado (APEP) / Leis & Decretos de 1894. Decreto de 11 de setembro de 1894. p. 110.

não foram projetados para aquartelamentos grandes, mas ao contrário, para os pequenos quartéis e diligências do interior do Estado. Assim também se dava organização em cada companhia que, ainda que dependesse da organização burocrática dos corpos, tinha a capacidade de se destacar para executar missões específicas.

Nesse cenário, uma vez estabelecida a missão de diligência, cada companhia seria, em um estado ideal, rapidamente mobilizável e destacável de seu corpo graças à figura do furriel – claro que levadas em consideração as situações conhecidas são raríssimos os casos nos quais uma companhia inteira foi mobilizada. Possibilitando o pronto emprego de uma força de porte médio sem grandes impactos para a sua manutenção. Bem como o papel do comandante de guarda, sem graduação estabelecida, responde institucionalmente às necessidades de manutenção de contingentes ínfimos distribuídos nos quartéis que servem também como xadrez no interior do Pará. Desta feita, essa reforma fortalece materialmente os militares do Estado, e paralelamente descentraliza sua capacidade operacional enquanto centraliza o poder de decisão, esboçando, talvez, as sementes de um projeto de reinteriorização da polícia e expansão do controle político pelo Pará.

2.4 – *Comitia centuriata*.

De todo modo, a escassez de fontes prende boa parte de qualquer tentativa de delinear a estrutura da força pública a uma pequena variedade de documentos – certamente abundante na época, a confiar na existência dos 64 diferentes livros de registros listados no regulamento – de um universo documental bem maior mas que majoritariamente não sobreviveu até o presente. Com efeito, fazendo minhas as palavras de Marc Bloch, “a pacífica continuidade de uma vida social sem rasgos de febre mostra-se menos favorável do que às vezes se acredita à transmissão da memória”¹²². O momento mais bem documentado dentro do período republicano, se não ao longo de todo o recorte termina por ser a viagem para a Bahia, em auxílio ao exército contra os canudenses, por isso esses são os documentos hora analisados.

Os números do Regimento na tarde de 05 de agosto de 1897 são incertos. A julgar pelas tabelas de vencimentos de Outubro de 1897 do Regimento, que estão disponíveis no APEP¹²³, contam-se, para o 1º Corpo de Infantaria, 314 praças e 229 para o segundo, totalizando 543 praças nas oito companhias.

¹²²BLOCH, Marc. **Apologia da História**. Ed. Jorge Zahar, Rio de Janeiro. 2001. p. 85.

¹²³APEP/ Poder Executivo / Segurança Pública / Regimento Militar / Folhas de Pagamento / Vencimentos do 1º & 2º CI de Agosto de 1897.

O testemunho de Euclides da Cunha¹²⁴ concorda com a obra de Marreca¹²⁵ que havia 640 homens no “punhado de bravos [...] forçados a abandonar seus lares”. Mesmo considerando o intervalo temporal entre ambas as publicações, a coincidência parece apontar para a afirmação de terem ambos se baseado em números oficiais. Rego, porém, em seu segundo livro¹²⁶ contabiliza 547 homens ao todo.

Em termos legais a Lei nº 514 de Maio de 1897¹²⁷ fixa a força paraense em 55 oficiais, além de 938 praças e 9 oficiais do Estado Maior General do Regimento. Em seu regimento, publicado pelo Decreto de Setembro de 1894, dispõe-se que o Regimento se forme de um “Corpo de cavallaria” com 209 homens, e dois “Corpos de infantaria” com 392 homens cada, mais um Estado Maior General do Regimento composto de 7 oficiais superiores, totalizando o dito efetivo de 1000 homens¹²⁸.

Obviamente nem todos foram à Canudos, ficando um número ainda indefinido adidos ao Corpo de Cavalaria, como o músico de 2ª classe Manoel Francisco do Nascimento e o Carpinteiro Alexandre Alves da França¹²⁹. Contudo que o efetivo estabelecido pelo legislativo estadual mantenha sua constância ao longo deste período até meados de 1900, quando recebeu pequeno incremento com a criação de um Corpo Auxiliar¹³⁰, é igualmente óbvio que, tomando por exemplo os efetivos apresentados anteriormente, todas as estimativas quantitativas de membros dos Corpos de Infantes se distancia em muito do ideal estabelecido pelo regulamento e pela legislação estadual de 793 militares estaduais paraenses entre praças e oficiais de infantaria rumando à Canudos.

Podemos considerar ainda a questão da interiorização da força com Mappa Demonstrativo de Guardas Locais e praças no interior do Estado, que, mesmo sem data, consta no Arquivo Público do Estado do Pará, em caixa com intervalo de 1894 a 1901. Problema que pode ser solucionado ao perceber-se que, quando da reformulação que sofreu a força pública em 1894, ficou estabelecido pela Lei nº 191 de 20 de Junho que:

Art. 9.º – Extingue[-se] as guardas locais.

¹²⁴CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. vol. II. Nova Cultural, São Paulo. 2003.p. 83.

¹²⁵MARRECA, Orvácio D.C. **Histórico da Polícia Militar do Pará: desde seu início (1820) até 31 de dezembro de 1939**. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1940. p. 76.

¹²⁶REGO, Orlando L. M. M. **Retrospectivo Histórico da Polícia Militar do Estado do Pará (1822-1830)**. Belém: IHGB. 1981. Loc. cit

¹²⁷Coleção de Legislação do Arquivo Público do Estado (APEP) / Leis de 1897.

¹²⁸Coleção de Legislação do Arquivo Público do Estado (APEP) / Leis & Decretos de 1894.

¹²⁹APEP/ Poder Executivo / Segurança Pública / Regimento Militar / Folhas de Pagamento / Vencimentos do 1º CI de Agosto de 1897.

¹³⁰MARRECA. Orvácio Deolindo da Cunha. Opt. cit. p. 129.

§. Único. Para a polícia das localidades do interior do Estado o Governo fornecerá destacamentos tirados dos dois corpos de infantaria de acordo com a tabela que servia à guarda local, devendo nas cidades, e sempre que for possível, ser esses destacamentos comandados por oficiais.¹³¹

Ficaria então sob o encargo exclusivo dos corpos de infantaria o policiamento das regiões interioranas do estado em substituição às Guardas Locais. Estas guardas, com aparecimento esporádico ao longo do Império e restabelecidas no ano de 1892¹³², seriam forças de segurança fardadas, armadas e remuneradas pelo governo estadual e instaladas na sede de cada município, excetuando-se a capital, sujeitando-se às autoridades de segurança.

Contudo, esta missão parece ter excedido as possibilidades da força, já que, no ano de 1897, as Guardas Locais são recriadas pela Lei nº 514 de 22 de Maio¹³³, agora sob a tutela do Regimento Militar, que terá por responsabilidade o treinamento e a fiscalização de tais guardas, que apenas cinco anos depois desaparecerão da estrutura de segurança do estado, no ano de 1902, levando a crer que, ao contrário do que se possa pensar em um primeiro momento, as Guardas Locais não foram recriadas antevendo a saída do Regimento em campanha, mas para acorrer a um problema mais duradouro, possivelmente a falta de contingente para o policiamento do interior.

A recriação das Guardas Locais, sob o comando de seus próprios inferiores¹³⁴ ou de oficiais do Regimento Militar, comprova o esforço em uma gradual interiorização do Regimento que, mesmo levado a recorrer novamente a elas, permaneceu paralelamente realizando o policiamento interiorano. E mesmo estando disposto na citada lei de 1897 que devam oficiais do Regimento Militar comandar estas guardas interioranas, nas relações de militares interiorizados estes aparecem apenas a partir de 1900¹³⁵.

Nesse sentido, ao considerar a ausência de oficiais superiores ou inferiores no Mappa sem data, ele apenas pode se situar entre os anos de recriação das guardas, 1897, e o de 1899, período no qual, o efetivo do Regimento foi praticamente inalterado como se atesta pelas leis nº 270 de 07 de Junho de 1895, nº 412 de 8 de Maio de 1896, nº 514 de 22 de Maio de 1897, e a nº 575 de 18 de Junho de 1898 que fixa também o efetivo para 1899¹³⁶.

¹³¹ Coleção de Legislação do Arquivo Público do Estado (APEP) / Leis de 1894.

¹³² Idem / Leis e Constituição de 1891 a 1900. p. 51.

¹³³ Idem / Leis de 1897.

¹³⁴ À época os 1º e 2º Sargentos estavam dentro da categoria de “oficiais inferiores”, podendo esta ser estendida sem o termo “oficial” aos Cabos, em alguns documentos..

¹³⁵ APEP/ Poder Executivo / Segurança Pública / Regimento Militar / Mappa de Guardas e Praças / Relação dos Srs. officiaes e praças que se acham destacados em diligencia no interior do Estado_1900 & 1901.

¹³⁶ Coleção de Legislação do Arquivo Público do Estado (APEP) / Leis e Constituição de 1891 a 1900.

Então, retornando por fim à questão do efetivo da campanha, a recente recriação das Guardas Locais permite inferir que o contingente interiorizado não pôde ser disponibilizado para a guerra de Canudos, reduzindo parcialmente a lacuna entre o contingente estabelecido por lei e os números que se encontram para a campanha, contudo que a soma de 65 praças que estavam diligenciados ao interior¹³⁷ com os 640 da numeração “oficial” de Marreca e Euclides da Cunha ainda resulta em um número relativamente inferior ao ideal de quase 800 que se lê no regulamento.

Principalmente considerando que quando se trata dos homens em campanha os relatos variam, como já mostrado anteriormente, dos 543 praças nos vencimentos, e chegando aos ditos 640. Contudo, se somarmos os 543 praças pagos em outubro aos 39 oficiais listados por Orlando de Moraes Rego e aos 65 praças interiorizados teremos um total de 647 que se aproxima bastante da estimativa da primeira obra de Rego¹³⁸, que publica serem 650 militares, dos quais 39 oficiais, no embarque, levando a crer que este provavelmente era o efetivo total dos infantes do Regimento e não o de embarcados no vapor Pernambuco.

Assim como os números, o perfil dos componentes dessa tropa era igualmente pouco uniforme. O regulamento do Regimento estabelece que para a composição de praças dos corpos, concorreriam voluntariamente cidadãos brasileiros entre 18 e 40 anos e com a “preciza robustez verificada em rigorosa inspecção de saúde”, além de lisura criminal, ou “provada moralidade”¹³⁹. Sob estas circunstâncias o voluntário estaria alistado por três anos, ao final dos quais, caso houvesse interesse, este poderia se engajar por três anos, incorporando uma bonificação de um décimo de sua praça ao seu soldo.

É justamente nesse sentido que se percebe um pouco da dinâmica desses alistamentos e as diferenças entre os soldados do 1º e do 2º Corpo. As informações acerca do tempo de serviço¹⁴⁰ demonstram o perfil significativamente mais experiente das praças do 1º Corpo. De seu total de 314 praças, a maioria destas é qualificada como “engajado”, ou seja, haviam já servido por três anos e optado por permanecer na força, muitos engajados nos anos de 1895 ou 96, indicando sua entrada nos anos de 1892-93, anteriores mesmo à formação do Regimento Militar em 1894.

¹³⁷APEP/ Poder Executivo / Segurança Pública / Regimento Militar / Mappa de Guardas e Praças / Mappa demonstrativo de guardas locais e praças do Regimento Militar do Estado existentes no interior do Estado.

¹³⁸REGO, Orlando L. M. de Moraes. **A Brigada Policial do Pará na Campanha de Canudos**. Belém. IHGB. 1965. p. 9.

¹³⁹Coleção de Legislação do Arquivo Público do Estado (APEP) / Leis & Decretos de 1894. pp. 65-66.

¹⁴⁰APEP/ Poder Executivo / Segurança Pública / Regimento Militar / Folhas de Pagamento / Vencimentos do 1º & 2º CI de Agosto de 1897.

Ainda para o 1º Corpo tem-se outro número que demonstra o tempo de serviço de seus praças. Em termos percentuais, mais de 26% correspondem a praças engajados, que tendo prestado 3 anos de serviço voluntário, optaram por permanecer mais 3 anos, outros mais de 25% dos praças pertenciam à categoria dos que estavam servindo “de tempo acabado”, em outros termos, findo seu tempo de serviço voluntário, não haviam ainda recebido sua baixa. O restante do corpo está dividido entre os “Engajados de tempo acabado”, tendo servido seus seis anos de voluntariado e engajamento, e ao fim, ainda não haviam saído do estado efetivo; alguns poucos são determinados “praça[s] indutado[s]” e algumas dezenas de soldados são denominados “voluntários”, indicando sua entrada mais recente, possivelmente variando entre os anos de 1895 a 1897.

Para o 2º Corpo, do total de 229, percebe-se o comportamento inverso. Os já engajados e, portanto, com mais de três anos de serviço computado eram apenas 18,7%. Pouquíssimos, como o cabo de esquadra da 1ª Companhia Antonio Fernandes Ramos, podem ter sua data de entrada retroagida a 1893, levando a crer que, alistado antes da criação do 2º Corpo de Infantaria, pôde talvez ter a oportunidade de alguma ascensão transferindo-se para o novo Corpo já com algum tempo de serviço. Mas a maioria destes deu sua entrada justamente no ano de 1894 e, se mantendo na unidade desde sua criação, optaram por permanecer quando do fim de seu período de alistado, contando quatro anos de serviço.

As praças que se encontram servindo além do seu tempo estabelecido correspondendo a apenas 6,5%, dentre os quais encontramos motivos bem específicos para tal, como o exemplo do corneta da 1ª Companhia Manoel Euclides da Silva, que deveria justamente receber sua baixa no ano de 1897, estando porém em débito não definido com a tesouraria, prestaria serviço com desconto no soldo até abater a dívida. Semelhante situação passava o soldado da mesma Companhia Antonio dos Santos Andrade, o qual se alistara voluntariamente quando da criação do Regimento e 2º Corpo em junho de 1894, e quase exato um ano depois deixou o quartel, só retornando dali a mais um ano e 14 dias, débito de tempo que deveria ser pago. Já o caso do soldado também da 1ª Companhia João Theodósio de Souza parece bem mais desesperador, pois além de ter se ausentado do quartel por um ano e 28 dias, ainda incorria em débito a ser quitado tal qual o corneta Manoel. Interessante notar o cabo de esquadra da 3ª Companhia Joaquim José Gomes, que ainda consta como alistado, mesmo tendo entrada em 1892, sem qualquer tipo de justificativa para a sua permanência.

A predominância no 2º Corpo era, de fato, dos voluntários. Representando a parcela de 69,4% das praças, tendo por data de entrada as mesmas dos voluntários do 1º Corpo, com o adendo do caso dos soldados da 1ª Companhia Raymundo Zacharias Samo Tavares e

Clementino José Monteiro de Freitas, voluntários respectivamente desde abril e julho de 1897, ou do da 2ª Companhia Eugênio José Raymundo Monteiro de Fevereiro do mesmo ano. O subtópico “Da Escola de Recrutas” do Capítulo IX do regulamento¹⁴¹ estabelece que, entrando para o Regimento, os recrutas serão instruídos pelos inferiores do corpo por um período de até seis meses. E determina ainda que:

Art. 148 – Os recrutas enquanto não passarem a prompts, só serão escalados para serviço interno do quartel, sendo durante as horas do ensino substituídos por praças prompts; mas si a necessidade for tal que exija o concurso dellas no serviço externo, deverão ser escolhidos para este fim os mais adiantados¹⁴²

Estes praças, tais como alguns outros de outras companhias, a julgar pela data de entrada, tiveram pouco ou nenhum tempo para serem instruídos na “escola do soldado”, nas formas, unidades militares, postura e combate, contribuindo para a impressão de que tão proporcionalmente o 1º Corpo de Infantaria era formado por veteranos quanto o 2º era predominantemente constituído de militares menos experientes e até mesmo novatos no sentido restrito do termo, e teriam então suas primeiras experiências militares justamente no campo de batalha, “honrando a farda”.

2.5 – *Si vis pacem, para bellum*¹⁴³.

Outro ponto característico dos militares em campanha era justamente o fardamento. Este era estabelecido pelo Capítulo XII do regulamento de 1894, sendo cedida ao militar em serviço e substituída periodicamente de acordo com a tabela, que considerava o tempo de duração e a frequência de uso da peça de fardamento, e devolvidas ao fim do serviço, ficando a cargo do militar o pagamento da peça em caso de destruição ou extravio¹⁴⁴. Talvez com uma documentação abrangente possamos situar justamente aqui casos como das praças servindo além do tempo por dívida com o comando mostrados há pouco.

Este fardamento, pelo regulamento, se constituiria de diversas peças da indumentária militar que iam de luvas a botas de couro da Rússia para montadas, entretanto o mappa de

¹⁴¹Coleção de Legislação do Arquivo Público do Estado (APEP) / Leis & Decretos de 1894. pp. 104-105.

¹⁴²Idem. Loc. cit.

¹⁴³Antigo provérbio latino traduzido por “Na paz, prepare-se para a guerra”, inferindo a necessidade do que é chamado atualmente de “força de dissuasão” como um fator essencial para a manutenção da paz.

¹⁴⁴Coleção de Legislação do Arquivo Público do Estado (APEP) / Leis & Decretos de 1894. pp. 119-120.

distribuição de fardamento do mesmo ano de 94¹⁴⁵ apresenta para cada praça apenas um par de botinas ou botas de montada, pares de meias, ceroula de algodão, calça de brim branco e de pano azul monocromática, para infantaria, e com lista amarela, para cavalaria, camisa de algodão, blusas de pano azul, dolman de pano azul, bonet redondo de pano, kepi e capa para kepi, gravata de polimento, lenços de chita. Em Canudos, apenas três anos depois, o quadro já se mostrava significativamente diferente (Figura 8).



Figura 7 – 1º e 2º Corpos do Regimento Militar Paraense em Canudos¹⁴⁶

Aqui se vê o fardamento de campanha, com o adendo de que a fotografia traz alguns traços característicos para o fardamento. Primeiramente notando-se a propriedade, por parte da totalidade dos militares, de chapéus de abas largas variando em de diversos tamanhos, em substituição a “kepis” e “bonet’s”. Segundo Euclides este era o “uniforme característico” que o Regimento adotara desde a chegada à Bahia, cobrindo-se todos, praças e oficiais, com chapéus desabados de palha de Carnaúba, o que dava a impressão à distância de serem antes um “numeroso bando de mateiros”¹⁴⁷.

¹⁴⁵APEP/ Poder Executivo / Segurança Pública / Regimento Militar / Mappa de Guardas e Praças / Regulação da distribuição de fardas de 1894.

¹⁴⁶Portfolium: Laboratório de Imagens/ Imagens da Guerra /Foto32.

¹⁴⁷CUNHA. *Os Sertões*. vol. II. Nova Cultural, São Paulo. 2003. p. 97.

Outra diferença está na escolha das calças, onde predomina a cor clara e o tamanho mais folgado, e ainda a presença de bombachas, calças tradicionalmente gaúchas e que, a julgar pelas fotos de campanha existentes, foram recorrentes para soldados e praças, não apenas do Regimento Militar paraense, mas de toda a força em campanha, identificadas em atesto a isso mais claramente na foto acima (figura 8) com o segundo homem da esquerda para a direita, e o segundo homem de pé à direita da bandeira.

É possível então perceber aqui o reflexo da campanha sobre o fardamento do Regimento, haja vista que nas poucas fotografias que nos chegam pela obra de Rego e pelos álbuns da época, pródigos em fotos, mas não as dos militares, o 1º Corpo é retratado com o uniforme bastante claro, provavelmente branco ou creme (figura 9) se levado em consideração o fato dessa ser a cor das unidades de Caçadores desde o começo da Guerra do Paraguai como consta no livro de fardas¹⁴⁸. O 2º Corpo apresenta um uniforme que, contudo esteja em uma foto em preto-e-branco, por associação do uniforme do Exército supõe-se que seja inteiramente azul (figura 10).



Figura 8 – Forma do 1º Corpo do Regimento Militar Paraense em frente ao seu quartel.¹⁴⁹

¹⁴⁸BARROSO, Gustavo. (Org) **Uniformes do Exército Brasileiro (1730-1922)**. Ministério da Guerra, 1922. p. 61 & Estampa 117.

¹⁴⁹FIDANZA, F.A. *Álbum de Belém*. 1902. pg. 80.

O sertão árido nordestino, com parca vegetação e sol inclemente sob os quais a tropa marchou, estaria sem dúvida exigindo seu próprio pedágio das forças estaduais. Ao voltar para a primeira foto é perceptível o fato de que, dentre os que estão ainda completamente fardados, a aparente maioria traja o uniforme claro, e por isso provavelmente mais fresco, do 1º Corpo.

Nesse sentido percebe-se aqui uma negociação acerca do dolman. Esta peça de vestuário europeu e tipicamente trajada por membros da cavalaria, em especial os eqüestres das Cavalarias Ligeiras, fora copiada do modelo português, este por sua vez sendo derivado do modelo inglês, e trazido para o Brasil pelo Decreto n. 1.729 do ano de 1894¹⁵⁰, o qual reformulou totalmente as fardas do Exército, impondo o dolman azul-ferrete indistintamente a todos os militares, oficiais ou praças, e de todas as armas, montados ou não, tornando a vestimenta identificada como eminentemente militar brasileira neste período.



Figura 9 – Forma do 2º Corpo do Regimento Militar Paraense em frente ao seu quartel.¹⁵¹

¹⁵⁰BARROSO, Gustavo. (Org) **Uniformes do Exército Brasileiro (1730-1922)**. Ministério da Guerra, 1922. p. 69.

¹⁵¹FIDANZA, F.A. *Álbum de Belém*. 1902. pg. 79.

Walnice Galvão acentua como, devido às condições insalubres que se faziam no palco da campanha, na qual soldados rasos marchavam sem calçados, e trajavam uniformes cujas cores se destacavam contra o fundo da caatinga, tornando-os alvos imediatamente identificáveis¹⁵². Ao se aproximar do fim do conflito, oficialato e soldadesca abandonaram as fardas e passaram a combater à paisana.

Tendo o 2º Corpo sido criado no mesmo ano da reforma, parece ter incorporado o mesmo padrão. Contudo, a disposição do comando quanto à troca dos bonés e kepi's reflete certo nível de flexibilidade em termos de vestimenta e a tentativa de adequação ao novo ambiente cuja escassez de água, de vegetação e a conseqüente grande exposição à luminosidade, não estavam preparados os militares amazônicos.

O mesmo valeu-se para a calça, na qual o modelo branco e as bombachas mais condizentes com os sertanejos da região se tornaram peça comum, entretanto o uso do dolman parece ter sido considerado indispensável, dado que foi acentuada a partida das praças perfeitamente fardadas pela tabela em vigor, equipadas e municadas desde o estado do Pará¹⁵³.

Contudo, no dia 06 de setembro, quando a tropa já estará acampada em Monte Santo, encontraremos grave admoestação do comando do 1º Corpo de Infantaria acerca da formatura feita que, a bem da recomendação de “toda a correção no uniforme”, identificou o Comando grande número de praças e alguns oficiais em forma desuniformizados, e mesmo com uniforme estranho à tabela, o que “vem depor contra a disciplina desse corpo” e que, por tanto espera “já mais se reproduza”¹⁵⁴. Tendo como agravante a presença em inspeção do marechal Ministro da Guerra.

Seria então esta uma dupla negociação que visava alcançar um meio termo entre o princípio disciplinar e uniformizador que o uso do fardamento representava e as necessidade que se impunham pelo próprio contexto de campanha para o qual a indumentária, tal qual os soldados, não foram preparados. Esta negociação parece variar de nível mesmo dentro da própria força como dá-se na diferença de exigências entre os comandos do 1º e 2º Corpos, que refletem claramente níveis diferentes de flexibilidade acerca da aparência e equipagem pessoal da soldadesca.

¹⁵²GALVÃO, Walnice. **O Império do Belo Monte: vida e morte de Canudos**. Ed. Fundação Perseu Abramo. 2001. p. 90.

¹⁵³REGO. . **Retrospectivo Histórico da Polícia Militar do Estado do Pará (1822-1830)**. Belém: IHGB. 1981. p. 112.

¹⁵⁴Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / Regimento Militar / Ordens do Dia 1987 / nº 186.

Na ilustração (figura 11) se percebe os detalhes em cores nos uniformes e já uma adaptação às necessidades do palco de operações, com o oficial trajando bombachas e chapéu de aba, e o lenço ao pescoço “à gaúcha”. O soldado além do chapéu usa sandálias de tiras tipicamente nordestinas e traz seu sobredito equipamento pessoal, este consistindo de um cantil para a reserva individual de água.

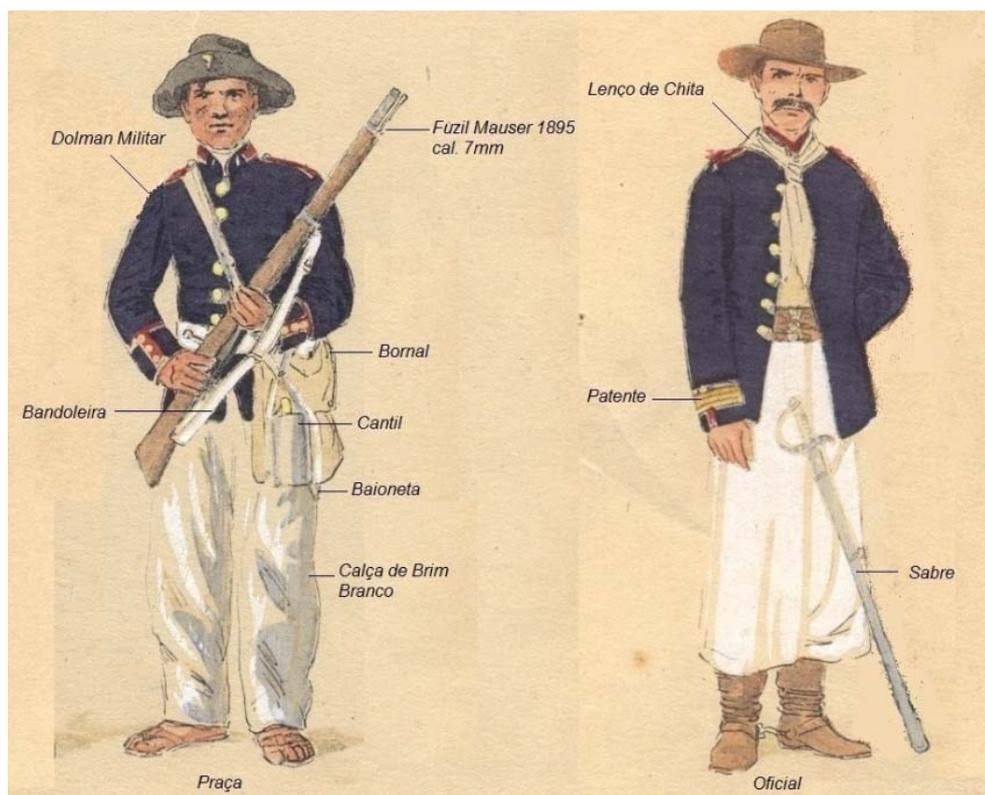


Figura 10 – Ilustração de militares em campanha no sertão Baiano.¹⁵⁵

Como armamento, o Regimento Militar paraense já portava o fuzil belga Mauser 7mm modelo de 1895, o mais moderno fuzil militar brasileiro da época. O fuzil Mauser teria escolhido devido ao fracasso do modelo alemão/austriaco Mannlicher modelo 1888 que deveria substituir o também belga Comblain.

O modelo Comblain demonstra um esforço diferenciado na equipagem do Regimento. Tendo a prática de acompanhar o armamento do Exército, encontramos o coronel Sotero de Menezes queixando-se em 1887 de o corpo estar munido ainda de armas do “condenado” sistema minié¹⁵⁶. Popularizados durante a Guerra Civil americana, os rifles minié tinham como característica a alta precisão e alcance apesar da recarga pela boca da arma e da

¹⁵⁵ BARROSO, Gustavo. (Org) **Uniformes do Exército Brasileiro (1730-1922)**. Ministério da Guerra, 1922. p. 61 & Estampa. Recorte e montagem da Estampa nº 176.

¹⁵⁶ 1887. Falla do Exmo. Sr. Conselheiro Francisco José Cardoso Jr. pp. 82-83.

necessidade de pólvora e espoleta para o seu disparo. Extensamente utilizados no Brasil durante a Guerra do Paraguai, já havia caído em desuso e era considerado ultrapassado, estando em boa parte do contingentes do Exército já substituídos pelas Comblains – inclusive aqui o 15º Batalhão de Infantaria e o 4º de Artilharia estacionados do Pará.

Nestes idos da década de 80 reclamavam os comandantes que os miniés ainda geravam problemas por terem dois calibres, 14,8mm e 14,66mm, o que dificultava a compra e reserva de munição. E especialmente o quanto era inovador e positivo no modelo belga o uso de munição encartuchada (figura 12) e a recarga pela culatra, ainda que continuasse “tiro-a-tiro” já que não havia compartimento para munição e portanto precisava ser recarregado após cada disparo. Contudo já iam-se os tempos mais escassos quando, por exemplo, das 30 e poucas praças disponíveis para policiamento na capital Antonio O’ de Almeida, o comandante do Corpo de Polícia entrega a Gama Abreu mais de 20 delas desarmadas por carência de equipamento¹⁵⁷.



Figura 11: Caixa & Cartuchos de Comblain 11x50 mm fabricados no Laboratório de Campinho.¹⁵⁸

Acabam, por fim, os Comblain passando pelas mãos dos soldados de polícia. Essas armas tinha funcionamento extremamente simples, com uma alça de mira sobre o cano e alma raiada, o que significa que possuía o interior de seu cano trabalhado em espiral, de modo a levar o projétil a executar movimento giratório quando de sua saída, e conseqüentemente

¹⁵⁷1881. Relatório apresentado pelo Exmo. Sr. Dr. José Coelho da Gama e Abreu. Anexos p. 73.

¹⁵⁸Imagem do Acervo do Museu de Armas Ferreira Cunha.

umentar sua precisão e alcance. A característica desta arma criada para a Guarda Cívica Belga e que fora adotada pelas forças armadas brasileiras desde 1873 era seu bloco da culatra, a caixa que garante o mecanismo de disparo, que era móvel e descia verticalmente quando o guarda-mato, a estrutura metálica que protege o gatilho e que nesta arma também era a alavanca de armar, era puxado para baixo, expondo a câmara de munição e permitindo a colocação de um projétil encartuchado, parecendo-se muito com a popular Winchester .22 na ação de armar.

O Comblain passou por diversas modificações menores feitas no Brasil, que criaram um modelo caracteristicamente nacional; como a trava de segurança do gatilho e da alavanca de armar, e a “telha” de madeira sobre o cano, que antes ficava exposto e, em fogo rápido, superaquecia e criava risco de queimadura para o atirador. A principal vantagem da arma era sua alimentação, pois aceitava o cartucho de “ouropel”, ou folha de latão enrolada fabricado localmente como os exemplares da imagem acima (figura 12) onde se lê na caixa “Laboratório Pyrotechnico do Campinho”.

O fuzil Comblain foi apenas muito lentamente substituído por armas mais modernas, sendo ainda arma padrão da força pública paraense constante no seu regulamento de 1891¹⁵⁹, com os custos das peças para reembolso por parte do praça que destruísse ou a extrviasse. Era, igualmente, a arma usada pelo Regimento Militar amazonense em 1897, quando da viagem à São Salvador onde teriam sido trocadas por Mauser's¹⁶⁰ do exército. Somente será iniciado o gradual processo de substituição do Comblain pelo Mannlicher nas forças armadas brasileiras em 1892, mas ele ainda se fará presente na Revolução Federalista e no arraial de Canudos, em ambas as mãos, de legalistas e canudenses.

O modelo substituto das tradicionais Comblain imperiais a partir da Proclamação foi o já usado pelo Chile, Bulgária e Grécia, Mannlicher modelo 1888, o *Reichsgewehr* – fuzil do Império em alemão – ou *Comission Rifle* – rifle da comissão em inglês, em alusão à comissão austro-prussiana que o projetara. Este rifle fora o primeiro fuzil adquirido após a Proclamação e, visto que os *Kropatschek* de carregador tubular – no qual os cartuchos, carregados um por vez, ficavam armazenados abaixo do cano haviam sido comprados apenas para a marinha, estreou o conceito de arma de repetição para o Exército brasileiro.

¹⁵⁹ Coleção de Legislação do Arquivo Público do Estado (APEP) / Decretos do Governo Provisório de 1891. pp. 313-317.

¹⁶⁰ MARIANO, Cândido José. Apud. GOMES FILHO, Gregório Ferreira. **Extremos na Historiografia Brasileira: Marreca e o Regimento Militar do Pará na Campanha de Canudos.** Monografia – Bacharelado / Licenciatura em História. UFPA, Belém. 2006

Com sistema de ferrolho (Figura 13), as grandes inovações da Mannlicher foram a utilização de munição de menor calibre (7,96x57mm) em relação às anteriores, que sendo mais leve, possibilitava um número maior de cargas por pessoa, além de trazer a pólvora sem fumaça e o mais importante, cliques para cinco cartuchos que, como vistos no diagrama¹⁶¹, ficavam sobrepostos possibilitando tiros consecutivos após os quais o clipe de munição era expulso automaticamente por uma abertura inferior no bloco.

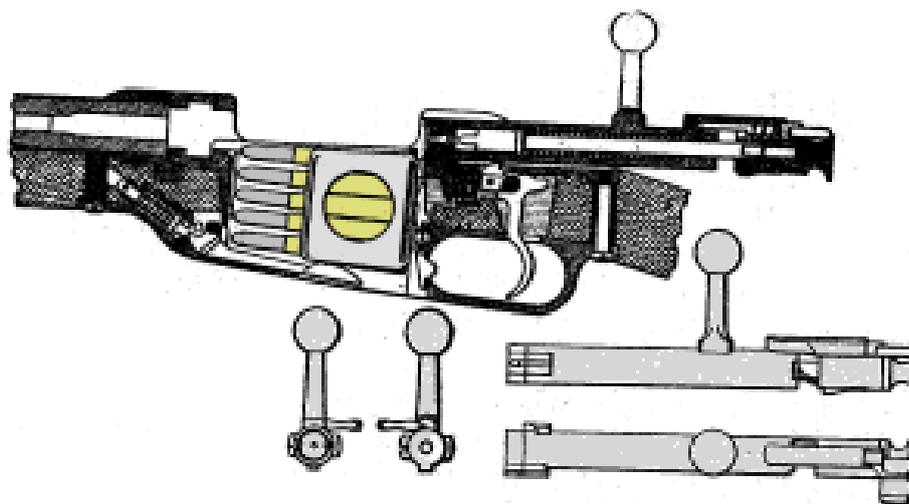


Figura 12: Sistema Mannlicher com ferrolho em posição aberta e clipe de balas inserido.¹⁶²

Contudo, percebeu-se que a arma sofria com problemas de superaquecimento do cano, este se deteriorava rapidamente pelo acúmulo de água entre cano e sobrecano, a culatra estava sujeita a deixar escapar os gases da ignição com risco ao atirador, e a abertura de saída do clipe expunha o mecanismo todo ao ambiente e criava problemas de manutenção, o que levou à sua substituição já em 1894 pelo Mauser. Mesmo em seu curto tempo de operação, o Mannlicher se popularizou pelo país e chegou a ser usado em algumas polícias, contudo a paraense não seja uma delas, terá extenso contato com esta arma, em mãos canudenses.

Por fim temos o modelo Mauser belga de 1895, que fora recentemente adotado no Brasil, e já estava em posse do Regimento Militar paraense quando de seu embarque¹⁶³. Este modelo supria as deficiências do Mannlicher e, no caso dos militares do Pará, representava um considerável avanço em relação ao sistema monotiro Comblain.

O sobrecano foi eliminado e adotada uma telha de madeira para proteção do cano como a Comblain nacional. Quanto à alimentação, igualmente à arma anterior, era feita com

¹⁶¹Armas onLine. <http://armasonline.org/>

¹⁶²Military Rifles in the Age of Transition. <http://www.militaryrifles.com/>

¹⁶³REGO. Op. cit. Loc. cit.

um carregador “clip” de cinco cartuchos sobrepostos, porém este era expelido no momento da recarga, eliminando a problemática abertura inferior; além de manter o pequeno calibre (7x56mm), inovando em um ponto simples, mas extremamente importante, a posição dos cartuchos. Com os projéteis postos alternadamente aproveitando o espaço horizontal da caixa da culatra, estes eram dispostos escalonados, ou em “zigue-zague”, reduzindo o tamanho vertical da caixa e possibilitando que todo o sistema ficasse protegido encoberto pela coronha da arma, aumentando a confiabilidade e a vida útil.



Figura 13: Rifle Mauser M1895 com a caixa da culatra em detalhe.¹⁶⁴

Sams Stanhope, colunista do New York Times para assuntos militares, à época da guerra hispano-americana, diante da experiência de combate contra a variante espanhola do Mauser de 1893, defende a superioridade do fuzil em relação aos outros diversos modelos da época, inclusive o Krag-Jorgensen de pelos militares norte-americanos nessa guerra¹⁶⁵. Segundo Stanhope, a velocidade de recarga dada pelo sistema de ferrolho e cliques de munição seria um ponto forte da arma, sendo que “o pacote contendo cinco projéteis pode ser inserido no depósito tão rápido quanto, possivelmente mais rápido que, um único cartucho pode ser posto na câmara do Krag”¹⁶⁶, aumentando o potencial de fogo rápido.

¹⁶⁴ Idem.

¹⁶⁵ STANHOPE, Sams, [The Krag-Jorgensen Gun: It Is Inferior In Many Respects To The Mauser Used By The Spaniards](#), The New York Times, 1 August 1898.

¹⁶⁶ Tradução livre de: *the package containing five shells can be inserted in the magazine as quickly as, possibly more quickly than, a single cartridge can be put into de chamber of Krag.*

Além disso, a alta velocidade inicial do projétil (697 m/s)¹⁶⁷ permite um alcance linear muito superior à maioria das armas, alcançando uma distância quase 230m (250yd) superior à americana, estabelecendo sua superioridade no fogo à distância. A velocidade também trabalharia aumentando a penetração em tiros de proximidade, possibilitando a transposição de coberturas e aumentando a “humanidade”¹⁶⁸ da arma, podendo atingir adversários em fila, de modo a ser letal apenas ao primeiro, este ainda assim em menor medida, dado ao pouco prejuízo do projétil de menor calibre, possibilitando neutralizar maior número de inimigos com um nível de letalidade potencialmente menor, afinada com a lógica de que “devemos preferir incapacitar os homens em batalha à matá-los ou infringir sobre eles ferimentos lacerantes.”¹⁶⁹.

Esta velocidade de variação de armamentos e munições e o nível de melhoramento que estas armas trazem seqüencialmente demonstram o período pelo qual as técnicas de combate passavam já desde o século XVIII, de constante desenvolvimento técnico do armamento, aumentando seu alcance e taxa de repetição e, por consequência, sua letalidade, um ritmo de inovação na arte da guerra que as forças militares da época apenas penosamente conseguem acompanhar.

¹⁶⁷Armas Brasil, <http://www.armasbrasil.com/>

¹⁶⁸Tradução livre de: *humanity*.

¹⁶⁹Tradução livre de: *we should prefer to disable men in battle to kill them or inflicting upon them lacerated wounds.*

CAPÍTULO III – DE HOMENS EM ARMAS.

Compreendidos os percursos das organizações armadas no Pará, bem como a organização e concentração do direito ao uso da força na forma de instituição militarizada do Regimento Militar paraense, faz-se necessário analisar a prática policial em Belém e no estado, através do estudo dos poucos testemunhos da ação policial paraense nesse período. Por meio das ações policiais abarcando ambas, situações cotidianas e eventos excepcionais o objetivo deste capítulo compreende perscrutar a relação entre o cosmo ideal que norteia as pretensões dos capítulos anteriores com a realidade social na qual o poder do Estado sobre a sociedade paraense – nela incluso os policiais – se materializa. Nesse sentido, pretendo entender como os projetos de sociedade, de polícia, e de militar expressos nos capítulos anteriores são ressignificados, modificando ambos e a si mesmos a partir do diálogo com a sociedade paraense da primeira república.

3.1 – Autoridades em mobilidade - os destacamentos policiais no interior do Pará

O Corpo de Polícia paraense ao longo da década de 1880 acompanhou a interessante dicotomia de uma força que representava ideais liberais e cosmopolitas eminentemente urbanos, como a liberdade individual e a representação do Estado, a autoridade e a presença de uma administração burocratizada que se desenrolava naquilo que duramente buscava se desdobrar em um ambiente público; e por outro lado tinha a sua operação desenvolvida basicamente no meio rural, figurando a imposição do poder desse Estado de direito através de bases elas própria autoritárias e teoricamente seguindo por vezes as mesmas bases de poder locais que pretendia desarticular, utilizando a força para fazer valer a sua autoridade.

Como explanado no capítulo anterior, a atuação policial nesse meio rural apresenta uma forma bastante específica. O Corpo de Polícia estava pulverizado em diminutos quartelamentos pelas cidades e principais vilas do interior do Pará, mais ou menos acompanhando a presença de municipalidades nas quais a existência de uma cadeia – que também era comumente usada como quartel – era de bom tento. A principal função desses destacamentos seria por muito tempo a guarda das cadeias e o auxílio aos delegados e subdelegados nomeados para essas localidades em ocorrências cotidianas e nas diligências – viagens periódicas das autoridades policiais às localidades desprovidas delas – que procuravam atender às necessidades de contato de populações mais distantes ou responder a situações emergenciais.

Aqui um ponto a se problematizar resguardando-se quanto a possíveis anacronismos é como fica latente nessa dinâmica de destacamentos e diligências que a ação do Corpo de Polícia tinha lugar mais usualmente em um momento pós-crime. Inversamente à concepção moderna de policiamento, aparenta sim existir a concepção de que a presença da autoridade policial inibiria a criminalidade no lugar em questão, mas não em uma noção mais próxima do dito “policiamento ostensivo” onde a visibilidade do policial é preponderante para a segurança. Em verdade mais do que coibir por sua presença o crime, as patrulhas em Belém e nos poucos outros lugares onde se encontra tem o objetivo geral de atender com maior presteza às ocorrências, controlando estrategicamente o território através de sua ação mais que de sua mera presença.

Se Michel Foucault encontra na transição para o século XVIII a estruturação de uma sociedade disciplinar regulando os mínimos aspectos do corpo social e estruturando seu poder invisível sobre a visibilidade de sua presença, ainda na virada do século XIX para o XX no estado do Pará o poder do Estado continuava muito longe de suas bases panópticas.

Baseando-se no modelo de penitenciária do filósofo Jeremy Bentham o panóptico, uma penitenciária circular cuja administração instalada no centro do círculo teria visão total dos prisioneiros em suas celas os quais não veriam nada além da torre vigilante, ao mesmo tempo presença constante e inexistente – as janelas seriam escurecidas para permitir apenas a noção de movimento interno, tornando impossível definir se havia ou não alguém vigiando.¹⁷⁰

O autor considera que a *partis* destas bases do sistema de poder punitivo, aquilo que chama de sociedade disciplinar teria sua base nesse poder panóptico, com o poder do Estado abrangendo o todo da sociedade que não mais conheceria refúgio, poder da autoridade se imporia não pela sua ação autoritária, mas pela sua presença infinita e indefinível. A pretensão e efeito mais importante seria:

[...] induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. Fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontinuada em sua ação; que a perfeição do poder tenta a tornar inútil a atualidade de seu exercício; que esse aparelho arquitetural seja uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente daquele que o exerce: em fim, que os detentos se encontrem presos numa situação de poder de que eles mesmos são os portadores.¹⁷¹

¹⁷⁰Terceira Parte: “Disciplina”, capítulo III: O Panoptismo, in FOUCAULT, Michael. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 39ª Ed. Petrópolis: Ed. Vozes. 2001. pp. 186-214.

¹⁷¹FOUCAULT, Michael. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 39ª Ed. Petrópolis: Ed. Vozes. 2001. p. 191.

Mas confrontando o mecanismo perverso dessa arquitetura teórica do poder estatal com a realidade social amazônica, a percepção foucaultiana da instalação dessa burocracia estatal absoluta, essa concepção de que em um universo ideal as malhas da segurança policiada pelos praças do Corpo de Polícia se estenderia por todo lugar parece ser tão claramente uma impossibilidade que nem sequer é cogitada pelas autoridades do período.

Temos mesmo exemplos de quão conflituosa era a aplicação da organização e da burocracia do Estado liberal à sociedade paraense do período. A própria rede de dispositivos policiais não se bem delineia, formada pela base militar do Corpo de Polícia, a forças das armas do aparato policial subordinado ao poder judiciário mas administrado pelo executivo, seus destacamentos e diligências acompanham essa estrutura.

O número diminuto de praças em cada unidade, como visto do capítulo anterior, era acompanhado por um ainda menor de oficiais pelo interior (ver Tabela 7 no capítulo 2), sendo eles 6 em 1880, e no ano seguinte apenas o destacamento da cidade de Cameté tinha um oficial comandando. Invariavelmente os membros das guarnições estavam de todo jeito e para todos os assuntos considerados policiais subordinados à autoridade dos delegados ou subdelegados. Serviço não especializado e sem remuneração eles eram, como o nome sugere, escolhidos por nomeação; estes cargos foram outrora zona de influência e autoridade das elites locais, mas na última década do Império o centralismo político levou a burocracia imperial a tomar esse poder para si, passando ao Chefe de Polícia a autonomia de nomeá-los.

Isso permitiu um fenômeno interessante e que aparenta contribui ainda mais para a indistinção e falta de contornos objetivos da organização da polícia. Os oficiais, em sua maioria concentrados na cidade de Belém compondo a administração do Corpo de Polícia, são regularmente afastados de seus postos dentro do Corpo e designados interina e efetivamente para delegacias e subdelegacias pelo interior.

É assim que no relatório do major Antonio O' de Almeida comandante interino do Corpo, ainda que apenas conste um oficial no interior – o dito que comandava o destacamento de Cameté – informa que o seu secretário interino, tenente-ajudante Fidelis Satyro de Matos Leite, era delegado do município de Cachoeira. Notifica também que o alferes secretário Thomaz Pinheiro Nunes, delegado de Cintra, havia sido exonerado e nomeado subdelegado de Cairary; mesmo caso do alferes José Cordeiro do Amaral, o qual saiu da subdelegacia de Ourém para ocupar o mesmo cargo na vila de Itaituba; a além da partida do tenente José

Joaquim Cordeiro para delegado de Santarém e do alferes Salustiano Heleodoro da Silva, novo subdelegado de Ourém¹⁷².

A ausência de relatórios detalhados nos leva ao ano de 1886, onde encontravam-se os alferes Manoel Vicente Rodrigues Jardim como delegado de Óbidos e João Botelho de Moura Palha para Ourém¹⁷³. Temos aqui o que aparenta ser um padrão de presença de oficiais do Corpo de Polícia exercendo as funções de outra categoria policial, e ainda que a constância e a quantidade de relatórios aos quais esta pesquisa teve acesso seja pequeno, as ocorrências casuais de oficiais como delegados ou subdelegados tem prosseguimento. Uma em especial parece particularmente elucidativa.

Em 1882 o juiz municipal de Cameté concedeu a Manoel Antonio Rodrigues Tavares um mandado de embargo e despejo contra alguns moradores de terras na região do rio Guajará que teriam ocupada essas terras, de propriedade do dito Manoel Antonio, a mando de um Frederico César Pinho. Para o intento conseguiram o auxílio “de força” do subdelegado de São Sebastião da Boa Vista, Bernardo Gomes Monteiro, que reuniu pessoal e foi acompanhar pessoalmente a execução da ordem judicial.

No lugar em questão, chamado de Porto Alegre, Bernardo Gomes tomou presos cinco moradores sob a acusação de terem resistido ao mandado judicial. Já de partida dentro das canoas que usavam como transporte, a embarcação onde vinha o requerente e pretense dono das terras Manoel Tavares foi alvo de tiros que, vindo da margem, acertaram o próprio e mais uma pessoa. Resgatados pelo subdelegado a diligência foi interceptada por um negro de propriedade de Frederico César Pinho em uma canoa de mesmo dono, tripulada por outras pessoas que iniciaram um tiroteio de onde saíram feridos ainda o subdelegado e mais três pessoas e um número desconhecido dos locais que acompanhavam o escravo.

À parte das implicações legais do ocorrido e do desenrolar jurídico do processo, especialmente interessantes são a justificativa e a solução propostas pelo vice-presidente de província Rodrigues Chaves:

E' natural mente acreditavel que **homens pobres e pacificos**, como sao sempre os nossos agricultores, quando vissem presos seus filhos ou parentes, recorressem antes ao empenho, ou mesmo aos meios legaes, para conseguir a sua soltura e nao se arriscassem a essa façanha, agravando mais a sua sorte. [...]

De accordo com o Dr. Chefe de Policia demitti o 3º supplente do subdelegado que interveio nessa questao, **puramente civil**, e nomeei subdelegado effectivo o tenente do corpo de policia, Salustiano Heleodoro da Silva.¹⁷⁴

¹⁷²1881.Relatorio apresentado pelo Ex.Sr.Dr. José Coelho da Gama e Abreu. Anexos. pp. 67-68.

¹⁷³1886.Falla. p. 39.

¹⁷⁴1882. Relatório. (Rodrigues Chaves) pp. 09-10. Grifos meus.

Considerar os agricultores paraenses, e a sociedade amazônica em geral como um povo pacífico e afeito à ordem é um jargão das autoridades provinciais que se articula com o discurso de valorização da província mas chega a ser até cômico quando visto no quadro caótico de segurança que se pinta, além de em outras situações que opuseram historicamente a sociedade civil paraense e os representantes de autoridades da burocracia imperial e mais tarde da administração pública do Pará republicano. Mas este mesmo é um caso, já que dificilmente estes grupos armados montados de ocasião eram mais que pequenos produtores levados a defender seus interesses, ainda que, e usualmente estavam, articulados com as elites de terra locais.

Mas mais importante que esse ponto comum fácil de atingir para a história paraense está a medida imediatamente posterior. Como medida emergencial para o caso que não deve ter se resolvido imediatamente, um agente “puramente civil” parece ser completamente inadequado a uma situação que aparentemente nada teve que a descaracterizasse como assunto de polícia. Impor a autoridade supõe-se fosse um pressuposto do cargo, bem como organizar a necessária “força de armas” que a ocasião pedisse e em qualquer destes quesitos o subdelegado em questão parece ter faltado.

Ao que deixa subentender o contexto, o fato é que, diante de uma situação em que a força necessitasse ser efetivamente utilizada, e não apenas preparada como fator de dissuasão, ela simplesmente saia da esfera do “puramente civil” ao ponto de desqualificar autoridades teoricamente iguais – afinal o agora tenente Salustiano não teria o estatuto diferente de qualquer outro subdelegado militar ou civil enquanto estivesse no cargo.

Claro que a promoção desse oficial de alferes para tenente poderia indicar algum nível de influência e negociação que poderia ser articulado com o conflito em questão. Mas além de poucas evidências para isso, percentualmente grande parte do oficialato estava interiorizado ou nomeado delegado ou subdelegado, isso somado à falta de remuneração leva a crer mais provável essas nomeações estarem no âmbito da obrigação do que no espectro da conveniência política.

O ponto em questão aqui talvez seja melhor explicado pela adequação do universo oficial das práticas policiais às exigências da realidade concreta do período, diante de uma situação de crise com potencial para uma escalada de violência, a recorrência natural à nomeação de policiais militares como delegados ou subdelegados sinaliza para uma estratégia de acumulação ou sobreposição de cargos e autoridades de modo a concentrar poder oficial e extra-oficial aos oficiais de polícia militar, aumentando consideravelmente o leque do seu

poder discricionário e revelando simultaneamente mais um indicio sobre o que se esperava da ação policial e qual o lugar social do Corpo de Polícia nessa sociedade.

O ponto torna-se mais sensível se considerarmos que o uso oficial da força pela polícia militarizada, se não um monopólio, ao menos era considerada uma competência, e ainda assim essa autoridade pela ação de poder não se dava sem resistências.

Em agosto de 1884 o chefe de polícia pessoalmente viajou até a cidade de Santarém. Espalhou-se pela capital a noticia de que, estando preso um capitão Américo de Oliveira Lima de força não especificada na documentação¹⁷⁵, o juiz municipal entrou em conflito com o subdelegado de polícia e comandante do destacamento local, o alferes Antônio José de Carvalho, por se recusar a permitir o envio do prisioneiro à capital. Ao que tudo indica pairava uma suspeita de conivência entre o capitão e o alferes de modo que chegou a ser noticiada a fuga de ambos juntos no caminho para Belém, inclusa no processo a morte de um praça de seu destacamento por outro praça que acompanhara os oficiais.

Segundo testemunhou o chefe de polícia ao retornar, na verdade todo o procedimento correu sem alterações, com o prisioneiro preso no quartel da policia e o suposto assassinato tratando-se de um ferimento resultante de uma briga entre dois praças do exército que dera-se no mesmo vapor, por conta de uma mulher. Contudo ele acentua a conveniência de Antonio José de Carvalho retornar imediatamente a Santarém para ocupar novamente a delegacia e o comando de seu destacamento¹⁷⁶.

A preocupação do chefe de polícia com o retorno do alferes, assim como a relativa normalidade com a qual a noticia é tratada parece indicar que se a notícia do assassinato e as fugas não eram verdadeiras e a conivência com o prisioneiro não se materializou, talvez o boato em questão estivesse sendo criado sobre uma base verdadeira, seja nesse conflito especificamente, seja em outras situações e localidades similares. Diante de uma autoridade policial cada vez mais representante da centralização burocrática e do espaço público em desenvolvimento, mas que necessita lidar com uma autoridade distinta e a qual é teoricamente subordinada, mas que se situa na esfera de poder local, como o juiz municipal, não seria de se estranhar os constantes choques de interesses e as medidas de força.

Em verdade os jogos de força enfrentados pelas organizações policiais, especialmente o Corpo de Polícia que ocupava, por assim dizer, na linha de frente deles. E com direito a

¹⁷⁵Outro agravante e um ponto interessante é a usual inexistência da especificação da força à qual um oficial pertence. Tratado geralmente por seu posto, parece ser irrelevante a sua proveniência – o que dificulta bastante a pesquisa e o acompanhamento desses indivíduos e suas dinâmicas de ação e promoção – à exceção da documentação militar que costuma ser bastante criteriosa na identificação de militares em geral.

¹⁷⁶1884.Falla do General Barão de Maracajú. pp. 38-39.

algumas cenas brancaleônicas, não poucos exemplo de que a resistência à autoridade e à prática do poder de polícia se manifestavam de alto a baixo da sociedade paraense, da capital às povoações mais remotas. Como o caso do soldado de polícia Luis Rabelo de Araujo que, encontrando um grupo de catraieiros no largo das Mercês em meio a algazarra, tentou fazê-los dispersar e acabou espancado¹⁷⁷. Dois meses depois o guarda João Baptista Pinheiro, de patrulha no porto do Sal retorna gravemente ferido por um cidadão não identificado que brigava com um terceiro e, no ato de ser preso, resistiu e atacou o atacou¹⁷⁸.

O subdelegado de Benevides viu-se sitiado após ter detido uma escrava de nome Severa, em agosto de 1884. Mais de quarenta quilombolas invadiram a cadeia armados de cacetes e libertaram a escrava, deixando feridas duas praças do destacamento no processo¹⁷⁹. No mês seguinte, na vila de Marapanim, um grupo de “desordeiros” liderados por José Joaquim de Castro, dos quais outros sete foram identificados, espancaram duas praças do destacamento local, levando ambas a serem remetidas à capital em estado grave¹⁸⁰. No mesmo mês, na capital a patrulha do largo do Rosário havia detido dois indivíduos acusados de desordem, quando foi interceptada por um grupo que os atacou para dar fuga aos dois primeiros, o saldo foi a fuga de ambos, um guarda ferido e um membro do grupo preso¹⁸¹.

Nesse mesmo semestre na fazenda São Domingos em Igarapé-mirí aconteceu um conflito de medias proporções entre em torno de uma dezena de quilombolas que supostamente planejavam levantar a escravaria dessa fazenda, e o administrador da mesma Maximiano Antonio Rosa. Após alguma troca de tiros dos quais saíram feridos tanto o administrador quanto o escravo que era seu alvo são enviados para pacificar a situação o chefe de polícia, seu amanuense e mais o alferes Firmino Ponciano dos Santos comandando um destacamento de dez praças.¹⁸²

Esta força foi enviada para apaziguar a situação em uma região cercada pelos quilombos de Itapocú, Bacabal, João Igarapé, Tabatinga e Cupijás, que segundo o interrogatório feito ao escravo ferido compreende mais de quinhentas pessoas e comunicam-se com as casas comerciais de Oeiras, Tabatinga e Cupijás, a partir de onde fazem seu comércio. É desnecessário dizer que as medidas sobre o ocorrido parecem ter ido pouco mais longe que os corpos de delito devidos e o alerta para a insegurança da localidade.

¹⁷⁷1882. Relatório do Ex.Sr.Dr. Manuel Pinto de Souza Dantas Filho. p. 21.

¹⁷⁸1882. Relatório do Ex.Sr.Dr. Manuel Pinto de Souza Dantas Filho. p. 21.

¹⁷⁹ 1884. Falla. p. 9.

¹⁸⁰ 1884. Falla. p. 9

¹⁸¹ 1884. Falla. p. 10

¹⁸²1884.Falla do General Barão de Maracajú. pp. 35-38.

Diante do tamanho da empreitada posta à polícia no Pará colocavam-se tanto limitações inerentes ao tempo histórico e ao nível tecnológico quanto de ordem político-econômicas também. Nesse cenário não haviam possibilidades materiais de exercer a autoridade policial se não através da negociação.

Contudo após a instauração do regime republicano a fina administração estadual, e com ela a atuação policial deixa de ser da alçada federal, tendo passado para o âmbito estritamente estadual os relatórios dos governadores limitam-se a atualizar o nível de ordem pública dentro do Pará, bem como em firmar o posicionamento estadual diante das crises intestinas que grassam ao longo da primeira década de república. Portanto, o registro das atividades policiais que antes estavam nestes deixam de ser uma preocupação.

Deste modo a partir do final do Império as diligências e o pouco do cotidiano das ações policiais que nos chegaram não podem mais ser acompanhadas se não através da documentação nativa da polícia, acervo no qual além de contar com a esperança desses documentos terem sobrevivido ao fogo da década de 30, a situação em termos de organização e manutenção impossibilitam a pesquisa. Nesse sentido a análise precisa contar com situações excepcionais que tenham gerado documentação tangencial, como a participação do Regimento Militar paraense na campanha de Canudos, por exemplo. O recurso a esse evento parece ser a forma mais viável de continuar entendendo as relações tecidas na e pela polícia paraense república a dentro.

3.2 – *Ordem e desordem, a caminho de Canudos*

O ano era 1897 quando sucedeu-se o desembarque do agora chamado Regimento paraense na capital da Bahia no dia 16 de agosto. Antes de descerem do vapor Pernambuco o comando, em Ordem do Dia, recomenda à tropa “o máximo asseio, a maior soma de respeito possível para com a sociedade Bahiana”, de maneira que buscava por meio deste conselho se precaver de quaisquer incidentes que pudessem ocorrer, afim de não ser forçado “com profundíssimo pesar” a usar dos “meios facultados pelos Regulamentos a fim de punir quaisquer faltas que venham em desabono á tradicional ordem e disciplina”¹⁸³.

Uma primeira leitura levaria a crer que, tendo o coronel comandante geral Sotero de Menezes plena ciência de que após seu desembarque no Arsenal da Marinha, seria de boa feita, e mais que esperado, que o regimento paraense vindo em auxílio à campanha contra

¹⁸³ Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / 2º Corpo de Infantaria / Ordens do Dia do 2º Corpo de Infantaria / nº 511.

Canudos no estado da Bahia efetuasse forma e marchasse em desfile pela capital até seu quartelamento temporário que foi no Forte São Pedro, estivesse com esta admoestação se precavendo de possíveis excessos de seus praças em um “estado estranho”. Entretanto, ainda que a fala seja discursivamente dirigida aos praças, ao analisar os problemas disciplinares que não a deserção, outras conclusões são possíveis.

Na tarde de 19 de agosto, ainda na capital baiana, o regimento realizou exercícios de tiro preparando-se para o combate¹⁸⁴, exercícios que se tornaram recorrentes no caminho até Canudos. Destes integrantes da força paraense, contudo tenham sido muitos deles, especialmente no 1º Corpo como já visto no capítulo anterior, soldados relativamente experientes, provavelmente em maioria jamais tinham passado por uma situação de guerra. Muito menos na escala que o combate no sertão baiano havia assumido, e por este motivo, estes exercícios de combate simulado eram a melhor esperança de garantir o bom desempenho desta tropa para quando finalmente estivesse diante do inimigo.

Contudo, para concorrer a este esforço o comando do regimento dependia não apenas, mas especialmente, de um grupo específico, seu oficialato. O grupo que, por regulamento estava designado para instruir e observar a boa conduta dos membros da força, sendo o comandante de Corpo o encarregado, de forma resumida, de

Providenciar para que os officiaes e praças de seu corpo tenham a instrucção necessaria da arma a que pertencem, e para que se faça exercícios [...] ¹⁸⁵ [tanto como aos comandantes de companhia] Fazer tudo quanto poder e fôr justo em favor das suas praças [...] cuidar da instrucção [...] protegel-os... ¹⁸⁶,

além de fazerem parte da malha administrativa do regimento, como nos postos de fiscal, secretário e quartel-mestre.

Porém, o que temos desse oficialato são recorrentes queixas dos respectivos comandos em relação ao seu exemplo disciplinar pouco condizente com o discurso militar. Logo após o embarque, em 07 de agosto, o comando proíbe dali por diante, até o fim da viagem, ao alferes Luiz da França de Oliveira de desembarcar à terra, pois este havia embarcado ocultando bebida alcoólica.

No dia 8 de agosto outra falta, desta vez mandando prender por oito dias o alferes João de Deus da Silva Cruz, inspetor da banda de música, transferindo-o da inspetoria para o comando da 1ª Companhia após a soltura. Este foi reincidente em extraviar dinheiro que

REGO, Orlando L.M.M. **Retrospectivo Histórico da Polícia Militar do Estado do Pará (1822-1830)**. Belém: IHGB. 1981. p. 112.

¹⁸⁵Coleção de Legislação do Arquivo Público do Estado (APEP) / Leis & Decretos de 1894. p. 80.

¹⁸⁶Coleção de Legislação do Arquivo Público do Estado (APEP) / Leis & Decretos de 1894. p. 87.

estava sob sua guarda, e de fazer incorretamente o pagamento das gratificações. E, contudo seja penalizado, é igualmente acusada a “complacência” de seus superiores e companheiros que chegaram ao ponto de que “se quotizem para amortizar os extravios [...] a fim de que elles não cheguem á sciencia do comando do Regimento”¹⁸⁷.

Entre o desembarque e o treino de tiro, no dia 18, foi a vez de um oficial superior, o majorfiscal do 2º Corpo Calixto Malaquias Mendes que tinha por dever “Fazer com que a escripturação esteja sempre em dia e feita com a maxima regularidade, certeza e asseio”¹⁸⁸. Nessa ocasião foi oficialmente advertido pelo comando do Corpo por recusar-se a realizar sua obrigação regulamentar de dar à vista o pecúlio da 3ª Companhia do Corpo, dando “pouco edificador exemplo aos subalternos”¹⁸⁹, em especial pelo nível de autoridade de seu posto.

O Regimento partiu de Salvador no dia 21, seguindo de trem da estação da Calçada, mas não sem antes deixar um seu oficial, o alferes Antonio Frederico de Macedo, que preferiu deixar a força à seguir campanha. Em 25 de agosto por telegrama do governador Paes de Carvalho este foi exonerado “como pedio”, e com o adendo do comandante Sotero de que este “soldado degenerado” não se achava em possibilidade moral de fazer parte do Regimento “cujas tradições honrosas, com o procedimento que teve pretendeu desvirtuar”¹⁹⁰.

O trem seguiu até estação de Alagoinhas, cidade que Euclides da Cunha, dali a alguns dias veio a chamar de “talvez a melhor cidade do interior da Bahia”¹⁹¹, extensa e cômoda, de ruas largas e praças numerosas e na qual a única desordem a perturbar era o constante movimento de tropas ao sertão e de feridos retornando dele, ambos forçados à parada para trocar de vapor visto as linhas férreas serem, a partir de lá, de bitola diferente. Justamente nesse processo deu-se o inusitado episódio da queda do aspençada do 2º Corpo Raymundo José da Silva de seu respectivo vagão, contudo apresentou-se ele no dia seguinte ao seu posto e foi louvado pelo “procedimento mais que correcto que teve”¹⁹². O Regimento desembarcou dos vagões na noite de 22 em Queimadas, onde esteve situada a primeira base de operações da campanha, e onde o 1º Corpo de Infantaria substituiu seu ajudante de Corpo, o tenente João Ramgsferts, ou Ransgsferte, que faltou a todos os toques do comando desde o acampamento,

¹⁸⁷Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / 2º Corpo de Infantaria / Ordens do Dia do 2º Corpo de Infantaria / nº 507.

¹⁸⁸Coleção de Legislação do Arquivo Público do Estado (APEP) / Leis & Decretos de 1894. p. 82.

¹⁸⁹Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / 2º Corpo de Infantaria / Ordens do Dia do 2º Corpo de Infantaria. / nº 512.

¹⁹⁰Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / 2º Corpo de Infantaria / Ordens do Dia do 2º Corpo de Infantaria. / nº 517.

¹⁹¹CUNHA, Euclides da. **Canudos**: Diário de uma Expedição. São Paulo: Martin Claret, 2006. p. 66.

¹⁹²Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / 2º Corpo de Infantaria / Ordens do Dia do 2º Corpo de Infantaria / nº 515.

por não ter a “necessária autoridade para o cargo [...], maximé em campanha”¹⁹³, ele foi substituído pelo tenente Levino Monteiro de Oliveira e enviado à prisão por 48 horas.

Os problemas de abastecimento e transporte em Queimadas, lugar “pequeno e atrasado, vivendo em função da estação da estrada de ferro”¹⁹⁴, já eram desde muito conhecidos, e não haviam sido solucionados. Essa estação ferroviária representava a principal zona de acesso ao palco de operações pela frente Sul, tendo sido anteriormente o ponto de concentração da 1ª Coluna comandada pelo general João da Silva Barbosa que, ao contrário do que aconteceu na 2ª Coluna, confiou em conseguir os suprimentos necessários em rota, o que levou à desertificação da região pela população em fuga temendo saques e alistamento forçado, deixando os homens da tropa desprovidos de suprimentos em geral¹⁹⁵.

A estrada de ferro sendo o meio mais rápido de se aproximar da região, esta tornou Queimadas o primeiro nó na rede de apoio das tropas federais. Foi a rota dos reforços e do provisionamento, e por esta mesma razão, estacionou ali o Regimento paraense por oito dias, aguardando transporte para a oficialidade, o pessoal médico e para os suprimentos. Justamente neste tempo ocioso encontramos novamente o major fiscal Calixto Malaquias repreendido, desta vez por exceder-se em bebida alcoólica, dando “exemplos perniciosos a disciplina e desmoralizadores a um oficial, maxime em sua posição[...]”¹⁹⁶. Contudo acertados para partir em 30 de agosto rumo a Monte Santo, este não seria este o único incidente ao longo desse curto tempo de espera.

No mesmo dia em que saía a tropa em marcha registrou-se mais uma prisão, novamente o alferes João de Deus, desta vez em episódio pouco claro, foi acusado pelo tenente Benedicto Rolando Cearense de ter desrespeitado este seu superior com “indirectas pesadas” e chegando mesmo a ameaçá-lo de espancamento, tudo na presença dos capitães Baptista Cordeiro e Alexandre da Câmara e ainda – o que parece especialmente agravante – de oficiais do Exército¹⁹⁷. Este comportamento “intolerável em todos os sentidos” foi repreendido com prisão de 24 horas e a advertência de que o comando não se deteria em determinar maior castigo em caso de reincidência, especialmente no momento em questão, de iminente confronto.

¹⁹³Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / Regimento Militar / Ordens do Dia 1987 / nº 164.

¹⁹⁴CUNHA, Euclides da. **Canudos**: Diário de uma Expedição. São Paulo: Martin Claret, 2006. p. 69.

¹⁹⁵GALVÃO, Walnice N. **O Império do Belo Monte**: vida e morte de Canudos. Ed. Fundação Perseu Abramo. 2001 pp. 86-87.

¹⁹⁶Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / 2º Corpo de Infantaria / Ordens do Dia do 2º Corpo de Infantaria / nº 518.

¹⁹⁷Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / 2º Corpo de Infantaria / Ordens do Dia do 2º Corpo de Infantaria / nº 519.

Ainda no mesmo dia 30 de agosto, houve tempo para mais uma transgressão disciplinar e outra prisão, esta foi a do 1º sargento da 1ª Companhia Cícero Moraes que, tal qual o major fiscal, se excedeu na bebida, com o agravante de ser reincidente sua apresentação ao posto nesse estado, e ainda de provavelmente seu excesso ser bem mais grave que o do oficial superior, pois este inferior chegou ao nível de “se tornar espetaculoso”, e procedendo de forma escandalosa de forma a “desmoralizar a farda que veste e as divisas que lhe foram confiadas”¹⁹⁸.

Dado finalmente o início da marcha, os episódios envolvendo oficiais continuaram. Primeiramente o do alferes quartel-mestre do 1º Corpo Feliciano Toscano de Britto, que acidentalmente perdeu a carga de sal que o comboio levava, sendo este oficial ordenado pelo comandante a retornar alguns quilômetros em busca do dito sal. No mesmo Corpo identificou-se que um dos comandantes de Companhia conseguiu em Queimadas um cavalo, no qual seguia montado enquanto todos os outros oficiais de comando de Companhia avançavam a pé, e ele ainda assim marchava com atraso, pelo que o coronel Sotero ordenou que apeasse e seguisse viagem andando como os demais¹⁹⁹.

Os acampamentos se seguiram para que o comboio pernoitasse, assentou-se o Regimento em Contendas no dia 31 de agosto²⁰⁰ e em Serra Branca em 1º de setembro. Local no qual o coronel Fontoura repreendeu ao seu alferes quartel-mestre Severiano Ribeiro Pampulha²⁰¹, pelo motivo de ter se extraviado durante a viagem a barraca do major fiscal Calixto, sendo a “integridade e exactidão” da bagagem do Corpo de responsabilidade daquele oficial²⁰², foi advertido de que dirija o dito serviço a fim de não ser novamente constrangido à exercer a “obrigação que lhe é competente”, indicando que o alferes tenha delegado sua responsabilidade a outrem.

No dia seguinte, 2 de setembro, pernoitaram em Canção²⁰³, povoação familiar de onze casas que desponta em uma baixa colina formada em uma mancha de solo argiloso em meio à planície deserta que a rodeia²⁰⁴. Onde se repreendeu desta vez o capitão Francelino Gil

¹⁹⁸Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / 2º Corpo de Infantaria / Ordens do Dia do 2º Corpo de Infantaria / nº 519.

¹⁹⁹MARRECA, Orvácio D. C. **Histórico da Polícia Militar do Pará: desde seu início (1820) até 31 de dezembro de 1939**. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1940. p. 78.

²⁰⁰Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / Regimento Militar / Ordens do Dia 1987 / nº 167.

²⁰¹Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / 2º Corpo de Infantaria / Ordens do Dia do 2º Corpo de Infantaria / nº 520.

²⁰²Coleção de Legislação do Arquivo Público do Estado (APEP) / Leis & Decretos de 1894. pp. 85-86

²⁰³Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / 2º Corpo de Infantaria / Ordens do Dia do 2º Corpo de Infantaria / nº 521

²⁰⁴CUNHA, Euclides da. **Canudos**: Diário de uma Expedição. São Paulo: Martin Claret, 2006, p. 80.

de Souza, que foi apontado pelo major fiscal Calixto por falta administrativa, pois sendo o oficial de dia no 31 último e devendo, portanto, fazer visitas e rondas pelo Regimento e dar parte das ocorrências encontradas no fim serviço²⁰⁵, ainda não havia encaminhado a dita parte ao major. É então advertido “com severidade” pelo descumprimento do dever.

Passaram a 3ª noite do mês de setembro em Quinquinquá, ou Quirinquinquá, onde o ambiente perdia gradativamente as características de caatinga e assumia as de serrado, pousado em uma região de solo granítico com caldeirões que reservavam água da chuva e de cujo horizonte já despontava a Serra de Monte Santo²⁰⁶. Nesse lugar novamente aparece o nome do alferes quartel-mestre Pampulha, desta vez sendo condenado à prisão por 24 horas por ter alcançado o assentamento antes do respectivo Corpo, levando o comboio a não chegar reunido. Mas essa pena não foi cumprida integralmente, por conta da saída em marcha no dia seguinte. Dia no qual chegaram, à 4 de setembro, no que era a segunda base de operações da campanha desde 29 de dezembro de 1896, em Monte Santo.

Interessante notar primeiramente que as punições tanto a praças quanto a oficiais perdem considerável constância conforme aumenta a aproximação do campo de batalha. Fenômeno que poderia sugerir que a pressão gerada pelo confronto com o inimigo agiu como estímulo à oficialidade do Regimento a se ater com maior afinco às suas respectivas obrigações pelo risco eminente de cair em combate. Ou ainda que o comando, tendo em vista a necessidade de máxima mobilização e constante prontidão, adotou uma linha bem mais flexível em relação à oficialidade.

Outro fenômeno a se perceber é a predominância, nestes casos de punição aqui apresentados, do posto de alferes. A procedência destes, tratada no regulamento²⁰⁷, leva a crer que seriam militares experientes, podendo advir primeiramente dos sargentos do próprio Regimento que galgaram os degraus da hierarquia; igualmente, de inferiores ou de oficiais honorários do Exército com experiência em campanha, o que levaria a crer que, ou por serem habituados às exigências disciplinares da vida militar, ou por terem propriedade nas dinâmicas e negociações do cotidiano da caserna e nos limites da disciplina, incorreriam com menor frequência nestas transgressões. Contudo, a completa ausência de informação sobre a efetiva proveniência e formação etária ou social desta patente não permite uma explicação satisfatória a esse fato.

²⁰⁵ Coleção de Legislação do Arquivo Público do Estado (APEP) /Idem. p. 80.

²⁰⁶ CUNHA, Euclides da. **Canudos**: Diário de uma Expedição. São Paulo: Martin Claret, 2006. p. 81.

²⁰⁷ Ibid. pp. 68-69.

Mas o ponto importante é perceber como, por meio destas seguidas punições, é passível a percepção de um constante esforço no sentido de disciplinar e moralizar os oficiais do Regimento Militar paraense, principalmente no trecho da viagem feito em comboio, quando as manobras de marcha, montagem e desmontagem de acampamento, guarda e transporte de provisões entre outras se fizeram mais necessárias e, portanto, se fez mais sentir a necessidade da própria administração da situação, função dos oficiais dos Corpos.

Esta investida de disciplinarização aparenta ter um caráter fortemente moralizador, como nos casos da repreensão do major Calixto Malaquias e as punições dos alferes Luiz da França e sargento Cícero Moraes por envolvimento com bebida alcoólica em contextos indesejáveis, ou nas responsabilizações do major, do alferes Pampulha, do capitão Gil de Souza e do alferes Toscano de Britto, por terem faltado com as suas responsabilidades e deixado de cumprir, ou efetivado de forma errônea, suas respectivas obrigações.

Em outro nível este esforço também parece objetivar a possibilidade por parte dos comandos dos Corpos de bem administrar e manter sob estrito controle suas forças, de modo a poder confiar na empregabilidade de suas tropas pela exatidão no cumprimento de suas ordens e a eficácia do desempenho destes oficiais quando se fizer presente a situação de combate, como no caso do alferes Pampulha punido por se adiantar, ou do alferes João de Deus preso por insubordinação, ameaça e desrespeito à hierarquia; e igualmente no evidente apelo à farda, ao brio militar, ao respeito às tradições e ao comportamento ideal que deve constituir exemplo edificador da autoridade imanente à oficialidade.

3.3 – *Tiro no escuro*²⁰⁸.

Monte Santo, onde se encontrava então o marechal Ministro da Guerra Carlos Machado Bittencourt, era a vila mais importante da região, tinha contato com o litoral pela linha férrea e por telégrafo, a povoação fora edificada na base de uma serrania, com ruas estreitas “como que imensos esgotos sem abóbadas”²⁰⁹ com uma praça central retangular que reúne a feira e a igreja locais, onde “acotovelam-se seres de todos os graus antropológicos”. No alto da serrania uma pequena igreja dedicada ao Bom Jesus e, levando a ela, a “via sacra” sertaneja de três quilômetros morro acima, ladeada por pequenas capelas e cravada na pedra da formação rochosa, era a principal atração do lugar, e fora ali que alguns membros do

²⁰⁸Inspirado em ²⁰⁸CUNHA, Euclides da. **Canudos**: Diário de uma Expedição. São Paulo: Martin Claret, 2006 p. 98, § 1º.

²⁰⁹CUNHA, Euclides da. **Canudos**: Diário de uma Expedição. São Paulo: Martin Claret, 2006. p. 82.

oficialato paraense subiram em prece e tiveram a oportunidade de perceber o nível a que chegava a “tenacidade incoercível do sertanejo fanatizado”²¹⁰ que conseguira tanto o feito de fazer lá suas preces, quanto o ainda maior de construir tal estrutura, fazendo pela representação física uma idéia prévia da resistência da qual aquele povo seria capaz.

Ali estacionou o Regimento realizando os últimos preparativos antes de entrar no campo de batalha, aparecendo ainda algumas repreensões. A 06 de setembro o comando do 1º Corpo lembra da obrigatoriedade da “alvorada”, a primeira formatura do dia, para todo o Corpo, não estando dispensados os oficiais disso, já que na última apenas apareceram três deles, o tenente Clementino e os alferes Guede e Guilherme. No 2º Corpo rebaixa-se temporariamente o 2º sargento da 4ª Companhia Aristides Wanderley que extraviou as mostras de vencimentos de sua Companhia que lhes foram entregues para transportar durante a viagem, vindo depois afirmar não tê-las recebido. Encontradas as mostras pelo 2º sargento da 2ª Companhia Cypriano Nunes Alexandria, o caso deveu louvor a este e uma advertência ao já conhecido capitão Gil de Souza, comandante da dita 1ª Companhia, o qual ficou avisado de que caso não atentasse pela falta de zelo novamente, o comando geral seria forçado a suspendê-lo de suas funções²¹¹.

Por ordem do marechal Bittencourt, sugestivamente no dia 7 de Setembro a tropa paraense passou então a integrar oficialmente o contingente do Exército para a campanha contra o arraial de Antonio Conselheiro, indo fazer parte dos reforços que chegavam com o nome de Divisão Auxiliar, a qual foi comandada pelo general Carlos Eugênio de Andrade Guimarães. A Divisão foi organizada em duas Brigadas, a 1ª Brigada de linha formada pelos 4º, 28º, 29º, 37º e 39º Batalhões de Infantaria do Exército; e a 2ª Brigada de Polícias, composta pelo 1º Corpo de Infantaria da polícia do Amazonas, 1º e 2º Corpos de Infantaria do Regimento Militar do estado do Pará e 4º Corpo da polícia da Bahia, ficou a Brigada de Polícia comandada pelo coronel José Sotero de Menezes.

Tendo sido organizado o reforço e distribuída a munição e o equipamento necessários à operação, enquanto as outras unidades da divisão chegavam e se aprestavam ao combate, os militares paraenses sucederam em práticas de tiro e manobra e em exercícios de combate simulado até a sua partida, o que deveu ao 2º Corpo o louvor de parte do comando da Brigada, e ao seu coronel comandante Fontoura além de aos seus oficiais e praças, pela performance dos exercícios considerados como executados o “mais satisfatoriamente possível

²¹⁰CUNHA, Euclides da. **Canudos**: Diário de uma Expedição. São Paulo: Martin Claret, 2006. p. 84.

²¹¹Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / 2º Corpo de Infantaria / Ordens do Dia do 2º Corpo de Infantaria / nº 522.

a vista da correição, disciplina e compreensão nítida dos deveres”²¹² mostrada às vistas do marechal Ministro da Guerra, do general da Divisão e do comandante da Brigada.

No dia 9 pela parte da manhã chegou a Bateria de Artilharia “Canet”, pelo que o comandante da Divisão Auxiliar fez revista às tropas, na parte da tarde, e com as notícias que chegaram do acampamento dia 11, após um longo hiato de novas sobre Canudos, iniciaram-se os preparativos para a partida²¹³. As forças paraenses partiram na vanguarda em 13 de setembro, rumando a Canudos antes da Brigada de linha, deixando para trás o capitão comandante da 1ª Companhia do 1º Corpo Francisco José Rodrigues Chaves que deu parte de doente, tendo contudo expressado ao comando grande entusiasmo com a campanha, pede o comandante geral que seja levado em conta o “alarde [que] fez em Belém [...] pedindo transferência para um dos Corpos a fim de operar em Canudos”, sem informar, porém de onde ou quando fora transferido.

Nesta noite acamparam as tropas em Caldeirão, a do dia 14 passou-se²¹⁴ em Sussuarana, e em 15 chegava à “zona perigosa”. A Brigada avançava não pelo mesmo rumo que seguira a “Coluna Barboza”, o trajeto principal, mas sim seguia uma rota aberta a poucos dias pelos homens da comissão de engenharia. A descoberta da rota do Calumbí foi uma salvação aos combatentes. Esta estrada havia sido encontrada na investida da tropa do coronel Siqueira de Menezes que partiu do acampamento em Canudos no dia 4 de setembro com os 22º, 9º e 34º batalhões e um vaqueano de sua confiança. Avançara nela, identificando todo um sistema de trincheiras abandonado e alguma parca presença de inimigos que foram rechaçados.

Esta foi uma das boas novas que chegaram pouco antes da partida. O coronel Siqueira havia encontrado o caminho que Antonio Conselheiro acreditava que as forças legais fossem usar e, aproveitando-se do terreno, havia preparado uma emboscada que, consideraram os militares, significaria a derrota certa para a 1ª Coluna, com boa parte da estrada flanqueada pela direita por trincheiras em um grande amontoado de serras, mais a frente encontrariam um desfiladeiro estreito e sinuoso, após o qual estaria a travessia do chamado Rio do Sargento, todo o caminho seria feito debaixo de fogo e em posições das quais a própria geografia impedia que fossem retirados facilmente. Mas o caminho tinha sido encontrado pela sua

²¹²Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / 2º Corpo de Infantaria / Ordens do Dia do 2º Corpo de Infantaria / nº 525 & 526.

²¹³, Euclides da. **Canudos**: Diário de uma Expedição. São Paulo: Martin Claret, 2006. pp. 86-87.

²¹⁴Parece tradicional no Exército brasileiro a atribuição do nome dos Cmdt à sua unidade, como no caso da Bia Canet, da 1ª Coluna “Barboza”, da 2ª Coluna Savaget, a Brigada Girard e do 7º BI, o Batalhão Moreira César, posto que deste viera o oficial.

retaguarda e já abandonado por seus projetistas. Ele foi guarnecido e, como fosse mais curto e estivesse em melhores condições, passou a ser usado para o suporte do acampamento.

Justamente ali, passando pela região chamada Caxamongó ou Caxomongó, os paraenses encontraram os primeiros sinais de combate em cadáveres insepultos, de olhos fundos e pele ressequida pelo sol, formavam no cenário “verdadeiras múmias escaveiradas nessa estrada”²¹⁵, pouco antes de encontrarem essas trincheiras de pedra preparadas para fazer a recepção da 4ª expedição. Seguiram avante pelos morros até encontrarem uma fonte de água perto da qual acampar, no lugar que chamaram Pará-Miri. Ali estacaram e, tendo encontrando um garrote que sangraram para o rancho, se prepararam para pernoitar já ao alcance de ouvir o ribombar da Artilharia ao longe.

Aqui cabe lugar a episódio singular narrado tanto por Orvácio Marreca quanto por Euclides da Cunha. Em torno das 22 ou 23h ouviu-se detonar um tiro no flanco esquerdo, um vigia que se posicionava à esquerda do abarracamento julgava ter avistado um vulto suspeito, ao que sucedeu-se, na narração de Euclides:

[...] estridularam cornetas, gritos de alarmas, brados de comandos, inquirições ansiosas; despencaram das redes, caindo sobre o lastro do rio, oficiais surpresos, pulando-lhe, às tontas, as bordas; esbarrando-se; caindo; precipitando-se - espadas desembainhadas, revólveres erguidos - entre as fileiras que se alinhavam num longo crepitar de estalidos de baionetas armando-se. E desencadeou-se o tumulto. Pelotões e companhias formando-se ao acaso; quadrados precipitadamente feitos como esperando cargas de cavalaria; seções de armas cruzadas prontas a carregarem contra o vácuo; e entre as seções, e os pelotões, e as companhias, parte dos combatentes pervagando, correndo, em busca da formatura embaralhada [...]²¹⁶

Foi este um indicativo do estado de ânimo dos combatentes paraenses que rumavam para Canudos. Ao final de minutos nada ocorreu, percebendo a força que fora um alarme falso. Contudo, em nenhuma circunstância, injustificado. Após o choque dos primeiros corpos inimigos deixados para trás e sob o signo da proximidade do campo de batalha – o coro de canhões o atestava – uma contra ofensiva poderia estar em curso, e ademais, caso não o fosse, não seria o primeiro ataque a um comboio levado à frente pelos homens que lutavam com Antonio Conselheiro, tão pouco seria a primeira surtida noturna do “inimigo invisível” das palavras do general Arthur Oscar²¹⁷.

²¹⁵MARRECA, Orvácio D. C. **Histórico da Polícia Militar do Pará: desde seu início (1820) até 31 de dezembro de 1939**. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1940 p. 81.

²¹⁶CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. vol. II. São Paulo: Nova Cultural, 2003. pp. 97-98.

²¹⁷ Center for Research Libraries: global resource network / Brazilian Government Documents / Ministerial Reports (1821-1960 / Guerra / 1897 / Anexo A, p. 07.

Aqui vem à vista a ordem de Batalha do fim do século XIX, que ainda guardava e continuou a guardar por alguns anos concepções de combate que se concentram basicamente na formação geométrica dos soldados e na manutenção dessas formações, bem como na capacidade de manobra das unidades.

Esses homens que, imediatamente esperando uma ousada investida surpresa, aprestaram-se em se armar, praças e oficiais, os últimos com seus velhos revólveres Nagant e sabres e os primeiros equipando baionetas de modo a estar prontos ao combate fosse da forma que fosse, seja na troca de fogo com as Companhias formadas, o que significaria estabelecer linhas de tiro obviamente postadas a esmo visto que não havia formação planejada e nem notícia de direção pela qual o inimigo chegava – o que deixou às Companhias preparar mira onde melhor lhes aprouvesse; seja corpo-a-corpo, equipando as baionetas e estabelecendo quadrados defensivos “como esperando cargas de cavalaria”, uma suposição absurda para um cronista que tinha plena consciência de que os jagunços não possuíam este tipo de tropa, mas perfeitamente coerente a uma força que, em meio ao que seria o primeiro combate de larga escala se percebe atacada de surpresa. Ainda mais se noticiados a cerca da 1ª expedição na qual o tenente Pires Ferreira foi paralisado em Uauá por homens que em carga, ainda que sem cavalos, avançaram com foices, terçados e tudo quanto pudesse servir como arma. A mentalidade da época os tinha por bandidos brutos, por que não suporia que combatiam como tais?

Não se desesperaram, não recuaram ou abandonaram o abarracamento em busca frenética por um lugar mais seguro, largando para trás seus pertences e comboio. Menos ainda atirara a esmo no pânico de dissuadir um inimigo que ainda nem haviam encontrado ou deram cargas de baionetas inúteis e precipitadas no vazio. Na verdade, onde Euclides usa a palavra “tumulto”, pode-se ver a desordem do momento em que se buscavam unidades e formações feita às pressas para o combate, mostrando haver uma prontidão de todos estes homens em se preparar para o inesperado combate em quaisquer de seus desdobramentos, e em buscar o que era tido como taticamente correto na época, tentando juntar-se em formação da melhor maneira que a surpresa lhes permitiu. Tanto o prova a ausência de quaisquer acidentes que resultassem em mortos ou feridos em meio ao turbilhão.

Talvez os animasse o chamado “medo glorioso” de Euclides da Cunha, no qual segundo o autor, todos da recém criada Divisão Auxiliar se batiam, diante da possibilidade de chegar à Canudos para encontrar tudo em ruínas e “escandalosamente traídos pelos

acontecimentos” não mais ter possibilidade de “compartir as glorificações do triunfo”²¹⁸. Para aqueles dentre os homens do 1º e 2º Corpo que temiam não encontrar inimigos a combater, com maior probabilidade o alto oficialato originário do Exército, talvez esta surtida se revelasse como a primeira, se não a última chance de igualar os feitos de conhecidos Batalhões como o 7º e o 9º que já haviam “provado seu serviço à república” nas revoltas Federalista e da Armada, e aos que ali faziam seu nome ao expurgar o “reduto de monarquistas”. Indiscutível, no entanto, é a presença da expectativa de entrar em ação, seja ela aguardada ou temida. Sentimento provavelmente reforçado pela crescente atmosfera de combate criada a partir do primeiro contato com o desdobramento da batalha, os mortos, e ainda pelo som característico das bocas de fogo que ecoava cada vez mais forte da zona de combate quanto mais perto dele estavam.

3.4 – A polícia de guerra.

De resto à noite passou-se sem quaisquer incidentes, e no amanhecer seguinte retornaram à marcha adentrando ainda neste mesmo dia 16 de setembro no gigantesco semicírculo entre as serras no qual se instalou anos antes Antonio Mendes Maciel, o homem agora mais caçado da República, e seu grupo de seguidores.

Avançando paralelo ao Rio do Sargento, a principal e, por muito tempo, única aguada do acampamento, o caminho dobra à direita, rumo ao morro que chamavam “da Favela”, pela vegetação de mesmo nome que ali abundava. Encontraram os militares do Pará o acampamento como “um outro arraial despontando à ilharga de Canudos”²¹⁹, com os abarracamentos estabelecidos nas proximidades da estrada, amontoando os tons pardos que os cobriam, alguns, feitos improvisadamente de folhagens para fugir ao calor das barracas padrão, tinham cores mais características. Homens à paisana e mulheres cosendo frente a cabanas. Neste palco pouco militar pousavam as forças sitiadas das quais fazia agora parte o Regimento paraense.

Levou a tropa paraense consigo no comboio desde Monte Santo “munições de guerra e de boca” e 350 reses que eram destinadas à tropa acampada, por ordem do Ministro da Guerra. Nogueira acentua a estranheza moderna por uma imagem como esta de grandes boiadas conduzidas por militares junto a suas colunas já que, ao contrário das guerras do século XX, sem a possibilidade de acondicionamento do alimento e nem o desenvolvimento

²¹⁸CUNHA, Euclides da. Os **Sertões**. vol. II. São Paulo: Nova Cultural, 2003. pp. 97-98.

²¹⁹CUNHA, Euclides da. **Canudos**: Diário de uma Expedição. São Paulo: Martin Claret, 2006. p. 98.

local da comida enlatada a alimentação da tropa, constituída de farinha, sal e carne era preparada na hora. Isso, sem dúvida, ainda mais confundia o recém chegado que tentasse estabelecer a diferença visual entre os acampamentos.

Não foram, contudo, o 1º e 2º Corpos os primeiros paraenses da campanha. O 15º Batalhão de Infantaria, sediado em Fortaleza até 1883, por ter participação ativa na política local, em especial na questão abolicionista, foi substituído pelo 11º Batalhão no Ceará²²⁰ e transferido para o quartel de Belém onde teria igualmente papel ativo na política e historia regionais quando tomou o partido legalista no citado combate de Cacaolinho em 1891²²¹, sob as ordens do seu coronel comandante na época o primeiro general comandante da 2ª Coluna Cláudio Savaget. Este Batalhão iniciou a 4ª expedição na 2ª Brigada, que com a 1ª Coluna, do general Barboza, avançou de Monte Santo à Favela sob fogo no início das operações. Tendo o 15º feito o comboio do canhão Krupp que chegou ao anoitecer de 27 de junho, a unidade foi depois formar as linhas avançadas da vanguarda do alto da Favela, onde no dia seguinte se deu um dos mais intensos combates da campanha.

Mais tarde o 15º também ficaria conhecido por ter encontrado a “Brigada Girard”, comandada pelo general que lhe dava nome, e que veio em auxílio às tropas acampadas com víveres e munições do Distrito Federal junto com os 22º, 24º e 38º Batalhões; e que desde Salvador, onde encontrara os primeiros feridos vindo da batalha, vinha definhando em números por um “beri-beri excepcional”²²² que levou a maioria de seus oficiais e grande número de praças a ficar em rota pelas principais paradas, a Brigada foi acolhida pelos combatentes com o sugestivo nome de “Mimosa”. Justamente quando já próxima de Canudos, em Juetê, foi emboscada de flanco, atingida a um só tempo em toda a sua extensão, foi o recém encontrado 15º Batalhão quem tirou a coluna de perigo formando a vanguarda dos “pelotões embaralhados” ante as vozes “desencontradas” de comando e o disparar desesperado das armas.

Ao 1º Corpo da polícia paraense, sob o comando interino do capitão do Exército e major do Regimento Militar do estado do Pará João de Lemos, foi entregue a posição no morro da Favela, onde tiveram lugar os combates de 27 e 28 de junho. Essa foi a data na qual chegou ali a 1ª Coluna acompanhada pelo general comandante em chefe Arthur Oscar. A Comissão de Engenharia abriu caminho até ali sem maiores problemas à exceção de uma

²²⁰SCHULZ, John. **O Exército na Política**: origens da intervenção militar, 1850-1894. EDUSP: São Paulo, 1994. p. 98.

²²¹Sobre a Revolta de 11 de Junho e o combate no Cacaolinho ver: FARIAS, William Gaia. **A Construção da República no Pará** (1886/1897). Tese (Doutorado em Historia). UFF. Niterói. 2005. pp. 166-265

²²²CUNHA. Euclides da. **Os Sertões**. vol. II. São Paulo: Nova Cultural, 2003 p. 82.

emboscada em um matagal próximo do sítio chamado Pitombas, de onde menos de uma dezena de feridos e nenhum canudense capturado. A resistência na trincheira do morro foi mais cerrada, terminando ao anoitecer do dia, 27 com a misteriosa retirada dos oponentes, deixando o morro à ocupação dos militares. Logo se percebeu a importância da Favela, pois ao raiar do dia seguinte descortinaram-se para o Norte rumo a Canudos diversas serranias nas quais se entrincheiram a coberto as posições jagunças, e mais distante, à frente abria-se o arraial.

Com as posições no morro protegidas à esquerda pela 3ª Brigada, à direita pela 1ª Brigada e as linhas avançadas do centro sob a 2ª Brigada, com a luz do dia irromperam fogo todas as posições nos morros circundantes e dos vales simultaneamente. “Deixando de ser menos leais para serem mais cruéis”²²³, na mentalidade militar da época, os canudenses desonrosamente se furtavam ao combate aberto, “ocultos nas catingas, agachados como tigres, que só atacam de surpresa”²²⁴ cruzando fogo sobre a formação do Exército a partir de suas trincheiras onde “almas desumanas [...] resistem porque se ocultam” enquanto sobre o morro se sustentam “homens sinceros e bravos, [...] corações abnegados [...] que morrem porque não fogem”²²⁵.

Aqui aparece uma característica da atuação militar na campanha de Canudos, na qual a educação do oficialato era herdeira da Guerra do Paraguai, conflito no qual o papel das Forças Armadas foi muito além da guerra em si, passando por todo o período de ocupação na qual a sua força coercitiva se mostrou essencial para a estabilização do país e para a política internacional do Império²²⁶. Para a doutrina militar que venceu o Paraguai, a guerra dava-se com formações extensas de homens a descoberto, em franca troca de tiros, mas esta forma militar estava em um nível técnico diferenciado.

Para os oficiais do Exército era a desonra o combate como “guerra de matto”²²⁷ na qual “mata o que se resguarda atrás do páo e se oculta na catinga, e morre o que combate a peito descoberto”. Inadaptados ao potencial individual de cada soldado, agora munido de armas de maior precisão e com alta taxa de repetição, com rápida recarga e pólvora sem fumaça que impedia que o disparo denunciasse a posição do atirador, isto aliado ao domínio

²²³Center for Reserarch Libraries: global resource network / Brazilian Government Douments / Ministerial Reports (1821-1960 / Guerra / 1897 / Anexo A, p. 04. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2238/>

²²⁴Idem., p. 11.

²²⁵Idem.

²²⁶DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. “A Ocupação Político-Militar Brasileira no Paraguai (1869-1879)” in: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Victor; KRAAY, Hendrik. (Orgs.) **Nova História Militar Brasileira**. Ed.FGV: Rio de Janeiro. 2004. pp. 209-235.

²²⁷Center for Reserarch Libraries: global resource network / BrazilianGovernmentDouments / Ministerial Reports (1821-1960 / Guerra / 1897 / Anexo A, p. 128.

do terreno, do qual eram os homens de Conselheiro “grandes conhecedores”, que quando em desvantagem fugiam, “escapando, não para sempre, mas para entrincheirar-se em lugares mais horrorosos e de difícil transposição”²²⁸, permitia que um mesmo canudense desse repetidos disparos de diferentes lugares, “aumentando” o número de jagunços em combate, e que pequenos contingentes imobilizassem Batalhões inteiros. Enquanto isso os oficiais insistiam ainda nas antiquadas formações em linha e de pé contra inimigos invisíveis e de fogo letal.

Para completar a situação crítica do cerco à Favela, o ataque não se concentrou na retaguarda por um único motivo, porque ao contornar o acidente geográfico o bando que fazia a retaguarda encontrou o retardado comboio de suprimentos da Coluna, o qual fora atacado duramente por parte deste bando. A única possibilidade ao alcance do comboio foi impedir que o inimigo alcançasse as munições e aguardar auxílio²²⁹.

Este não foi o último comboio atacado, em 1º de julho novamente chegaram notícias de um no Rosário²³⁰, e em 23 a informação de que o 34º Batalhão de Infantaria saiu às pressas do palco de operações para socorrer um comboio atacado²³¹. Essa situação se tornou cena recorrente no quadro de operações onde – diferente do general Savaget que tomou o partido de que a 2ª Coluna levasse sempre dentro da formação, desde seu ponto de concentração em Aracajú, toda a munição de guerra e de boca necessárias à operação – o general Barboza sob a atenta vigilância do general comandante Arthur Oscar, dependente da arrecadação de víveres e transporte pelo caminho, estendeu uma longa linha de suprimentos com comboios que continuamente vinham desde Monte Santo²³², lentos e pouco guarnecidos, cujas operações de salvamento constantemente levaram os soldados à fome, como bem o prova o comboio da Brigada Girard que, saindo com 102 muares para o acampamento, chegou com apenas 11²³³.

Como reflexo disto, na frente principal, ao meio da manhã já começava a rarear a munição das linhas e o capitão João Luiz de Castro e Silva, enviado para apressar a chegada da salvadora munição estava preso na retaguarda pelo cerco inimigo já fechado.

O auxílio viria da 2ª Coluna, a qual primeiramente tentou-se acionar enviando mensagem pela Ala de Cavalaria, mas esta igualmente não ultrapassou o cerco, tendo por fim sucesso o alferes honorário Henrique José Leite que foi disfarçado solicitar munição ao

²²⁸Idem., p. 41.

²²⁹Idem., pp. 87-91.

²³⁰Idem., p. 96.

²³¹Idem., p. 101.

²³²GALVÃO, Walnice Nogueira. Op. cit., Loc. cit.

²³³CUNHA. Euclides da, 2003, Op. cit., Loc. cit.

general Savaget²³⁴ por quem, justamente por estar em “mangas de camisa e em desalinho”²³⁵ não foi acreditado. Foi enviado de volta com o alferes Antônio Wanderley, futura baixa de guerra, mas que então se prontificou a retornar à 1ª Coluna para confirmar o pedido. Quando voltou o alferes Wanderley informou uma situação ainda pior, a 2ª Coluna que já havia vencido em Cocorobó, Trabubú e Macambira, deveria abortar sua instalação a leste de Canudos – onde segundo os planos deveria manter o cerco e iniciar bombardeio à cidadela – e marchar lateralmente em junção à 1ª Coluna.

Somente com a chegada da 2ª Coluna e a distribuição de parte de sua munição aos homens da 1ª é que a situação se estabilizou, ficando as forças de Savaget postadas também na posição da Favela. A 6ª Brigada foi proteger a retaguarda e os feridos, a 4ª às Peças de Artilharia postadas no pico da formação e a 5ª avançou em socorro ao comboio imobilizado. Ao fim do dia o cerco se abriu e os canudenses cessaram o assalto, chegando logo em seguida a 5ª Brigada com a munição e dando-se início ao estabelecimento da posição para o Exército.

Contudo, essa vitória não trouxe segurança, pois as trincheiras nas cercanias ainda não haviam sido desocupadas, e o maior alcance das novas armas somada à melhor visibilidade, faria das serras e diversos acidentes geográficos próximos ao novo posto avançado da operação a origem de disparos contra os abarracamentos. Esses tiroteios incessantes irão também ajudar a compor a paisagem da campanha.

É este posto, o Morro da Favela, que o 1º Corpo do Pará foi designado a guarnecer, substituindo o seu conterrâneo 15º Batalhão de Infantaria que ali fazia guarda. Contudo, a região estava diferente. Havia nascido um bairro por entre os vales das serranias conquistadas, o qual a estrada cortava; foi instalado mais à retaguarda o Hospital de Sangue, ou mais um “vasto alpendre coberto de couro” para os feridos, e o quartel do Comando Geral. Os comandos da 1ª e 2ª Colunas não estavam mais aí, e nem a este ponto se restringia mais a área de operações das forças legais, pois no dia 18 de junho deu-se em um esforço conjunto de praticamente todas as Brigadas, o primeiro assalto dirigido à cidadela.

Os sucessos de Savaget, embora este não mais estivesse em campanha pois estava ferido desde a batalha de Cocorobó, fizeram escola em um primeiro momento, quando vemos o grande assalto de 18 feito em forma de colunas de pelotões²³⁶ que avançaram pelo rumo que

²³⁴Center for Reserarch Libraries: global resource network / Brazilian Government Documents / Ministerial Reports (1821-1960 / Guerra / 1897 / Anexo A, p. 05.

²³⁵Idem., p. 20.

²³⁶Formação de profundidade feita em oposição à linha de tiro, na qual os pelotões se sucedem logo atrás uns dos outros, levando as companhias a formarem “quadrados” nos quais apenas os primeiros pelotões tem visão livre para atirar, mas sendo mais compacta, aumenta a eficácia e o choque no combate corpo à corpo. Enquanto a linha de tiro é usada para a troca de disparos a coluna de pelotões é feita e preparação à carga de baionetas.

a 2ª Coluna deveria ter dominado e então, após atravessarem o leito seco do Vaza-Barris, carregaram em baioneta calada²³⁷ rumo à primeira linha de casas. Combate duro e de poucos louros, pois o sucesso maior foi que mantiveram-se entrincheirados na primeira linha de casas, além de terem criado a agora chamada “linha negra” ligando o Comando Geral ao *front* Leste²³⁸.

O posto da Favela, quando foi designado para o 1º Corpo guardava o primeiro dos dois únicos e insuficientes hospitais, e ainda que os comandos das Colunas estivessem agora na retaguarda da região recentemente conquistada a Leste, ainda e instalou ali o comandante-em-chefe e logo que chegou, o mesmo fez o marechal Ministro da Guerra. A posição protegia ainda diversos abarracamentos e dominava a estrada de Massacará, além de ser o ponto de concentração para os ataques pelo Sul.

O 2º Corpo do Pará, comandado pelo major honorário do Exército e tenente coronel do Regimento Militar do estado Antonio Sérgio Dias Vieira da Fontoura, foi designado para uma posição mais recentemente conquistada, a serra chamada de Tapera ou Fazenda Velha.

Como foi dito anteriormente, no dia 4 de Setembro o coronel comandante da Comissão de Engenharia Antonio Siqueira com esta Comissão e mais três Batalhões saíram desbravando a estrada do Calumbí, desalojando os piquetes de sertanejos das proximidades até percorrer a extensão do caminho pelo qual a Divisão Auxiliar atingiu o acampamento. Após isso o coronel seguiu com sua força na direção Noroeste com o vaqueano Domiciano Dantas²³⁹, em busca da estrada do Cambaio, utilizando de marcha forçada e aproveitando a cobertura das serras para não ser notado. Em três dias o destacamento passou pelas serranias vizinhas do Calumbí e de Cambaio, estabelecendo piquetes e trincheiras secretamente para finalmente chegar sugestivamente na tarde de 7 de Setembro ao setor Norte - Noroeste da cidade, estendendo trincheira da estrada do Cambaio até a proximidade do Rio do Sargento e firmando a aguada para os militares, deixando livre aos canudenses apenas o norte pela estrada de Uauá.

Enquanto isso, nesse mesmo 7 de Setembro, o coronel comandante da Brigada de Artilharia Antonio Olympio da Silveira comandou uma operação noturna à frente dos homens da 4ª Bateria do 2º Regimento de Artilharia, praças do 5º Regimento de Artilharia de Campanha e o 27º Batalhão de Infantaria²⁴⁰. Seguindo a cartilha militar tal qual fez o general Savaget em Cocorobó, o coronel desceu da Favela após as 22:00h com forças de atiradores

²³⁷Baioneta calada: Carga de baionetas feita sem a efetivação de disparos.

²³⁸Idem. pp. 95-100.

²³⁹Idem., pp. 114-122.

²⁴⁰Idem., p. 112.

pelos flancos direito e esquerdo, todos “debaixo da maior ordem e silêncio”, com o alferes do 5º Regimento de Artilharia de Campanha José de Olinda Campello e mais 8 praças ex-alunos 50 metros na vanguarda, e o próprio na retaguarda com outros 15 praças ex-alunos. Ao atingir a posição da fazenda velha foram recebidos a fogo por mais de 100 homens, contra os quais carregaram à baionetas e puseram em retirada em alguns minutos, contabilizando apenas dois feridos. Os jagunços restabelecidos na margem esquerda do Vaza-Barris continuaram abrindo fogo pelo resto da noite. E sob fogo a trincheira foi desmontada e remontada de frente para a cidadela e uma Peça de Artilharia que trouxeram da Bateria da Favela foi instalada e posicionada durante toda a noite. Ao amanhecer do dia 8 de setembro havia uma nova trincheira avançada, artilhada e guarnecida pelo 27º Batalhão de Infantaria, o que foi então nomeado de Forte 7 de Setembro.

Para este novo Forte foi enviado o Estado Maior da Brigada de Polícia formado pelos oficiais comandantes dos Regimentos paraense e amazonense, e o 2º Corpo do Pará, designado para guarnecer a posição da Fazenda Velha²⁴¹ em substituição ao 37º Batalhão que até então a ocupava, de modo a permitir o fogo da Artilharia de proximidade sobre Canudos, além de proteger em sua retaguarda todas as estradas que comunicam as linhas avançadas da trincheira 7 de Setembro com o comando na Favela e assegurar o uso da aguada do Rio do Sargento e o acesso à fontes que o coronel Siqueira descobriu nas fazendas quando do seu contorno às serras do Cambaio e Calumbí²⁴² (Apêndice B).

A tarefa não era sem risco pois, como comprova a noite de tiroteio na qual o ponto foi tomado, bem como as próximas noites, a região estava próxima o suficiente do Belo Monte para alcançar-lhe a distância de um tiro, sendo possível que as tropas ali postadas tirassem a liberdade de sair à rua aos moradores das proximidades da Igreja Nova, uma das regiões mais densas em casa. Mas em contra partida a posição perigava a qualquer momento ser atingida pelos tiros que se disparavam do interior do assentamento. Isso mais ainda tendo em vista no dia seguinte à sua tomada, 8 de setembro, apenas meia hora depois de findos os serviços de entrenchamento, terem sido destacados 20 praças em piquete para atravessar o Umburanas, a Oeste dessa posição, e tomar o morro do Pico na margem esquerda do riacho, o que se fez ao custo do comandante do piquete e mais um soldado ferido²⁴³.

O Morro do Pico, pela sua posição, dominava a região já que em frente ao Forte 7 de Setembro se encontrava uma colina que impedia a fuzilaria de alcançar o leito do Vaza-Barris

²⁴¹MARRECA, Orvácio Deolindo da Cunha, Op. cit, p. 85.

²⁴²Center for Research Libraries: global resource network / Brazilian Government Documents / Ministerial Reports (1821-1960 / Guerra / 1897 / Anexo A, p. 113.

²⁴³Idem.

o que foi justamente solucionado pela tomada do Pico, que possibilitou dominar a tiros a aguada no leito do rio, próximo ao cruzamento dele com o Umburanas – essa era a principal reserva de água com a qual contavam os canudenses até então – além de dominar o flanco da cidade²⁴⁴ pela ausência de coberturas à esquerda, alargando porém a área de operações da força paraense recém chegada, que ia do Forte 7 de Setembro atravessando o riacho oeste até o morro do Pico.

O 1º Corpo amazonense foi enviado a uma posição recentemente conquistada nas proximidades da linha de frente, próxima à chamada Igreja Velha, que juntamente com a maior e mais alta Igreja Nova formavam os “fortins” de onde os jagunços lançavam fogo sobre margem direita do Vaza-Barris; e que agora, contudo a segunda ainda estivesse guarnecida e formasse um ponto forte da defesa do arraial, estavam em ruínas diante dos bombardeios da Artilharia Nacional. A outra boa-nova que chegou a Monte Santo antes da partida.

Contudo a organização das Colunas em Brigadas fossem, por toda a marcha e pelos primeiros combates da campanha, a forma mais efetiva de fazer desenrolar a Ordem de Combate, o assalto de 28 de julho comprovou que o mesmo não valeria para a tomada da cidade quando, após a estabilização das posições que foram feitas em um combate caótico e cruento, as unidades levaram dias para se reunir e foi necessário reorganizar os Batalhões componentes das Brigadas.

Por fim, o que se vê pelas Partes de Combates das Forças em Operação na Bahia anexadas ao relatório do Ministro da Guerra é que após o mês de julho as estratégias e mobilizações de combate serão ordenadas ao nível de Batalhão – a exemplo das investidas dos dias 7 e 23 que completaram o cerco no mês de setembro considerando as possibilidades e a força restante em cada um destes – tendo a Brigada assumido um papel majoritariamente administrativo. Isto talvez explique o porquê da ausência de referências ao destino do 4º Corpo da Bahia que, contudo compusesse a Brigada de Polícia, desaparece da documentação dos Corpos.

Durante os combates percebe-se claramente para que lado a balança estratégica pendia. A forma de combate levada a cabo pelas forças militares era ainda baseada na guerra de posições que teve seu epítome durante as guerras napoleônicas, nas quais grandes formações se mobilizavam buscando a superioridade tática e a debandada do inimigo.

²⁴⁴ Center for Research Libraries: global resource network / Brazilian Government Documents / Ministerial Reports (1821-1960 / Guerra / 1897 p. 114.

Os jagunços que se assenhorearam do terreno o conheciam pormenorizadamente e em muitos pontos o prepararam previamente de modo que mesmo estabelecida a área de operação e guarnecidos os pontos estratégicos, os ataques não se restringiam à frente de combate, mas alcançavam as linhas de diversos pontos e mesmo da retaguarda ou, como já vimos, os comboios. Isso mostra que mesmo a área dominada pelas forças legais crescendo gradativamente e supostamente restringindo os inimigos cada vez mais, sua liberdade de movimentação não era completamente tolhida.

A alternativa encontrada para vencer o inimigo foi a carga de baionetas que, e apenas após a campanha isso se torna claro, nas palavras de Marreca, “apenas em face da incontestável superioridade numérica”²⁴⁵ é que cediam, contudo se os números os oprimiam no combate corpo-a-corpo, a partir dos seus engenhosos sistemas de trincheiras e coberturas interligadas os canudenses abriam um fogo certo e constante de posições indefinidas contra um Exército que se recusava a reconhecer o enorme nível de letalidade que a tecnologia bélica havia atingido, negando-se a buscar abrigo.

A tudo isso some-se o fator ideológico que se desdobrou num motivo de admiração mesmo para os combatentes da época. Com o cerco fechado em 23 de setembro, sob intenso bombardeio e cada vez mais prolongadas privações os defensores batiam-se em disparos, temerosos de morrer sem salvação, a “ferro frio” e não se salvar como o Conselheiro pregou²⁴⁶, lutavam para morrer a bala pela própria salvação, como mostra dramaticamente Euclides:

[...] num recanto da saleta invadida, caído de banda, sem alento sequer para sentar-se, adelgado de magreza extrema, um curiboca velho, meio desnudo, revestido de esparadrapos, forcejava por disparar uma lazarina²⁴⁷ antiga. Sem forças para aperrá-la, levantava-a a custo. Deixava-a logo descair nos braços frouxos, desesperado, refogada a face ossuda, num esgar de cólera impotente.²⁴⁸

Por mais paradoxal que possa parecer, ainda ao se considera as balizas morais e ideológicas de ambos os lados da refrega, é duramente negável que as potencialidades do desenvolvimento técnico bélico do final do século XIX, ao qual se quer se pretendiam os conselheiristas – e que lhes chegou como um “troféu” pela derrota da expedição de Moreira César – foi assimilado de forma muito mais efetiva e teve reflexos imensamente mais

²⁴⁵MARRECA, Orvácio D.C.. Op.cit. p. 297

²⁴⁶CUNHA, Euclides da. Op. cit. 2003, p. 106.

²⁴⁷Lazarina: espécie de espingarda de carregar pela boca, usando chumbo fino e médio, muito amiga dos homens do campo que saem para caçar. Seu nome teve origem em 1651, quando o milanês Lázaro Caminazzo começou a fabricar essas espingardas que ganharam seu nome.

²⁴⁸CUNHA, Euclides da. Op. cit. 2003, p. 102

arrasadores nas mãos do “sertanejo inculto” do que nas dos pretensos representantes de um novo tempo. Talvez disso seja reflexo a hiperbólica figura descritiva das “chuvas de balas” que desciam os morros, recurso que igualmente era inerente à personalidade estilística da redação contemporânea, mas que talvez representasse o impacto psicológico de uma tropa afeita a um combate muito mais ritualístico do que seu pretenso racionalismo seria capaz de admitir. Não é de se espantar que ao aproximar-se o fim do combate, cada vez mais se confundirão os soldados de ambos os lados, assemelhando-se gradativamente os militares dos jagunços seja no ponto de vista estético, seja no estratégico.

Imóveis largo tempo, um em frente ao outro, abrigados na mesma sombra, parecendo refletir a adinamia do mesmo esgotamento — espiavam-se, solertes, traiçoeiros, tocaiando-se. E não podiam encontrar melhor cenário para ostentarem, ambos, soldados e jagunços, a forma mais repugnante do heroísmo do que aquele esterquilínio de cadáveres e trapos, imerso na obscuridade de uma furna.

Seguia-se por ali envolto de um silêncio lúgubre. Percebiam-se os soldados esfrangalhados, imundos, sem bonés, sem fardas, cobertos de chapéus de couro ou de palha, calçando alpercatas velhas, vestidos com o mesmo uniforme do adversário.²⁴⁹

3.5.– *A guerra da polícia.*

Em 16 de setembro se postou o 2º Corpo na localidade da Fazenda Velha (Figura 15) em proteção à Artilharia que dali assediava Canudos, e que não era mais apenas uma Boca de Fogo, mas sim o 5º Regimento de Artilharia de Campanha do Exército Nacional²⁵⁰. E foram destacadas guardas para a posição do Pico, sob o comando do tenente Raymundo de Oliveira Coutinho, e para a aguada, tendo por comandante o ex-inspetor da Banda de Música, alferes João de Deus como bem prova o reporte do assalto que sofreu o flanco esquerdo da área de operação no dia 19 de setembro²⁵¹, no qual estas guardas foram reforçadas respectivamente pela 2ª companhia do tenente Cearense, aquele mesmo que denunciou anteriormente o alferes comandante da outra guarda, e pela 1ª companhia do capitão Câmara, que testemunhou as ameaças do alferes que agora reforçava.

O cotidiano na Fazenda Velha traz tiroteios constantes de ambas as partes, com baixas esparsas como no dia 22 de setembro, quando foi morto um jagunço por um disparo vindo da

²⁴⁹Idem. p. 113.

²⁵⁰Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / 2º Corpo de Infantaria / Ordens do Dia do 2º Corpo de Infantaria / nº 528.

²⁵¹Idem. / nº 530.

guarda do Pico²⁵². Este provavelmente não era um “jagunço vulgar da horda de fanaticos” como se inferiu a julgar o “asseio e alvura do traje [que vestia]”, e pelos tiroteios que se seguiram na tentativa de resgatar o cadáver, não contando o Batalhão nenhuma baixa se não um fuzil Mauser, do soldado João Lopez de Souza, cuja culatra explodiu enquanto fazia fogo, mas sem ferir o praça. Terminando o dia o Corpo entrou em posição às 22:00h²⁵³ e a 3ª companhia avançou em proteção ao Forte porque tiroteio noturno de sempre, desta vez, havia se intensificado, mas, sem sofrer qualquer investida inimiga, a Companhia retornou, cessando o tiroteio como de *praxe* ao amanhecer.



Figura 14 – Posições e área de operação dos Corpos de Infantaria do Pará.²⁵⁴

Imersos na relativa inatividade das quase infrutíferas trocas de tiros e abrigando-se dos freqüentes tiroteios noturnos como todo o contingente da operação, o “batismo” da tropa paraense começava a se delinear. No dia 23 de setembro, pela manhã, ocorreu a passagem de um canhão do Forte para o Pico²⁵⁵. Percebendo a nova disposição da Artilharia os defensores de Canudos tomaram a ofensiva, e em resposta ao renhido fogo que mandaram, formaram o

²⁵²Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / 2º Corpo de Infantaria / Ordens do Dia do 2º Corpo de Infantaria / Informes do 2º Corpo ao Comando da 2ª Brigada da Divisão Auxiliar nº 483.

²⁵³Idem., nº 484.

²⁵⁴Edição e recorte de fotografia do mapa de autoria do tenente coronel chefe da Comissão de Engenharia que se encontra no Museu de Monte Santo. Fotografia original segue em anexo.

²⁵⁵Idem.

capitão Câmara e a 1ª Companhia em proteção à Peça de Artilharia no morro, a 2ª Companhia do tenente Cearense guardando o Forte e o veterano capitão Cordeiro com a 3ª companhia foi para a defesa da aguada. Todos mantiveram suas posições sem perdas, exceto a defesa do Pico que perdeu feridos, na perna o cabo Luis Lopes de Mendonça, e no abdômen o soldado José Jeronymo de Mello, ambos considerados sem gravidade pelos membros do Corpo de Saúde.

Após uma noite mal dormida e dois dias de tiroteios quase consecutivos o 2º Corpo viu suas primeiras baixas em combate, que somados aos soldado Tavares falecido no vapor e o capitão Rodrigues Chaves adoecido somava a força quatro baixas excluídas as deserções. O prejuízo maior não foi o humano, mas o material, já que, justamente devido a tamanhas e tão prolongadas trocas de tiros o tenente-coronel comandante Fontoura solicita caixotes de munição para completar a necessidade do Batalhão e que seja mandado o suficiente para manter uma reserva. Prevenia-se o comandante para os próximos tiroteios que não iriam amainar pois, como anteriormente, a noite trouxe nova força aos tiros dos conselheiristas.

Por toda a noite os disparos persistiram²⁵⁶, isso o prova o fato de perto das 22:00h ter sido atingido no ombro esquerdo quando, já retirado, estava em sua barraca o cabo Pedro José de Andrade, guarda do Pico. À meia noite foi a vez do cabo Manoel Maximo da Silva da 4ª Companhia que guarnecia a barraca do comando da Brigada e caiu atingido na perna. O combate comprovava mais uma vez que os oficiais não estavam isentos, como já mostrava Cunha listando os comandantes antes da chegada da Brigada Auxiliar,

dos quais dos vinte batalhões de infantaria que lá estavam [...] quinze eram comandados por capitães [quando deveriam ser por Coronéis] e duas das brigadas por tenentes-coronéis [quando deveriam ser Generais], não descendo o das companhias aos sargentos [na falta de Capitães] por ser maior que o destes o número de alferes²⁵⁷

situação a qual corrobora o exemplo do general Savaget fora da guerra por ter sido ferido em combate.

A se completar o quadro ainda havia o fogo amigo, pois em posição avançada e na área de junção entre as frentes Sul pela Favela, e Oeste pela trincheira 7 de Setembro, registrou-se tanto no Pico quanto na Fazenda Velha que parte dos tiros que chegavam à posição não vinham de Canudos, mas do Oeste. Fato igual havia ocorrido no dia anterior com

²⁵⁶Idem. nº 485

²⁵⁷CUNHA. Euclides da, 2003, Op. cit., p. 88.

a posição do comando da Brigada²⁵⁸, por esse motivo o coronel Sotero resolveu ordenar que as posições se mudassem para a parte mais oriental dos respectivos morros.

Enquanto tudo isto se desenrolava na área de operações da 2ª Brigada de Polícias, no *front* oposto, desde o dia 23 de setembro fechara-se por completo o cerco aos canudenses. As forças atacantes da 2ª Coluna, contornando a cidade pela linha de retaguarda, rumo leste, avançaram sobre a região conhecida por Bairro das Casas Vermelhas, entrincheirando-se de surpresa nas casas ao norte de Canudos e avançando até o Cambaio. A isto atribuiu Euclides da Cunha as investidas que logo se veriam como o “estrebuchar dos vencidos”²⁵⁹, e para a Brigada de Polícia, isto significará o combate de 25 de Setembro.

Na madrugada deste dia reuniram-se os comandantes coronéis Olympio, Sotero e o tenente-coronel Fontoura no Forte 7 de Setembro e debateram a situação de suas posições. Olympio constatou a reunião de inimigos em uma trincheira de um capinzal que, anteriormente, era usada para proteger suas cacimbas, mas que recebia mais homens agora, motivo que o levou a acreditar que daquela posição planejavam atacar a peça de Artilharia do Pico. De conformidade entre os três comandantes, decidiu-se então pelo ataque para desalojar o inimigo e proteger a posição do Pico.



Figura 15: Canhão de tiro rápido Nordenfeld 37mm²⁶⁰

²⁵⁸Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / 2º Corpo de Infantaria / Ordens do Dia do 2º Corpo de Infantaria / Informes do 2º Corpo ao Comando da 2ª Brigada da Divisão Auxiliar nº 485

²⁵⁹CUNHA, Euclides da, 2003, Op. cit., p. 104.

²⁶⁰Museu do Exército Forte Copa Cabana, in: Armas Brasil.

O 5º Regimento de Artilharia de Campanha comandado pelo coronel Olympio daria suporte de Artilharia com os quatro canhões Krupp (figura 17) instalados no Forte 7 de Setembro e mais as duas metralhas Nordenfeld (figura 16) uma postada no morro do Pico a outra estando a Norte do Forte em uma elevação mais a frente. O coronel Sotero assumiu o comando da missão, ordenando a o tenente-coronel Fontoura que formasse o 2º Corpo e solicitando, por intermédio do sargento José Mariano dos Santos, que descesse em seu apoio uma ala do 1º Corpo de Infantaria da Favela. A resposta foi o enviada ala direita, formada pelas 1ª e 2ª Companhias desse Corpo.



Figura 16: canhão de Artilharia de Posição Krupp 75mm.²⁶¹

A força de polícia agiu combinada com a Artilharia, mas autônoma em relação ao comando da Divisão que desconhecia a operação. As unidades partiram da Fazenda Velha tão logo estavam prontas, seguindo a Leste o 2º Corpo atravessou o Umburanas e se posicionou em frente ao Pico, avançando rumo a Canudos em “ordem de Companhias”, tendo a 1ª Cia do capitão Câmara na vanguarda da posição e a formação inteira se enquadrando com o 26º Batalhão de Infantaria à direita e o 1º Corpo de Infantaria da polícia do Amazonas à esquerda²⁶². Paralelamente, a ala direita do 1º Corpo e mais os voluntários que insistiram em ir ao combate contornavam o morro da Fazenda para alcançar o 2º Corpo (Figura 18).

²⁶¹Exemplar de Krupp 75mm espanhol usado em Cuba na Guerra Hispano-Americana. Asociación Cultural de Amigos del Museo Histórico-Militar de Valencia.

²⁶²REGO, Orlando L. M. de Moraes, 1981, Op. cit., pp. 118-120.

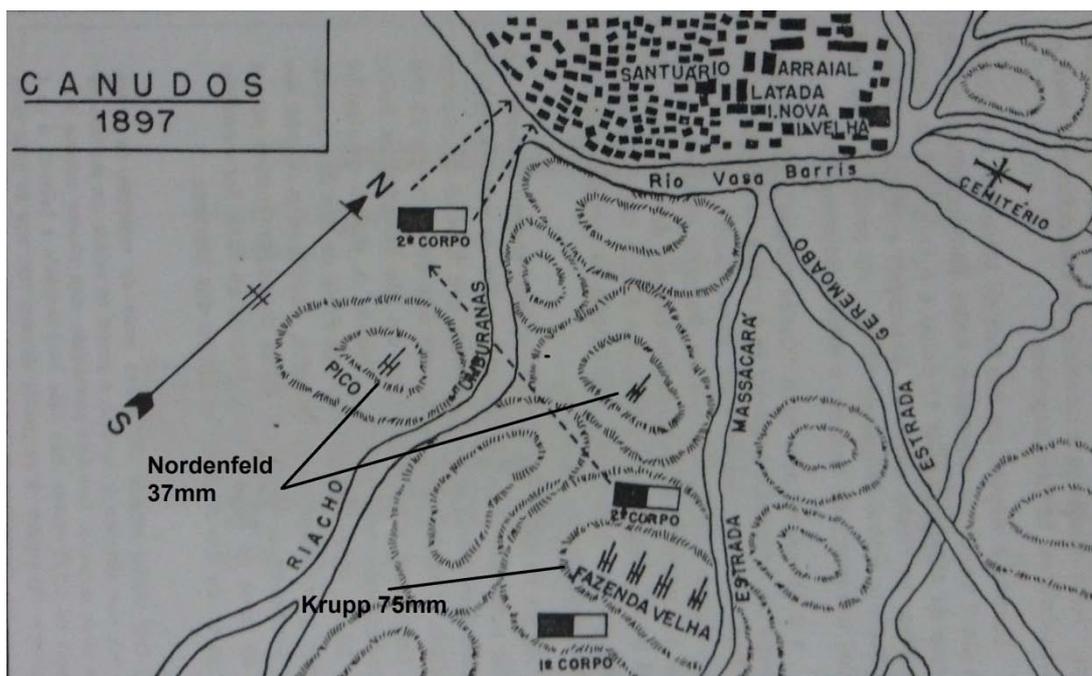


Figura 17: Esboço da movimentação do 1º e 2º Corpos do Pará em 25 de Setembro.²⁶³

O combate iniciou-se quando a 1ª Companhia buscou atravessar o leito do Vaza-Barris, momento em que os jagunços entrincheirados no alto da margem oposta abriram fogo e começaram a cair os atingidos. Sob a “chuva de fogo” que caía da margem oposta correram as outras Companhias em seu socorro. O reforço do 2º Corpo encontrou a 2ª e 3ª Companhias já avançadas tentando auxiliar a do capitão Câmara que recebeu sozinha as primeiras salvas.

Todo o 1º Corpo de Infantaria e agora o seu reforço vindo do 2º estavam postados a descoberto no leito do rio seco, em intensa troca de tiros com o inimigo que, já desalojado do capinzal, concentrou suas forças na posição taticamente superior e guarnecida da trincheira da margem esquerda para repelir a travessia dos paraenses, e despejava sua munição encosta abaixo²⁶⁴. Este foi o momento em que as baixas se escalaram, com a tropa presa em desvantagem clara, em meio ao desespero e às saraivadas inimigas foi o momento de os paraenses provarem da experiência que quase todos os outros Batalhões já haviam passado, caindo sob o fogo ao qual eram expostos de peito descoberto praças e oficiais²⁶⁵, incluso o experiente capitão Manoel Baptista Cordeiro caiu morto em campo, e o coronel comandante Sotero que, ferido na perna, retirou-se passando o comando ao tenente-coronel Fontoura.

²⁶³Alterado de REGO, Orlando L. M. de Moraes, 1981, Op. cit.,p. 115.

²⁶⁴MARRECA, Orvácio Deolindo da Cunha, Op. cit, pp. 86-87.

²⁶⁵Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / 2º Corpo de Infantaria / Ordens do Dia do 2º Corpo de Infantaria / Informes do 2º Corpo ao Comando da 2ª Brigada da Divisão Auxiliar nº 486.

Fontoura assumiu o comando tendo como primeira medida a organização da tropa e, sob fogo, teria tomado a frente de seus homens e os incitado ao enfrentamento, ordenando a linha de tiro e conseguindo colocar e manter os homens e posição com a ajuda do major Calixto e o capitão Asclepiades Pontes, para fazer frente aos disparos²⁶⁶.Então, como mais uma vez a troca de fogo se mostrava, como havia ocorrido em todos os combates do Exército ali, mais aliada dos inimigos guarnecidos, o comandante acatou a sugestão do tenente Levino Monteiro de Oliveira e ordenou o toque de carga. Com o toque feito à custa da vida do primeiro corneteiro, a linha inteira enfrentou o fogo em corrida para engajar o inimigo em luta corpo-a-corpo.

Uma vez subida a margem oposta a carga de baionetas mostrou-se extremamente eficiente em fazer recuar os jagunços – que evitavam a todo custo o combate homem a homem – tanto quanto foi aos outros oficiais que a ela recorreram ao longo da campanha. Conseguiram então as tropas dominar a trincheira inimiga e assegurar a travessia do Vaza-Barris. A partir dali, contudo que já estivessem os canudenses em recuando e a posição do Pico fora de perigo, a investida tomou prosseguimento rumando para dentro do aglomerado de casas da cidadela, dois a dois, com as armas levantadas e, por tanto, sem fazer fogo, prontos para o combate à baioneta, subiram sob tiroteio o barranco que os separava dos casebres.

Os inimigos não haviam fugido, mas recuado, se aproveitaram dos desníveis de terreno e das casas, das quais abria fogo de “seteiras improvisadas” de buracos nas paredes de barro ou pelas janelas e portas, para fazer fogo cruzado aos soldados que forçavam o avanço para além das trincheiras, tentando penetrar nos casebres que iam em direção à Igreja Nova. Neste momento parte da ala do 1º Corpo comandada pelo major Lemos e com o major Calixto iniciam a incendiar as primeiras casas com o objetivo de desalojar os inimigos que não se retiravam.

No cumprimento deste objetivo foi que o major Calixto, atacado repentinamente por um canudense que saiu de uma das casas, levou quase a queima roupa um tiro de bacamarte²⁶⁷ no rosto que não o matou, mas feriu com gravidade. Igualmente o tenente Rosa Chavez caiu ferido depois que retornou da linha de frente com ordens para que se apagassem os incêndios que impediam a visão das posições em meio à batalha caótica pelas casas do arraial.

O último revés foi a mudança de eixo da Artilharia do coronel Olympio que passou a alvejar a direção do flanco esquerdo da linha que chegava até as proximidades do lugar que o

²⁶⁶REGO, Orlando L. M. de Moraes, 1981, Op. cit., Loc. cit.

²⁶⁷MARRECA, Orvácio D.C., Op. cit, p. 90.

coronel Fontoura nomeou de “Praça do Mercado”²⁶⁸. Logo o comandante soube o fogo ser em resposta a uma tentativa que um grupo de canudenses fazia de contornar este flanco da linha de ataque que havia se afastado do Corpo amazonense²⁶⁹ e isolar a tropa paraense pela retaguarda, manobra visível do alto da posição da Artilharia que buscou interceptá-la. A resposta foi o envio da companhia de Câmara para fazer frente aos jagunços, dos quais muitos este capitão e seus homens mataram, restabelecendo contato com os amazonenses.

Perto das 14:00h o ataque começou a rarear, tanto pela resistência que se fez de dentro das casas, como pela fadiga dos soldados paraenses e pela fumaça que, gerada pelos incêndios nas primeiras casas, impossibilitou a visão, além do fim do auxílio da Artilharia que, como já estivessem bastante avançadas as linhas, poderia atingir os próprios aliados caso continuasse atirando²⁷⁰.

Hastearam as bandeiras do Brasil e do Pará em duas casas, e demarcaram as áreas ocupadas e neste momento o comando da 2ª Coluna, finalmente percebendo o ataque, ordenou o fim da manobra não ordenada e o recuo das tropas para as suas respectivas posições originais, momento crítico, pois Fontoura não estava disposto a recuar das posições que seus homens conquistaram e, com o apoio do comando da Brigada havia se decidido a desobedecer. Não foi necessária a insubordinação já que posteriormente a ordem foi alterada para manter as posições até que os Batalhões paraenses rendidos pelos 32º e 15º, deixando aos seus substitutos a carga aprisionada de carabinas 23 Mannlicher's e outras 55 identificadas como “de caça”, além de prisioneiros, e levando na bagagem sua vitória²⁷¹ e suas baixas.

Baixas cujo número ainda é uma incógnita, pois Orlando de Moraes Rego estima 19 mortos, cujo único oficial foi o capitão Cordeiro, e 35 feridos²⁷². Contudo o Informe do coronel Fontoura ao comando da Brigada noticia apenas para o 2º Corpo de Infantaria os mesmos 19 mortos, e feridos além do major Calixto e do tenente Rosa Chavez mais o capitão ajudante Benedito Asclepiades Pontes e 24 praças²⁷³.

²⁶⁸Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / 2º Corpo de Infantaria / Ordens do Dia do 2º Corpo de Infantaria / Informes do 2º Corpo ao Comando da 2ª Brigada da Divisão Auxiliar nº 486.

²⁶⁹REGO, Orlando L. M. de Moraes, 1981, Op. cit., pp. 121-122.

²⁷⁰Idem.

²⁷¹Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / 2º Corpo de Infantaria / Ordens do Dia do 2º Corpo de Infantaria / Informes do 2º Corpo ao Comando da 2ª Brigada da Divisão Auxiliar nº 486.

²⁷²REGO, Orlando L. M. de Moraes, 1967, Op. cit., pp. 71

²⁷³Op. cit.

Entretanto a própria documentação é desencontrada, pois nas Ordens do Dia de cada um dos Corpos encontram-se apenas 16 mortos no 2º Corpo além do capitão Cordeiro²⁷⁴, tendo outros dois mortos no 1º Corpo²⁷⁵, e entre os feridos apenas estão listados no 1º Corpo 8 praças, e contam no 2º somente os seus três sobreditos oficiais feridos, sem qualquer listagem de praças neste estado.

Dentro desta discrepância e desencontro de informações podemos inferir apenas que estavam os mortos entre 19 e 21, e os feridos em no mínimo 28 e no máximo 35, totalizando um intervalo de 47 a 56 homens como baixas de combate, ao que, pelas coincidências de nomes entre a documentação e a lista de mortos e feridos de Rego, creio que seu cálculo de 54 militares feridos de combate no dia 25 de Setembro seja o mais verossímil. Isso claro, excluídas as outras seis baixas que não deserções que ocorreram ao longo da campanha até então, que somadas às baixas desse combate e considerados os desertores abre um desfalque de quase 140 homens no Regimento paraense.

No combate de 25 de Setembro o cerco a Canudos já estava completo, e o Gen Arthur Oscar abertamente abriria mão de quaisquer dispendiosos ataques que não fossem necessários, subjugando Canudos pela fome, e sede. Nesse sentido levanta-se a questão da necessidade do combate que, discursivamente visava a proteção da posição sob a guarda paraense, mas se foi para tanto, a pergunta retorna quando, após a tomada da trincheira da aguada e a expulsão dos jagunços da margem esquerda, a Brigada Policial continua adentrando em Canudos.

Obviamente a tomada de uma das últimas aguadas obedece a um papel estratégico, isto comprova os contra-ataques de 26 e 27 do mesmo mês que buscavam desesperadamente alcançar algum reservatório de água para se saciarem, se alinhado assim com a grande estratégia da campanha de vencer pelo cerco. Igualmente o número de casa, cerca de 200, que foram tomadas não apenas aumentaram a área de cerco como reduziu consideravelmente o território sob controle jagunço na região mais povoada do arraial, constringindo suas posições e tornando mais efetivos os bombardeios sobre o inimigo mais concentrado, além de iniciar o combate urbano na região mais densa do arraial.

Contudo, o dispêndio de vidas e a profundidade do ataque de 25 de Setembro, principalmente considerando que fora feito sem ordens para tanto, precisam ser melhor compreendidos. Pode-se apenas supor como uma das causas a provável impossibilidade de,

²⁷⁴Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / 2º Corpo de Infantaria / Ordens do Dia do 2º Corpo de Infantaria / nº 533.

²⁷⁵Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / Regimento Militar / Ordens do Dia 1987 / nº 177 & 178.

uma vez tomada a trincheira da margem esquerda do Vaza-Barris – posto que de seu leito não tinham mais como recuar sem serem massacrados²⁷⁶ – mantê-la sob os disparos que vinham das casas próximas, fazendo necessária a tomada de uma linha de casas onde os militares pudessem fixar suas defesas, o que igualmente se torna débil considerar quando consideramos que fora tomada ao inimigo sem dúvida mais de uma linha de casas.

Por fim, considerando o destaque dado ao feito e a exaltação aos ganhos estratégicos que este ataque trouxe, talvez seja mais aceitável acreditar na possibilidade de que tanto o comando quanto o oficialato em geral estivessem dispostos a não apenas defender suas posições com um ataque preventivo, mas a avançar tanto quanto lhes fosse possível Canudos à dentro buscando o máximo de vantagem de sua ofensiva.

3.6. – *Nada de novo no front.*²⁷⁷

A resposta dos canudenses à posição avançada que os Corpos paraenses ocuparam não tardou. O comando do 2º Corpo de Infantaria em 26 de setembro informa que a linha que foi ocupada pelos 32º e 15º Batalhões foi atacada quatro vezes ainda na noite do combate²⁷⁸, pelo que o 2º Corpo enviou a sua 4ª Companhia para reforçar esses Batalhões. No dia seguinte pela manhã somava mais uma baixa, o 2º sargento da 2ª companhia Antonio Baptista de Moraes, ferido em sua própria barraca, provavelmente no Forte da Favela onde o comando avisa que continuavam a chegar repetidos e constantes disparos.

Pouco ocorreu nas posições paraenses ao longo dos dias posteriores, além do rotineiro tiroteio que levou o coronel Fontoura a destacar diariamente uma ala para a vigilância preventiva do Pico, e em hora determinada voltava ao Forte. Sendo essa ala formada pela 2ª Companhia do tenente Cearense, e a 1ª que já refletia as mudanças que os vagos abertos pelo 25 de Setembro trouxeram, pois não era mais comandada pelo capitão Câmara que agora substituía o major Calixto como fiscal do 2º Corpo.

Ocuparia seu lugar o tenente Raymundo Coutinho, mas este já substituía o falecido capitão Baptista no comando da 3ª Companhia. restariam os tenentes Aprigio Ottoni, mas este

²⁷⁶REGO, Orlando L. M. de Moraes, 1981, *Op. cit.*, p. 120.

²⁷⁷Referência ao romance alemão *In Westen nicht Neues* do alemão Enrich Maria Remarque, no Brasil REMARQUE, Enrich M. **Nada de Novo no Front**. Porto Alegre – RS: Ed. L&M Pocket. 2004. Veterano da Segunda Guerra Mundial, o autor busca retratar os horrores dela e a indiferença da população civil alemã à situação dos seus soldados. Em 1930 foi adaptado para o cinema no filme *All Quiet on the Western Front*, pelo diretor Lewis Milestone, chegando ao Brasil com “Sem Novidades no Front”.

²⁷⁸Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / 2º Corpo de Infantaria / Ordens do Dia do 2º Corpo de Infantaria / Informes do 2º Corpo ao Comando da 2ª Brigada da Divisão Auxiliar nº 487.

agora compunha o Estado Maior da Brigada, e Rosa Chavez que também fora ferido. Esta conformação *sui generis* levou aos altos posto dois alferes, Luiz da França de Oliveira que assumiu a ajudância em lugar do capitão Asclepiades e o alferes João de Deus da Silva Cruz no comando da 1ª Companhia no lugar do sobredito capitão Câmara²⁷⁹.

Porém a rotina não terá vida longa, no dia 30 de setembro sob a Ordem do Dia nº 140 do comando-em-chefe da força determina o ataque²⁸⁰ estabelecendo uma virada no comportamento adotado até então. Lembremos que o último ataque em larga escala foi o de 18 de julho, tendo-se fechado o cerco por iniciativa dos comandantes de Coluna em operações de pequena e média monta, este, contudo, seria um ataque total. Para o que posicionar-se-iam os homens durante a noite e, ao raiar do dia, após o bombardeio seria dada ordem de carga de baioneta calada forçando a ocupação dos casebres da região que contornava a praça central e as ruínas de ambas as igrejas.

E assim foi feito. Mas não de surpresa, pois enquanto os 1º e 2º Corpos de Infantaria paraenses avançavam na noite até a retaguarda da linha de ataque que formaram o 5º Corpo de Infantaria da Bahia, ala direita do de São Paulo e 26 Batalhão de Infantaria, foram recebidos com salvas de tiros das linhas inimigas, mas mantiveram as posições. Ao amanhecer, após uma hora de bombardeio a 3ª Brigada apoiada pela 1ª e posteriormente por toda a sua coluna atacou pelo leste, à esquerda e retaguarda da Igreja Nova e as posições conquistadas pelos paraenses²⁸¹.

Estes, por sua vez apoiaram a 6ª Brigada e todo o restante da 2ª Coluna que foi disponibilizado para atacar a direita da dita igreja e a Praça Central, conseguindo as tropas deste setor avançar, contudo que não tenham mantido a carga de baionetas devido ao forte fogo que receberam, até o ponto de junção que era a igreja em ruínas que ainda servia como fortim e foi finalmente tomada. Os contingentes que faziam a vanguarda dos Corpos do Pará avançaram com o auxílio paraense e amazonense até as últimas casas que faziam frente à praça, onde não puderam atravessar o amplo espaço aberto²⁸², mantiveram posições, deixando suas linhas de cerco anteriores no leito do Vaza-Barris às tropas do Norte.

²⁷⁹Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / 2º Corpo de Infantaria / Ordens do Dia do 2º Corpo de Infantaria / nº 533.

²⁸⁰Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / 2º Corpo de Infantaria / Ordens do Dia do 2º Corpo de Infantaria / nº 538.

²⁸¹Center for Research Libraries: global resource network / Brazilian Government Documents / Ministerial Reports (1821-1960 / Guerra / 1897 / Anexo A, pp. 131-135.

²⁸²*Idem*, pp. 135-138.

Terminado o combate sem a vitória, nem grande avanço, Fontoura o considerou “não tendo o efeito desejado”²⁸³, mas o general comandante da 2ª Coluna Carlos Eugênio Guimarães considerou cumprido o objetivo intentado de “apertar o cerco em que tem estado envolvido o inimigo, a quem convinha diminuir a resistência que das igrejas nos oppunha e cortar-lhe os meios de fornecer-se de água do rio Vaza-Barris”²⁸⁴.

Assim as posições serão mantidas por mais três dias, quando nova ordem de ataque foi dada e ao anoitecer o 1º e 2º Corpos de Infantaria subiram a margem esquerda do rio em combate noturno e renderam as posições das unidades que faziam a vanguarda, estendendo linha e interceptando alguns conselheiristas que, acreditou-se, tentavam fugir, e ao amanhecer de 5 de outubro seguiu-se novo bombardeio e incendiaram as casas restantes levando os últimos dispostos a isso à rendição. E como ainda haviam resistentes iniciou-se a fuzilaria e novo bombardeio, ao toque de “Infantaria Avançar” finalmente ocupou-se o que restava do arraial²⁸⁵ contando como baixas para os paraenses apenas mais seis, todas do 1º Corpo. Três mortos e três feridos, dentre os quais ficou o seu alferes quartel mestre Feliciano Toscano de Brito, único oficial atingido nessa investida.²⁸⁶

Percebe-se que, ao menos para a tropa paraense, o ataque de 25 de Setembro foi o primeiro e mais ferrenho combate direto das forças paraenses em Canudos, já que apenas voltaram a entrar e operação na ofensiva de 1º a 5 de outubro, na qual ficaram o 1º e 2º Corpos do Pará na retaguarda do 5º da Bahia e do da Polícia Paulista, formando as duas linhas à frente da praça entre a Igreja Nova e a Igreja Velha e na retaguarda dessa última²⁸⁷

Nessa ocasião tendo por missão, de forma deveras contrastante, realizar sob as ordens do comandante em chefe o mesmo intento que buscou independentemente ao atravessar o leito do Vaza-Barris no dia 25 e que por pouco não foi abortado pelo comando da Divisão. Pressionar o inimigo e reduzi-lo à sede. Nesse sentido não seria absurdo pensar que o sucesso da investida de 25 de Setembro pode ter um papel, mesmo que secundário, na decisão do general Arthur Oscar de ordenar o ataque do início de outubro abandonando a estratégia que mantinha já a meses, de assegurar posições e debelar o arraial com bombardeios mais “econômicos” em termos de vidas militares. Ainda que o fogo de suporte e a defesa das linhas

²⁸³Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / 2º Corpo de Infantaria / Ordens do Dia do 2º Corpo de Infantaria / nº 538.

²⁸⁴Center for Reserarch Libraries: global resource network / Brazilian Government Documents / Ministerial Reports (1821-1960 / Guerra / 1897 / Anexo A, p. 135

²⁸⁵Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / 2º Corpo de Infantaria / Ordens do Dia do 2º Corpo de Infantaria / nº 538.

²⁸⁶Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / Regimento Militar / Ordens do Dia 1987 / nº 180.

²⁸⁷REGO, Orlando L. M. de Moraes, 1981, *Op. cit.*, pp. 126-127.

originais das polícias baiana e paulista em 1º de outubro seja uma posição taticamente importante e não necessariamente livre de ataques, há que se acrescentar que esta data não foi tomada por mormente importante para a memória desta participação paraense na guerra de Canudos.

Canudos foi absorvido pelo discurso militar paraense como sua “prova de fogo”, seu “batismo de sangue”. Orvácio Marreca, na época alferes do 1º Corpo e participante do combate de 25 de Setembro, será chamado em 1940, um momento sensível de construção e reinvenção da história da polícia, para compor o Histórico que serve como fonte neste trabalho. A data em questão foi adotada a partir de ano desconhecido como o “Dia da Polícia Militar do Pará” no Estado, em paralelo ao dia 21 de Abril, dia de Tiradentes, quando as polícias pelo país homenageiam ele que é tomado como patrono das polícias militares do Brasil. No Pará o dia 25 de Setembro comemora a “gloriosa” atuação de Fontoura e seus disciplinados soldados. Seu nome foi dado ao Quartel do Comando Geral – QCG, a um grau de mérito representado por medalha, e à academia de oficiais da polícia militar, onde seu espadim representa a entrada para o oficialato da Polícia Militar do Pará. Além de terem sido, o combate, a campanha e o comandante, imortalizados no hino da corporação:

Altaneira Polícia Militar
Cobre de louro o teu nome tradicional
Para a glória do Brasil
Terra santa e imortal

Teus soldados heróicos e destemidos
Quer na paz ou na guerra feroz,
O Brasil, o Pará, hão de honra,
O teu nome exaltar,
E a luta cessará,

Teu pavilhão mais uma vez tremulará

O teu nome está gravado na história,
E ligado ao de um bravo e grande herói,
Que em canudos cobriu-se de mil glórias
Salve Fontoura, o precursor da vitória!²⁸⁸

Desde Marreca os aspectos disciplina e organizado, e a marcialidade são o motus do Regimento, da Brigada, da Polícia Militar, e seu nascimento ou expressão máxima, discursivamente, estão em canudos.

Por um lado as pretensões implícitas nos discursos e na organização dessa força, especialmente em fins do século XIX muito se assemelham às definições de sociedade disciplinar de Michael Foucault. A primazia da hierarquia e disciplina que ecoam das

²⁸⁸ Letra: José Resende Filho. Música: Manoel Belarmino da Costa. Grifos meus.

organizações militares para toda a sociedade formam as bases declaradas dessas instituições armadas; e a distensão do poder do Estado, bem como do espaço público se desdobram em consonância com o crescimento do aparato policial estruturado nos moldes dos chamados “corpos dóceis” dos quais o próprio isolamento, a “cerca” é um pressuposto. O desenvolvimento de uma força instrumental e regular, a automação do indivíduo agora considerado socialmente útil:

o soldado se tornou algo que se fabrica; de uma massa informe, de um corpo inapto, fez-se a máquina de que se precisa; corrigiram-se aos poucos as posturas: lentamente uma coação calculada percorre cada parte do corpo, assenhoreia-se dele, dobra o conjunto, torna-o perpetuamente disponível, e se prolonga, em silêncio, no automatismo dos hábitos; em resumo, foi “expulso o camponês” e lhe dada a fisionomia de soldado²⁸⁹.

Essa disciplina, essa “anatomia política do detalhe”, embasada sobre a coerção em uma escala que se impõe sobre toda a ação do indivíduo; sobre o objeto de controle focado não simplesmente na ação, mas na economia dela, na alteração de comportamento e regulação da eficácia do movimento natural infinitamente e incessantemente controlado.

Contudo, ao cabo das análises do presente trabalho, podemos perceber uma considerável discrepância entre qualquer pretensão que pudesse ser considerada um projeto ou ao menos a semente de um, para uma polícia condizente com os ideais da modernidade e com a cultura liberal burguesa de urbanidade e civilidade. O que encontramos na documentação trata sim, de um processo contínuo de investimento na construção de uma força coercitiva de emprego amplo e atuação dinâmica, de uma organização bem estruturada para atender às necessidades regidas pelas circunstâncias históricas e geográficas do estado do Pará; uma miniatura de exército nas palavras de André Rosemberg²⁹⁰, que, dentro de uma estrutura nacional na qual as três forças armadas que conhecemos hoje não exerciam o monopólio do uso da força, ao menos em alguns aspectos fora mais bem sucedida do que sua progenitora.

A dicotomia entre a justificação de sua existência como “polícia” e as suas reais atribuições, ou a percepção que partia das autoridades sobre ela podem ser indicadas pelas mudanças de nome das unidades que intrinsecamente parte do Exército como Corpo de Caçadores ou de Voluntários da Pátria, assume uma nova esfera como Corpo de Polícia mas não sem a resistência que o tornaram Regimento Militar no contexto do presente trabalho, e

²⁸⁹FOUCAULT, Michael. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 39ª Ed. Petrópolis: Ed. Vozes. 200.1 p. 131.

²⁹⁰ROSEMBERG, André. Prelúdio de um “Pequeno Exército”? a força policial paulista nos primeiros anos da República (1890-1895). in **História Unisinos**. 16(3), Setembro/Dezembro 2012. pp. 333-345

Brigada Militar poucos anos depois. As considerações de José Paes de Carvalho sobre essa organização bem explicitam a forma pela qual era traduzida a existência dessa força:

Como. esta. organisada a nossa policia, quasi invencíveis sao. as difficuldades com que luctamos, por mais accentuada que seja a boa vontade dos funcionarios encarregados d'aquelle importante ramo de administração publica.

‘Não basta, no estado em que se acha a Capital, a força publica para fazer um regular policiamento. **Educada sob uma rigorosa disciplina militar, diversa da que e exigida para uma boa policia preventiva**, a força publica e inquestionavelmente o esteio da ordem e **um poderoso auxiliar das auctoridades de segurança; seus reaes. serviços se tem patenteado mais de uma vez**, provocando justos louvores da parte ,do Governo e do povo d'este Estado.

‘Torna-se imprescindivel a criação da policia civil, que consistira. Em um corpo de agentes, mais ou menos numeroso, **que receba instrução propriamente policial** e exercite a sua actividade benefica sob as ordens immediatas e reservadas das auctoridades de segurança[...]’²⁹¹.

Este “pequeno exército” não sem motivo havia deixado de se chamar polícia, apenas voltando a ter o termo no nome no fim da década de 30.

²⁹¹1900. Mensagem. p. 24.

CONCLUSÃO

Amanda Mancuso, justifica o papel à que foi relegada a história militar no país a partir da compreensão de que durante toda a história do Brasil independente e mesmo antes, ao contrário do que ocorria na Europa – onde a história das guerras se confundia com o travar delas em campo de batalha, e onde a compreensão por parte do público geral das questões militares era um pressuposto básico de segurança para o Estado – no Brasil havia uma “disseminação da percepção de ausência de ameaças externas”, principalmente após o golpe republicano, no qual os militares adentraram definitivamente a vida política e de certo modo passaram a monopolizar o poder e o conhecimento técnico e prático da área de segurança, isso tudo aliado ao relutante envolvimento em conflitos externos nebulou consideravelmente as finalidades do estudo da história militar²⁹².

Contudo, se esse debate sobre segurança saiu do domínio público, não por isso as “questões militares” perderam importância ao longo da trajetória histórica do país. O que encontramos ao longo do presente trabalho trata-se justamente do oposto. A criação de uma estreita relação entre as “classes” militares e a unidade nacional, e o tripé formado entre militares, república e o progresso nacional invariavelmente se desdobrou em uma crescente importância da influência do pensamento militar dentro da esfera política e social.

No caso do estado do Pará os esforços no rumo da manutenção da ordem pública e a necessária expansão da rede burocrática do Estado ao longo do território amazônico chocou-se com uma realidade objetiva bastante diversa daquela conhecida pelos idealizadores desse processo.

A narrativa dos processos pelos quais as organizações policiais passaram é bastante figurativa e essencial para a compreensão do ambiente da província, e posterior estado, do Pará. Uma unidade administrativa desdobrada sobre um extenso território no qual o domínio político, administrativo, econômico ou populacional não seriam facilmente adquiridos. Para esse intento diversas estratégias de variados âmbitos desenvolvidas por uma multiplicidade de agentes tentaram abordar esse objetivo de soberania e autoridade sobre o território amazônico ao longo do tempo.

Nesse sentido pensar a organização da província associado à sua percepção como fronteira, aqui inclusas todas as conotações que o termo pode guardar, é uma condição

²⁹²MANCUSO, Amanda Pinheiro. “A História Militar: Notas sobre o desenvolvimento do campo e a contribuição da história cultural”. in **História e Reflexão**: Revista eletrônica de história. v. 2 n. 4 – UFGD – Dourados jul/dez 2008

primeira de qualquer tentativa de entender a história dessa região. Em um Estado de povoação dispersa cujos eixos de controle e comunicação passavam pela rede fluvial, e cuja sustentabilidade econômica atravessava os nós dessas redes, formados por cidades centrais e concentradoras de população e serviços, todas convergem para a capital enquanto centro político, econômico, social e cultural – seja essa centralidade real ou pretensa.

Acompanhando esses processos, e compondo com eles, temos as diversas organizações que detinham o uso oficialmente aceito da violência e ou a obrigação de manter e regular a sociedade amazônica, por meio da força, caso se fizesse necessário. Elas formam igualmente uma multitude de sistemas e estratégias oficiais ou extra oficiais de controle social e interno, interagindo de forma diferenciada entre si, com os poderes instituídos e a sociedade circundante.

O envolvimento do Pará por estratégias de ocupação militar e imposição da autoridade pela força datam do surgimento político-administrativo da região amazônica, e igualmente, as modalidades de enfrentamento e resistência a essa forma de imposição ditou a necessidade de negociação dessa autoridade retroagem para o mesmo momento. Enquadrando-se dentro de um processo expandido de formulação e reformulação das estruturas de poder a bacia amazônica não esteve distante dos olhos da administração central desde o século XVII e, ainda que a eficácia dessas estratégias e a sua pertinência dentro da realidade material regional possam ser postas em cheque, a elaboração de políticas para a região é uma constante.

Percorrendo o âmbito das organizações armadas ao longo da história do Pará percebemos um processo contínuo de elaboração de forças militarizadas que pudessem ser econômica e socialmente viáveis e mais ou menos orientadas para diversas atividades de pudessem exigir o uso da força. No entanto nas duas últimas décadas do século XIX esse processo sofre uma inversão de sentido. Enquanto as bases organizacionais e burocráticas dessas instituições se desenvolvem quantitativa e qualitativamente, a pluralidade da lugar a um intenso processo de uniformização e concentração de poder e legitimidade às organizações nacionais.

Analogamente, por mais paradoxal que pareça considerado o cenário nacional, o mesmo processo ocorre em diferente escala para o Estado do Pará. Baluarte do poder oficial no extenso território paraense, o seu crescente desenvolvimento e a fagocitose das outras organizações centralizaram cada vez mais as forças de armas no Corpo de Polícia, ao qual foi crescentemente e de forma cada vez mais explícita uma função paralela às forças armadas a nível nacional. Estando, entretanto, diretamente atreladas ao interesses locais.

Nesse sentido não podemos perceber o advento do Regimento, e posteriormente da Brigada, militares e a supressão da “Polícia” como um mero processo de mudança de nomenclatura. Eles foram o epítome de um processo anunciado timidamente pelos presidentes de província do fim do Império, mas que alavancados pelos primeiros governos republicanos de Huet Bacellar, Lauro Sodré e José Paes de Carvalho – os dois primeiro notadamente militares – rumo a uma força não mais militarizada, mas militar propriamente, no sentido de “militar” que estava ainda em elaboração especialmente pelo Exército.

Contudo estas pretensões mais ou menos abertamente assumidas sobre o papel social das unidades responsáveis pelo policiamento no estado, e a instrumentalização destes sujeitos trazidos para a sociedade disciplinar encontra, mais uma vez, uma realidade social que transparece através dos conflitos expressos ao longo do segundo e terceiro capítulos, demonstrando a impossibilidade de desarticular os agentes que constituíram essa polícia da chamada “sociedade civil”. Se a pretensa separação de âmbitos de vida dessas duas sociedades pareceu necessária ao projeto de construção tanto da sociedade civil quanto da classe militar, o processo histórico demonstrou que esse discurso ideal não abarcou a multiplicidade de sentidos que perpassavam as instituições policiais e militares.

Agência de emprego, forma de reprodução social, instrumento de participação popular, símbolo de *status* e ascensão social, parte do processo punitivo e modalidade diferenciada de sistema carcerário – por mais incoerente que possa parecer em um primeiro momento. Todas essas apropriações eram cabíveis e presentes dentro das unidades policiais militares graças ao que Marcos Luis Bretas chama de “conjugação de precariedade e poder”²⁹³ que marcadamente formavam as polícias do Brasil, e que acabaram por estabelecer as bases de seu funcionamento dentro de um equilíbrio delicado entre a coerção legal do domínio do espaço público e a autoridade extralegal que obrigatoriamente se flexibilizava diante da realidade objetiva.

Evidentemente o esforço deste trabalho não abarca mais que parte significativa do montante de questionamentos que o processo de construção da estrutura policial no Pará pode suscitar. Primeiramente pela incipiência da área, onde os estudos sobre militares e das organizações de polícia no âmbito da história social no Brasil e especialmente na Amazônia, além de formarem campos distintos e muito embora encontrem um relativo crescimento, ainda não formam um extenso arcabouço bibliográfico.

²⁹³BRETAS, Marcos L. **A Guerra das Ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 1997.

Em outro espectro há as dificuldades inerentes à pesquisa. A carência de certos tipos de fontes, como fica evidenciado pelo uso de apenas um dicionário próximo ao período – encontrado no Arquivo Público do Estado do Pará, era o único que se encaixava ainda que sofrivelmente no recorte. Bem como no precário acompanhamento das demandas e menores vicissitudes organizacionais da força a partir da Proclamação, momento em que tais informações que não mais dizem respeito ao governo central simplesmente desaparecem dos relatórios de governadores. Procuradas em “sua fonte”, nos relatórios enviados aos governadores, apenas um estava disponível à pesquisa nesse arquivo, com o agravante de, sendo parte exclusivamente condizente à burocracia paraense, não consta em nenhum outro acervo.

Contudo acredito que a falta mais sensível seja a ausência de um acervo documental que possa transmitir direta ou transversalmente as falas da base da pirâmide hierárquica militar, que transmitam a voz das praças em seu fazer cotidiano, no universo do comum e em sua mais íntima interação diuturna com as redes de vivência e convivência com as quais estão em constante contato. Ainda que em circunstâncias excepcionais, a invisibilidade da ação e opinião de grande parte, e diga-se a porção ativa e reativa do Regimento Militar paraense ainda é um muro que espero este trabalho tenha conseguido ao menos abalar. Entretanto, como ofício de fé, a história se alimenta de uma mecânica, por vezes ingrata, de tentativa e erro, mas mais que isso, de dedicação e esforço.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Manuel A. **Memórias de um Sargento de Milícias**. São Paulo: Ed. Saraiva 2006.

BAENA, Antonio L.M. **Compêndio das Eras da Província do Pará**. 1ª Ed. Belém: UFPA, 1969.

BARRETO, Aníbal. **Fortificações no Brasil (Resumo Histórico)**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1958. 368p.

BARROSO, Gustavo. (Org) **Uniformes do Exército Brasileiro (1730-1922)**. Ministério da Guerra, 1922.

BLOCH, Marc. **Apologia da História**. Ed. Jorge Zahar, Rio de Janeiro. 2001.

BRETAS, Marcos L. “A Polícia Carioca no Império” in **Estudos Históricos**. CPDOC/FGV, vol. 12, nº 22. 1998. pp. 219-234.

BRETAS, Marcos & ROSEMBERG, André. “A História da Polícia no Brasil” in **Topoi**, v. 14, n. 26, jan./jul. 2013, pp. 162-173.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2005.

CASTRO, Celso. **O espírito militar: um antropólogo na caserna**. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2004.

_____. **A Invenção do Exército Brasileiro**. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2002.

_____. **A Proclamação da República**. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2000.

CHAMBOULEYRON, Rafael. **Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)**. Belém: Ed. Açaí. 2010.

CHAMBOULEYRON, Rafael; MELO, Vanice S.VIANA, Wania. “Tropas e Guerras na Amazônia Colonial (séculos XVII e XVIII)” in POSSAMAI, Paulo.(org). **Conquistar e Defender: Portugal, Países Baixos e Brasil**. Estudos de história militar na idade moderna. São Leopoldo: Ed Oikos. 2012.

CORDEIRO, Luiz. **O Estado do Pará, seu Comércio e Indústria de 1719 a 1910**. Belém: IHGB. 1920. p.123

CUNHA, Euclides da. Canudos: **Diário de uma Expedição**. Martin Claret, São Paulo, 2006.

_____. **Os Sertões**. Nova Cultural, São Paulo, 2003.

CRUZ, Ernesto. **História do Pará**. 1ª Ed. vol. 1 & 2. Belém: Gov. do Estado do Pará. 1973.
 _____. **Noções de História do Pará**. 1ª Ed. Belém: IHGB, 1937.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. A Ocupação Político-Militar Brasileira no Paraguai (1869-1879). CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Victor; KRAAY, Hendrik. (Orgs.) **Nova História Militar Brasileira**. FGV, Rio de Janeiro, 2004. pp. 209-235.

FARIAS, William Gaia. **A Construção da República no Pará (1886/1897)**. Tese (Doutorado em História). Niterói: UFF.2005.

_____. A brigada Militar do Pará na Guerra de Canudos. **Revista Alpha**. Patos de Minas, UNIPAM, nº 11 – ago 2010. pp. 62-71.

FLORES, Elio Chaves. A Consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lúcia de Almeida Neves. (Orgs.) **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2008. pp. 45-88.

FEITOSA, Dantas de. **Antecedentes Históricos da Polícia Militar do Pará**. Belém.1994.

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 39ª Ed. Petrópolis: Ed. Vozes. 2001.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **O Império do Belo Monte: vida e morte de Canudos**. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2001.

GOMES FILHO, Gregório Ferreira. **Extremos na Historiografia Brasileira: Marreca e o Regimento Militar do Pará na Campanha de Canudos**. Monografia – Bacharelado/Licenciatura em História. UFPA. 2006.

GUIMARÃES, Manoel L. S. “Uma Nação Sem Rosto: a historiografia e a questão da identidade nacional”. in **Historiografia e Nação no Brasil: 1838-1857**. Ed. UERJ: Rio de Janeiro. 2011. pp. 229-257.

HERMANN, Jacqueline. Religião e Política no Alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado. FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lúcia de Almeida Neves. (Orgs.) **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2008. pp. 121-160.

HOBBSAWM, Eric. J. **Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Paz e Terra: São Paulo. 2011. pp. 63-124.

_____, **A Era dos Impérios: 1875-1914**. 13ª Ed., Paz e Terra, São Paulo, 2011.

_____, & RANGER, Terence. (Orgs.) **A Invenção das Tradições**. Ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro. 2008

IZECKSOHN, Vitor. Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai. CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Victor; KRAAY, Hendrik. (Orgs.) **Nova História Militar Brasileira**. FGV, Rio de Janeiro, 2004. pp.179-208.

KRAAY, Hendrik. “Reconsidering Recruitment in Imperial Brazil” in **The Americas**, v. 55, n. 1.

KOSELLECK, Reinhart. Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992, pp. 134-146. p. 136, 138, 141.

LITRENTO, Oliveiros. **Canudos: visões e revises**. BIBLIEX, Rio de Janeiro, 1998.

MANCUSO, Amanda Pinheiro. “A História Militar: Notas sobre o desenvolvimento do campo e a contribuição da história cultural”. in **História e Reflexão: Revista eletrônica de história**. v. 2 n. 4 – UFGD – Dourados jul/dez 2008

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. “Civilização do Rio, Civilização da Estrada – transportes na ocupação da Amazônia nos séculos XIX e XX.” in **Paper do NAEA**. Maio de 2004.

MARRECA, Orvácio Deolindo da Cunha. **Histórico da Polícia Militar do Pará: desde seu início (1820) até 31 de dezembro de 1939**. Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, Belém, 1940.

McCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: história do exército brasileiro 1889-1937**. Companhia das Letras, São Paulo, 2007.

MEIRA FILHO, Augusto. **Evolução Histórica de Belém do Grão Pará: fundação e história**. Belém: Ed. Globo. 1976

MELLO, Christiane Figueiredo Pagano. **A Guerra e o Pacto: a política de intensa mobilização nas Minas Gerais**. CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Victor; KRAAY, Hendrik. (Orgs.) **Nova História Militar Brasileira**. Ed.FGV, Rio de Janeiro, 2004. pp. 67-86.

MENDES, Fábio Faria. **Encargos, Privilégios e Direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX**. CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Victor; KRAAY, Hendrik. (Orgs.) **Nova História Militar Brasileira**. Ed.FGV, Rio de Janeiro, 2004. pp. 111-137.

NOGUEIRA, Shirley M.S. **A Soldadesca Desenfreada: politização militar no Grão-Pará na era da independência (1790-1850)**. Tese (doutorado). UFBA: Salvador. 2009.

NOGUEIRA, Shirley. M.S. “O Recrutamento no Grão-Pará (1775-1823)” in POSSAMAI, Paulo.(org). **Conquistar e Defender: Portugal, Países Baixos e Brasil**. Estudos de história militar na idade moderna. São Leopoldo: Ed Oikos. 2012.

_____. **Esses miseráveis delinquentes: desertores no Grão-Pará setecentista**. inCASTRO, Celso; IZECKSOHN, Victor; KRAAY, Hendrik. (Orgs.) **Nova História Militar Brasileira**. Ed.FGV, Rio de Janeiro, 2004. pp.87-109.

NUNES, Herlon R.S. **A Guarda Nacional na Província Paraense: representações de uma milícia para-militar (1831-1840)**. Dissertação (mestrado) PUC. 2005.

NUNN, Frederick M. **Effects of European Military Training in Latin América: The Origins and Nature of Professional Militarism in Argentina, Brazil, Chile, and Peru, 1890-1940**. **Military Affairs**. Society for Military History. v. 39, n. 1. Feb., 1975. p. 1-7.

PENTEADO, Antonio R. **O Sistema Portuário de Belém**. Belém: UFPA. 1973. P. 25.

PUNTONI, Pedro. “A Arte da Guerra no Brasil: tecnologia e estratégias militares na expansão da fronteira da América portuguesa (1550-1700)”. in CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Victor; KRAAY, Hendrik. (Orgs.) **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Ed.FGV. 2004. pp.043-066.

REGO, Orlando L. M. de Moraes. **A Brigada Policial do Pará na Campanha de Canudos**. IHGB, Belém, 1965.

_____. **História da Milícia Paraense na Campanha de Canudos**. IHGB, Belém,. 1967.

_____. **Retrospectivo Histórico da Polícia Militar do Estado do Pará (1822-1830)**. IHGB, Belém, 1981.

ROSEMBERG, André. **Polícia, Policiamento e o Policial na Província de São Paulo, no final do Império**: a instituição, prática cotidiana e cultura. Tese (Doutorado em História Social. USP. SP, 2008.

ROSEMBERG, André. Prelúdio de um “Pequeno Exército”? a força policial paulista nos primeiros anos da República (1890-1895). in **História Unisinos**. 16(3), Setembro/Dezembro 2012. pp. 333-345.

SILVA, Carlos Eduardo B. & CHARLET, Ronaldo Braga. **Memórias Reveladas: resgate histórico das origens da Polícia Militar do Pará**. Portal da Polícia Militar do Pará, acessado em 01/06/2011.

SIMONSEN, Roberto. **História Econômica do Brasil**. 8ª Ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional. 1978.

SODRÉ, Nelson W. **Formação Histórica do Brasil**. 3ª Ed. São Paulo: Ed. Brasiliense. 1964.

SOUZA, Adriana B. **À Serviço de Sua Majestade**: a tradição militar portuguesa na composição do generalato brasileiro (1837-1850).In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Victor; KRAAY, Hendrik. (Orgs.) **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Ed.FGV. 2004.pp. 159-178.

STANHOPE, Sams, [The Krag-Jorgensen Gun: It Is Inferior In Many Respects To The Mauser Used By The Spaniards](#), The New York Times, 1 August 1898.

STORCH, Robert D. The Policeman as a Domestic Missionary: urban discipline and popular culture in northern england, 1850-1880. **Journal of Social History**. vol. 9. nº 4. 1976, pp. 481-502.

_____, O Policiamento do Cotidiano na Cidade Vitoriana. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 5, nº 8/9, set-1984/abr-1985, pp. 7-33.

SCHULZ, John. **O Exército na Política**: origens da intervenção militar, 1850-1894. EDUSP: São Paulo, 1994.

FONTES

ASSEMBLÉA LEGISLATIVADO PARÁ, Estatuto dos Policiais Militares. Lei Nº 5.251, de 31 de julho de 1985. Título II. Cap II. Seção I. Art 33. <http://www.soleis.adv.br/leiestadual5251.85pa.htm>

Center for Reserarch Libraries: global resource network <http://www.crl.edu/brazil> / Brazilian Government Documents / Ministerial Reports (1830-1930) / Guerra / Guerra 1883, 1884, 1885, 1886, 1887, 1888, 1890, 1891, 1892, 1893; 1894; 1895; 1896; 1897; 1898; 1899; 1900; 1901; 1902; 1903. <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/guerra> Último acesso em 18/12/2014, às 05:45h.

Center for Reserarch Libraries: global resource network <http://www.crl.edu/brazil> / Brazilian Government Documents / Provincial Presidential Reports (1830-1930) / Pará <http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1> Último acesso em 18/12/2014:

Falla com que o excellentissimo senhor doutor José Coelho da Gama e Abreu, presidente da provincia, abriu a 2.a sessão da 21.a legislatura da Assembléa Legislativa da provincia do Gram-Pará, em 16 de junho de 1879. Pará, 1879.

Relatorio apresentado pelo excellentissimo senhor doutor José Coelho da Gama e Abreu, presidente da provincia, á Assembléa Legislativa Provincial do Pará, na sua 1.a sessão da 22.a legislatura, em 15 de fevereiro de 1880. Pará, 1880.

Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 2.a sessão da 22.a legislatura em 15 de fevereiro de 1881 pelo exm. sr. dr. José Coelho da Gama e Abreu. Pará, Typ. do Diario de Noticias de Costa & Campbell, 1881.

Falla com que o exm.o snr. dr. João José Pedrosa abriu a 1.a sessão da 23.a legislatura da Assembléa Legislativa da provincia do Pará em 23 de abril de 1882. Pará, Typ. de Francisco da Costa Junior, 1882.

Relatorio com que o exm. sr. presidente, dr. Manuel Pinto de Souza Dantas Filho, passou a administração da provincia ao exm. sr. 1.o vice-presidente, dr. José da Gama Malcher. Pará, Typ. do "Liberal do Pará," 1882.

Falla com que o exm. sr. general barão de Maracajú abriu a 2.a sessão da 23.a legislatura da Assembléa Legislativa da provincia do Pará em 15 de fevereiro de 1883. Pará, Typ. do Jornal da Tarde, 1883.

Relatorio com que o exm.o snr. general visconde de Maracajú passou a administração da provincia ao 2.o vice-presidente, exm.o snr. dr. José de Araujo Roso Danin, no dia 24 de junho de 1884. Pará, Typ. de Francisco da Costa Junior, 1884.

Falla com que o exm. sr. conselheiro dr. João Silveira de Souza, presidente da provincia do Pará, abriu a 2.a sessão da 24.a legislatura da Assembléa Provincial em 18 de abril de 1885. Pará, Typ. da Gazeta de Noticias, 1885.

Relatorio que ao exm. sr. dr. João Lourenço Paes de Souza, 1.o vice-presidente da provincia do Gram-Pará, apresentou o exm. sr. dr. Carlos Augusto de Carvalho ao passar-lhe a administração em 16 de setembro de 1885. Pará, Typ. de Francisco de Costa Junior, 1885.

Falla com que o exm. sr. conselheiro Tristão de Alencar Araripe, presidente da provincia do Pará, abriu a 1.a sessão da 25.a legislatura da Assembléa Provincial no dia 25 de março de 1886. Belem, Typ. do "Diario de Noticias," 1886.

Falla com que o exm. sr. conselheiro Francisco José Cardoso Junior, 1.o vice-presidente da provincia do Pará, abriu a 2.a sessão da 25.a legislatura da Assembléa Provincial em 20 de outubro de 1887. Pará, Typ. do Diario de Noticias, 1887.

Relatorio com que o exm. sr. desembargador Joaquim da Costa Barradas passou a administração da provincia ao exm. sr. conselheiro coronel Francisco José Cardoso Junior. Pará, Typ. do Diario de Noticias, 1887.

Falla com que o exm. sr. conselheiro Francisco José Cardoso Junior, primeiro vice-presidente da provincia do Pará, abriu a 1.a sessão da 26.a legislatura da Assembléa Provincial no dia 4 de março de 1888. Pará, Typ. do "Diario de Noticias," 1888.

Relatorio com que o exm. snr. conselheiro Francisco José Cardoso Junior, 1.o vice-presidente, passou a administração da provincia, no dia 6 de maio de 1888 ao exm. snr. dr. Miguel J. de Almeida Pernambuco, nomeado por carta imperial de 24 de março ultimo. Pará, Typ. do Diario de Noticias, 1888.

Falla com que o exm.o snr. d.r Miguel José d'Almeida Pernambuco, presidente da provincia, abriu a 2.a sessão da 26.a legislatura da Assembléa Legislativa Provincial do Pará em 2 de fevereiro de 1889. Pará, Typ. de A.F. da Costa, 1889.

FALLA 1886; FALLA 1884FALLA 1885.

RELATORIO 1881; RELATORIO 1882; RELATORIO 1882 (1); RELATORIO 1882 (2); RELATORIO 1885; RELATORIO 1886; RELATORIO 1886 (1); RELATORIO 1889; RELATORIO 1889 (1); RELATORIO 1889 (2); RELATORIO 1891.

MANIFESTO 1897.

MENSAGEM 1891; MENSAGEM 1892; MENSAGEM 1893; MENSAGEM 1894; MENSAGEM 1895; MENSAGEM 1896; MENSAGEM 1897; MENSAGEM 1897 (1); MENSAGEM 1897 (2); MENSAGEM 1898; MENSAGEM 1898 (1); MENSAGEM 1899; MENSAGEM 1899 (1); MENSAGEM 1899 (2); MENSAGEM 1900; MENSAGEM 1900 (1); MENSAGEM 1901; MENSAGEM 1901 (1); MENSAGEM 1902; MENSAGEM 1903; MENSAGEM 1904; MENSAGEM 1905; MENSAGEM 1906; MENSAGEM 1907; MENSAGEM 1908.

Governo do Estado do Pará / Coleção de Legislação do Arquivo Público do Estado (APEP) / Decretos do Governo Provisório de 1891 / Decreto nº 371 de 11 de Julho de 1891.

Governo do Estado do Pará / Coleção de Legislação do Arquivo Público do Estado (APEP) / Leis e Decretos de 1894 / Decreto de 11 de Setembro de 1894.

Governo do Estado do Pará / Coleção de Legislação do Arquivo Público do Estado (APEP) / Leis e Constituição de 1891 a 1900.

Governo do Estado do Pará / Arquivo da Polícia Militar do Pará / Poder Executivo / Segurança Pública / Regimento Militar / Mappa de Guardas e Praças / Relação dos Srs. officiaes e praças que se acham destacados em diligencia no interior do Estado_1900 & 1901.

Governo do Estado do Pará / Arquivo da Polícia Militar do Pará / Poder Executivo / Segurança Pública / Regimento Militar / Folhas de Pagamento / Vencimentos do 1º & 2º CI de Agosto de 1897

Governo do Estado do Pará / Arquivo da Polícia Militar do Pará / Códice de Ordens do Dia 1898-1900.

Governo do Estado do Pará / Coleção de Legislação do Arquivo Público do Estado (APEP) / Leis & Decretos 1890. Decreto nº 1 de 25 de novembro de 1889.

Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)/ EC, Códice 655, Correspondência de Diversos com o Governo. Ofício de 13 de março de 1811.

Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / Regimento Militar / Ordens do Dia 1987 / Ordens do Dia de nº 158; nº 159; nº 160; nº 161; nº 163; nº 164; nº 165; nº 166; nº 167; nº 168; nº 169; nº 170; nº 171; nº 172; nº 173; nº 174; nº 175; nº 176; nº 177; nº 178; nº 179; nº 180; nº 181; nº 182; nº 183; nº 184; nº 185; nº 186; nº 187; nº 188; nº 189.

Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / 2º Corpo de Infantaria / Ordens do Dia / Ordens do Dia de nº 505; nº 506; nº 507; nº 508; nº 509; nº 510; nº 511; nº 512; nº 513; nº 514; nº 515; nº 516; nº 517; nº 518; nº 519; nº 520; nº 521; nº 522; nº 523; nº 524; nº 525; nº 526; nº 527; nº 528; nº 529; nº 530; nº 531; nº 532; nº 533; nº 534; nº 535; nº 536; nº 537; nº 538; nº 539; nº 540; nº 541; nº 542; nº 543; nº 544; nº 545; nº 546; nº 547; nº 548; nº 549; nº 550; nº 551; nº 552

Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / Regimento Militar / Folhas de Pagamento.

Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) / Secretaria de Segurança Pública / 2º Corpo de Infantaria / Ordens do Dia / Informes do Comando do 2º Corpo ao Comandante da Brigada, de nº 483; nº 484; nº 485; nº 486; nº 487; nº 488; nº 489; nº 490; nº 491; nº 497.

Governo do Estado do Pará / Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)/ Novo Dicionário Critico e Etymologico da Lingua Portuguesa. OfficinaTypographicaCasimir, Paris. 1856.

Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 2.a sessão da 22.a legislatura em 15 de fevereiro de 1881 pelo exm. sr.dr. José Coelho da Gama e Abreu., pp. 109-111. <http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>

Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 2.a sessão da 22.a legislatura em 15 de fevereiro de 1881 pelo Exm. Sr. Dr. José Coelho da Gama e Abreu. p. 57, <http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>

Apêndice B – Esboço das posições do campo de batalha feito sobre fotografia do mapa de autoria do tenente coronel chefe da Comissão de Engenharia. Museu de Monte Santo.

Anexo A – Carta topográfica do Alto Amazonas. Acervo Cartográfico da Biblioteca Nacional (carta 67925_1)

Anexo B – Carta da Estrada de Ferro de Bragança. Anexo da Mensagem de 1908 (<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2442/>)

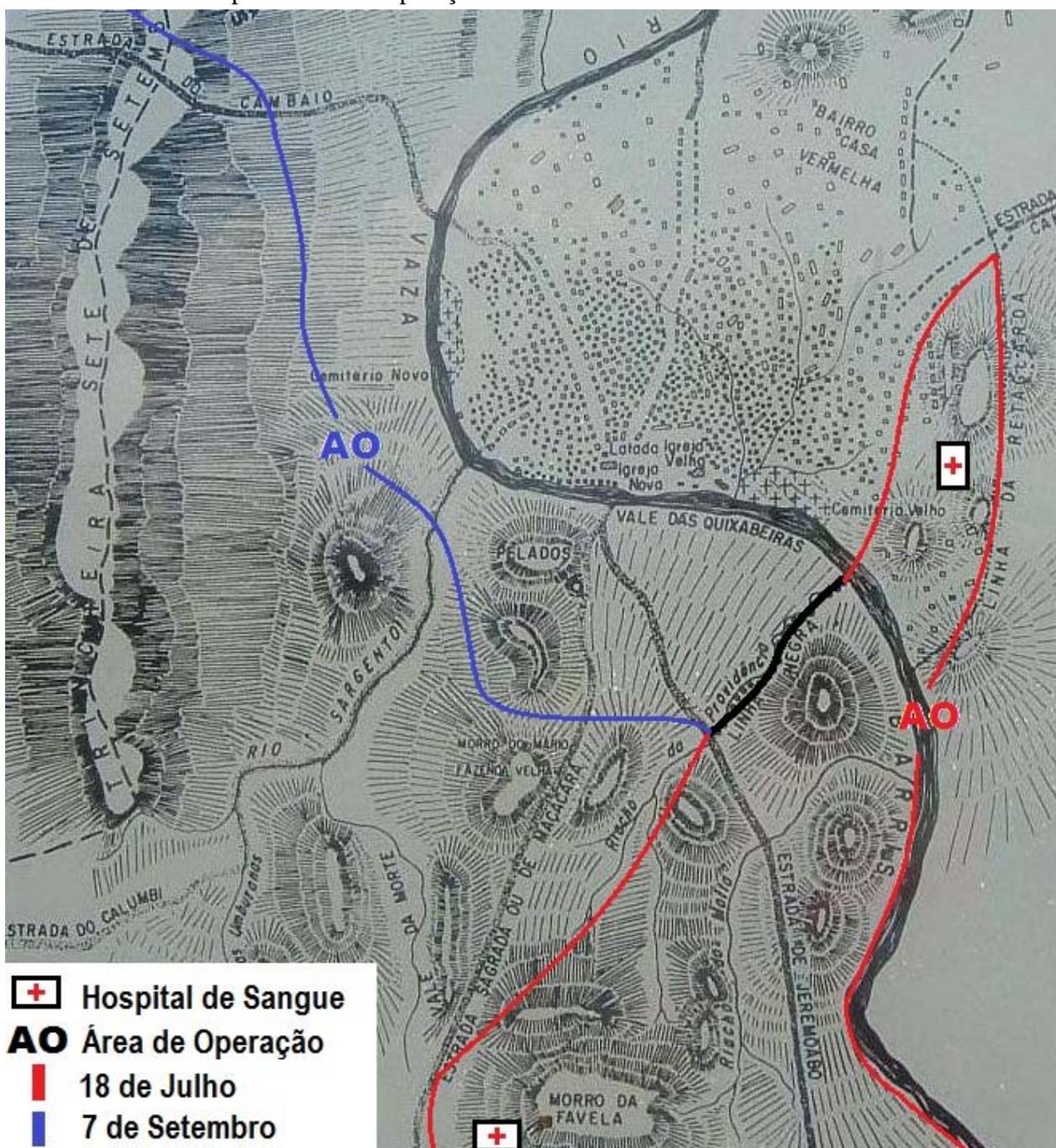
Anexo C – Planta da Cidade de Belém em 1889. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Pará. (<http://fauufpa.org/2014/03/23/planta-da-cidade-de-belem-1899/>)

APÊNDICE A – Relação de Comarcas da Província do Pará em 1884.

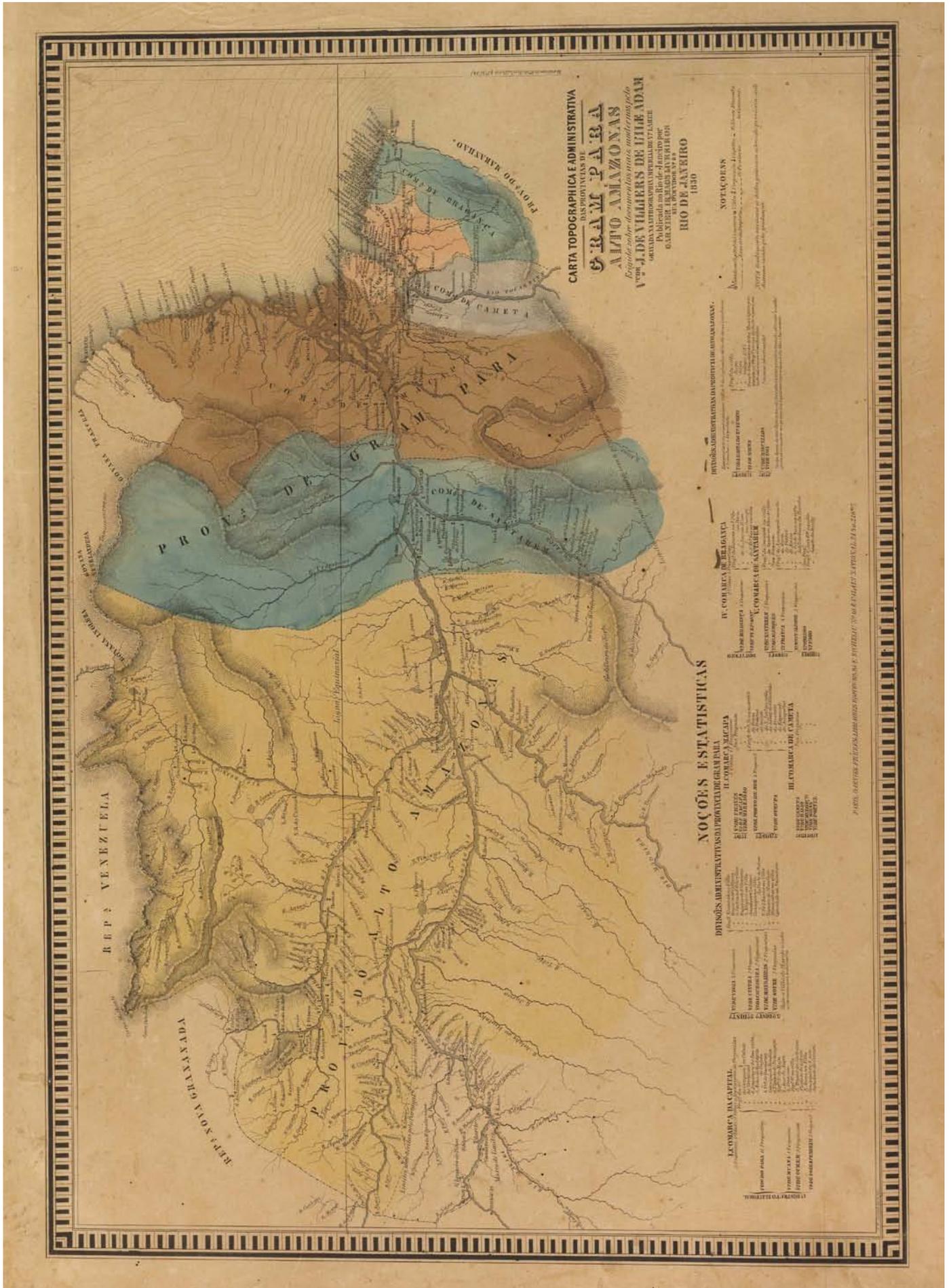
Comarcas	Municípios	Freguesias	Povoações
Bragança	Bragança (cidade)	N.S. do Rosário de Bragança	Almoço
	Viseu (villa)	N.S. de Nazareth de Viseu	Imborahy
	Quatipurú (villa)	N.S. de Nazareth de Quatipurú	Arumajó
Cintra	Cintra (villa)	S. Miguel de Cintra	S. João de Pirabas
	Marapanim (villa)	N.S. da Vitoria de Marapanim	
	Salinas (villa)	N.S. do Socorro das Salinas	
		Santarém Novo	
Vigia	Vigia (cidade)	N.S. de Nazareth da Vigia	Ramos
	Collares (villa)	N.S. do Rosário de Collares	Abbade
	S. Caetano de Odivelas (villa)	S. Caetano de Odivelas	
	Curuçá (villa)	N.S. do Rosário de Curuçá	
		N.S. da Luz de Porto Salvo	
Capital	Belém (cidade)	S. M. de Belém do Grão-Pará	S. João do Pinheiro
		N.S. da Graça da Sé*	Benevides
		Sant'Anna da Campina*	Maracanã
		SS. Trindade*	
		N.S. de Nazareth do Desterro*	
	Acará (villa)	S. José do Acará	
		Sant'Anna de Bujaru	
		N.S. da Conceição de Bemfica	
		N.S. do O' do Mosqueiro	
		S. Domingos da Boa-Vista	
		Sant'Anna do Capim	
		S. Vicente Ferrer de Inhangapy	
	S. Francisco Xavier de Barcarena		
	S. João Batista do Conde		
Guamá	Guamá (villa)	S. Miguel do Guamá	Tentugal
	Irituia (villa)	N. S. da Piedade de Irituia	
	Ourém (villa)	Divino Espirito Santo de Ourém	
Igarapé-Miry	Igarapé-Miry (villa)	Sant'Anna de Igarapé-Miry	
	Abaeté (villa)	N.S. da Conceição de Abaeté	
	Mojú (villa)	Divino Espirito Santo de Mojú	
		N. S. da Soledade de Cairary	
		S. Miguel de Béja	
Cametá	Cametá (cidade)	S. João Batista de Cametá	Cametá-Tapéra
	Baião (villa)	S.A. de Baião	Parijós
	Mocajuba (villa)	N.S. da Conceição de Mocajuba	Pacajá
		N.S. do Carmo do Tocatis	Cupijó
			Carapajó
			Limoeiro

			Caripy
			S. Joaquim
			Alcobaça
Soure	Soure (villa)	Menino Deus de Soure	Monforte
	Monsarás (villa)	S. Francisco Xavier de Monsarás	Condeixa
		N.S. da Conceição de Salvaterra	
Marajó	Chaves (villa)	S. Antonio de Chaves	Affuá
Cachoeira	Muaná (villa)	S. Francisco Xavier de Muaná	
	Cachoeira (villa)	N.S. da Conceição da Cachoeira	
	Ponta de Pedras (villa)	N.S. da Conceição de Ponta de Pedras	
Breves	Breves (cidade)	Senhora Sant'Anna de Breves	Anajás
	Portel (villa)	N.S. da Luz de Portel	
	Melgaço (villa)	S. Miguel de Melgaço	
	Oeiras (villa)	N.S. d'Assumpção de Oeiras	
	Currálinho (villa)	S. João Batista de Currálinho	
		S. Sebastião da Boa-Vista	
Macapá	Macapá (cidade)	S. José de Macapá	
	Mazagão (villa)	N.S. d'Assumpção de Mazagão	
	Colônia Pedro II		
Gurupá	Gurupá (villa)	S. Antonio do Gurupá	Esponzede
		N.S. da Conceição de Almeirim	
		N.S. do Rosário de Arrayollos	
Porto de Moz	Porto de Moz (villa)	S. Bras do Porto de Moz	Carrazedo
	Souzel (villa)	S. Francisco Xavier de Souzel	Tapará
		Sta. Cruz de Villarinho do Monte	
		S. João Baptista de Pombal	
		S. João Batista de Veiros	
	Boa-Vista		
Monte-Alegre	Monte-Alegre (cidade)	S. Francisco de Assis de Monte-Alegre	
	Prainha (villa)	N.S. da Graça da Prainha	
		Ereré	
Santarém	Santarém (cidade)	N.S. da Conceição de Santarém	Pinhel
	Alenquer (cidade)	S. Antonio de Alenquer	Sta. Cruz
	Villa-Franca (villa)	N.S. de Assumpção de Villa-Franca	Uxituba
	Itaituba (villa)	Sant'Anna de Itaituba	Brazilia
	Aveiro (villa)	N.S. da Conceição de Aveiro	Curuá
		S. Ingacio de Boim	Bom Gosto (colônia)
		N.S. da Saúde de Alter do Chão	
Obidos	Obidos (cidade)	Sant'Anna de Obidos	Muratapera
	Faro (villa)	S. João Batista de Faro	
		N.S. da Saúde de Juruty	

APÊNDICE B – Mapa da área de Operação em Canudos.



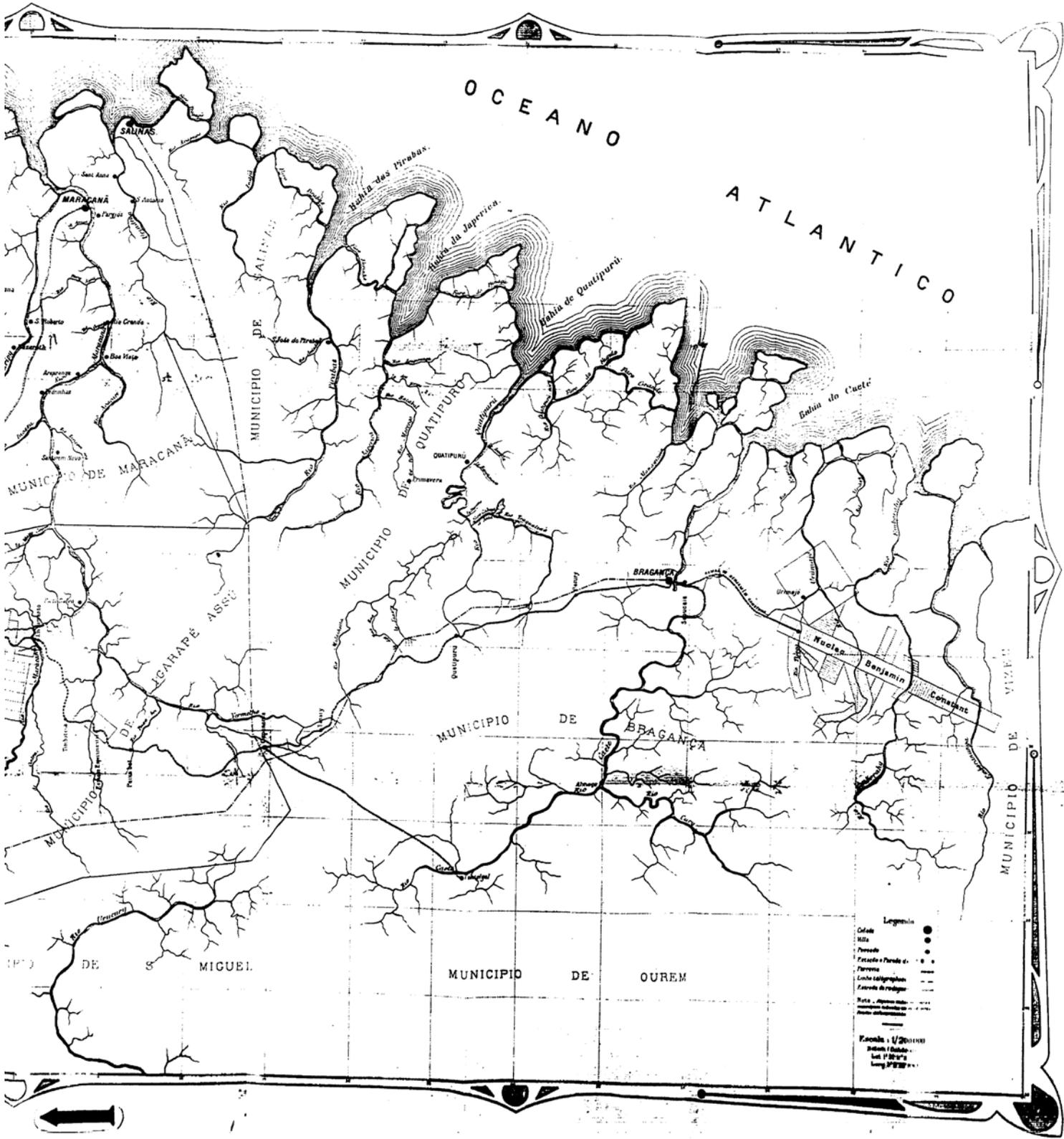
ANEXO A – Carta topográfica do Alto Amazonas



ANEXO B – Carta da Estrada de Ferro de Bragança.



Continua.



Final.

